

ALINE BRANDT

**“DE BORGES A GETÚLIO: A TRANSIÇÃO POLÍTICA NAS
PÁGINAS DE O NACIONAL (1923-1930)”**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2008

Para

*Clari e Celito Brandt, Nicolás César Folle
e Francisco de Campos, com amor.*

Agradeço aos dedicados professores de História da Universidade de Passo Fundo - especialmente àqueles ligados ao Programa de Pós-Graduação.

Expresso profundo reconhecimento a minha orientadora Prof^a. Dr^a. Ana Luiza Setti Reckzielgel pela dedicação a este trabalho.

Destaco os colegas de jornada acadêmica pelos conhecimentos compartilhados durante longos anos.

Saliento as atenções dos funcionários do Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo pelo auxílio durante a pesquisa no jornal “O Nacional”.

Registro a importância das muitas provas de amor dos meus familiares em todos os momentos. A Francisco de Campos, pelo estímulo indispensável na concretização deste estudo, meu muito obrigado.

RESUMO

O presente estudo coloca em foco os acontecimentos que acarretaram as revoluções de 1923 e 1930. Reúne uma expressiva gama de informações sobre as estratégias políticas da época. Prioriza-se, no entanto, a região norte do Rio Grande do Sul, porque praticamente todo o estudo é baseado na ótica do jornal “O Nacional”, sediado em Passo Fundo.

Faz-se uma retrospectiva histórica com o intuito de mostrar a divisão política ocorrida no estado depois da proclamação da República. Os republicanos, a maioria do norte do estado, ascendiam ao poder estadual mesmo sendo minoria. Para fazer frente a esse poderio, os grandes fazendeiros da campanha investiram, durante longos anos, em uma sistemática oposição.

Borges de Medeiros comandou o governo do Rio Grande do Sul por 25 anos. A região norte foi a grande responsável pela sua longa permanência no poder.

Com a Revolução de 1923 e a insatisfação latente das alas oposicionistas o poder de Borges de Medeiros começou a declinar. O acordo que cessou os movimentos revolucionários também impediu Borges de Medeiros de continuar disputando o cargo de presidente do estado. O chamado “Pacto de Pedras Altas”, cabe frisar, pôs fim à “Era Borges”.

Getúlio Vargas despontou como favorito à sucessão de Borges de Medeiros. Seu nome foi lançado nas eleições de 1927. Nessa oportunidade a oposição não lançou candidato e, como os republicanos, apoiou Getúlio Vargas.

Getúlio Vargas governou o Rio Grande do Sul por dois anos. Já em 1930 concorreu à presidência do Brasil, com apoio de Minas Gerais e Paraíba. Foi derrotado nas urnas. Mesmo assim ascendeu ao cargo maior da nação através de um movimento armado.

Palavras-Chave: Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, política, borgismo, oposição.

ABSTRACT

This study brings into focus the events that lead the revolutions of 1923 and 1930. It brings together an expressive range of information on the political strategies of the season. Priority, however, the region north of Rio Grande do Sul, because practically the whole study is based on the optics of the newspaper "O Nacional", based in Passo Fundo.

It is a historical retrospective in order to show the political divide occurred in the state after the proclamation of the Republic. The Republicans, most of the northern state, amounted to state power even if minority. To confront this power, the large farmers of the campaign invested for many years, in a systematic opposition.

Borges de Medeiros led the government of Rio Grande do Sul for 25 years. The northern region was largely responsible for their long stay in power.

With the Revolution of 1923 latent dissatisfaction and opposition wings of the power of Borges de Medeiros began to decline. The agreement that ended the revolutionary movements also prevented Borges de Medeiros to continue disputing the position of chairman of the state. The so-called "Pacto de Pedras Altas", it stressed, puts an end to "Era Borges."

Getúlio Vargas as a favorite to the succession of Borges de Medeiros. His name was launched in the elections of 1927. At that time the opposition has no candidate and, as the Republicans, supported Getúlio Vargas.

Getúlio Vargas ruled the Rio Grande do Sul by two years. Already in 1930 competed for the presidency of Brazil, with support of Minas Gerais and Paraíba. He was defeated in the polls. Still ascended to the nation's highest office by an armed movement.

Keywords: Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, politics, borgismo, opposition

LOCAIS DE PESQUISA

- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre
- Arquivo Histórico Regional – Passo Fundo
- Biblioteca da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul – Porto Alegre
- Biblioteca Central da Universidade de Passo Fundo – Passo Fundo
- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre
- Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre

SUMÁRIO

RESUMO-----	04
ABSTRACT-----	05
LOCAIS DE PESQUISA-----	06
SUMÁRIO-----	07
INTRODUÇÃO-----	08
CAPÍTULO I - Os anos de 1923 a 1927: o ocaso do borgismo e a transição do governo para Getúlio Vargas-----	15
1.1 - PRR X Oposição-----	15
1.2 - O continuísmo castilhistaborgista no Rio Grande do Sul-----	25
1.3 - A Revolução de 1923: os antecedentes-----	28
1.4 - As movimentações em torno da Pacificação da Revolução de 1923 no estado-----	35
1.5 - Os acontecimentos locais nos últimos anos do governo Borges de Medeiros-----	47
CAPÍTULO II - O governo Getúlio Vargas (1928-1930): a conciliação das forças políticas gaúchas na ótica de “O Nacional” -----	60
2.1 – Uma leitura do ano de 1928-----	60
2.2 – Eleições presidenciais e agitações políticas regionais (1929)-----	74
2.3 - 1930: o candidato Getúlio Vargas retratado por “O Nacional” -----	82
CAPÍTULO III - A Revolução de 1930 através dos registros de “O Nacional” -----	91
3.1 – Movimentos de apoio à Revolução-----	91
3.2 - O assassinato de João Pessoa: as repercussões regionais e nacionais-----	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	111
BIBLIOGRAFIA-----	114

INTRODUÇÃO

A história do Rio Grande do Sul apresentou muitas particularidades durante a República Velha. Com o presente estudo procura-se registrar uma parte dessa história, visto que o estado “foi dos únicos (...) a ter oposição”¹ no período. Sobre esse assunto, Maria Antonieta Antonacci afirma:

*Os estudos sobre o sistema político e partidário da Primeira República consideram a peculiaridade da situação do Rio Grande do Sul, que apresentou organizações partidárias oponentes num sistema de poder onde prevalecera nos estados um Partido Republicano.*²

Essa oposição ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) partiu principalmente da região da campanha³, berço do Partido Liberal, “que monopolizava o cenário político regional em nome dos interesses pastoris”⁴, no final do século XIX, e dos grandes criadores, que foram destituídos do poder com a proclamação da República.

O período aqui em foco tem origem na Revolução⁵ de 1923, início da queda de Borges de Medeiros, líder que se sustentou no poder por mais de 25 anos.⁶ Durante seu

¹ FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS: Economia & Conflitos Políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. p. 20

² ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. p. 7

³ Nota: O sul - ou campanha - é uma região de terras planas. Povoou-se cedo. Vilas e cidades - na grande maioria - foram originadas de acampamentos militares. “Até 1820, praticamente, todas as terras do sul estavam distribuídas e quase todos os centros urbanos tradicionais da região fronteira tinham seus alicerces lançados”. FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. 4ª ed. p. 9

⁴ MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: República Velha*. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 7

⁵ Nota: No período estudado a palavra revolução era utilizada para caracterizar movimentos contrários ao poder vigente ou mesmo a interesses de determinadas facções sociais e/ou políticas. Revolução, portanto, não era necessariamente uma reação armada e, sim, um movimento de setores descontentes com a realidade dominante. A palavra “revolução”, no período, até poderia ser substituída por “revolta”.

⁶ Nota: Tem-se o poder como “relação social”, sendo que a “relação de poder político é apenas uma das infinitas formas de relação existentes entre os homens”. BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a*

governo a oposição não conseguiu o destaque desejado e nem ocupou cargos significativos. O término do período se dá com a Revolução de 1930, que colocou Getúlio Vargas na presidência do Brasil – mesmo derrotado nas urnas - com apoio do PRR e, inclusive, das forças antiborgistas.

Este período foi marcante na história do Rio Grande do Sul tendo em vista que Borges de Medeiros saiu enfraquecido da Revolução de 1923 e Getúlio Vargas despontou como personagem de conciliação num cenário político até então conflituoso entre borgistas e antiborgistas.

A crise mundial, que se verificou no período posterior à Primeira Grande Guerra, enfraqueceu os fazendeiros da campanha. Eles haviam feito empréstimos para aumentar a produção, impulsionados pela perspectiva de crescimento das exportações. Com a crise e a ausência de incentivo do governo estadual, estes criadores, desprovidos de poder com a proclamação da República, colocaram suas esperanças nas eleições presidenciais de 1922, através da candidatura de Assis Brasil.

As eleições ocorreram de maneira tumultuada em todo o estado. Houve fraudes e violência de ambas as partes. A máquina administrativa do PRR, porém, foi muito bem estruturada. Borges de Medeiros assegurou vitória e garantia de cumprir o quinto mandato frente à presidência do Rio Grande do Sul. A oposição, entretanto, não aceitou a vitória e decidiu recorrer às armas já em janeiro de 1923. Ficou, assim, o estado convulsionado por quase um ano.

Mesmo no findar da revolução, Borges de Medeiros continuou à frente do governo estadual. Ficou impossibilitado, contudo, de concorrer novamente devido a uma das cláusulas do acordo que pôs fim ao conflito no estado. Os anos seguintes de governo foram demonstrando o desgaste de Borges de Medeiros. Ocorreram, até, algumas tentativas de destituí-lo. Em 1927, com a proximidade de novas eleições, o nome de Getúlio Vargas foi indicado, com alguma relutância, pelo próprio Borges de Medeiros, para disputar o cargo de presidente do Rio Grande do Sul.

Mário Maestri relata esse momento histórico da seguinte forma:

*Apesar de indicado por Borges de Medeiros, Getúlio Vargas não era bem visto pelo chefe do PRR, que manobrava para não perder o poder sobre o estado, mesmo impossibilitado de concorrer à reeleição.*⁷

A oposição aceitou a idéia e Vargas acabou não tendo adversário. Assumiu o governo, em janeiro de 1928, gerando “expectativas de profundas mudanças na política e na economia do Estado”.⁸ Vargas tentou uma maior aproximação com a oposição durante os dois anos em que governou o Rio Grande do Sul. Isto possibilitou a formação da Frente Única Gaúcha (FUG) em 1929, momento em que “as relações entre libertadores e republicanos passaram a ser mais amistosas e tolerantes”.⁹

Em 1929 Getúlio Vargas despontou como forte candidato a presidente do Brasil. As eleições ocorreriam no ano seguinte: 1930. A indicação do paulista Júlio Prestes, pelo então presidente Washington Luís, descontentou Minas Gerais que, pela política do café-com-leite, deveria voltar ao poder naquele momento.¹⁰ Vargas, com isso, ficou ainda mais fortalecido.

Getúlio Vargas enfrentou as eleições, na condição de representante da Aliança Liberal, que congregava Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Era respaldado no Rio Grande do Sul por republicanos e libertadores, unidos em torno da FUG (Frente Única Gaúcha).

As eleições aconteceram, em março de 1930, num clima de fraude e violência. O assassinato de João Pessoa, candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, agravou o cenário de tensão. As cogitações em torno de uma revolução ficaram ainda mais consistentes. O mês de outubro foi marcado por contestações em todo o país. Instituíram-se governos revolucionários em vários estados.¹¹ As forças revolucionárias partiram do Rio Grande do Sul no dia cinco de outubro “em direção a Santa Catarina e ao Paraná”.¹²

⁷ MAESTRI, Mário: op. cit. p. 120

⁸ ABREU, Luciano Aronne. *Getúlio Vargas: A construção de um mito (1928-30)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. p. 71

⁹ Idem: p. 89

¹⁰ FAUSTO: Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano, sociedade e instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1977.

¹¹ LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. *Oswaldo Aranha: O Rio Grande e a Revolução de 1930 – Um Político Gaúcho na República Velha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. p. 372

¹² Idem: p. 373

Em vinte e quatro de outubro, o presidente Washington Luís acabou deposto e preso. Foi substituído por uma junta provisória. Sobre esta destituição é relevante a narrativa de Luiz Aranha do Lago:

*(...) em 24 de outubro, um grupo de oficiais-generais, liderados por Augusto Tasso Fragoso, exigiu a renúncia de Washington Luis. Ante a negativa do presidente, os militares determinam o cerco ao palácio Guanabara e sua prisão.*¹³

A posse de Getúlio Vargas, no governo provisório do Brasil, em três de novembro de 1930, determinou o final da chamada República Velha.

O norte do Rio Grande do Sul é contemplado com este estudo por ter sido o reduto maior de integrantes do Partido Republicano e sustentáculo do poder de Borges de Medeiros. Enfoca-se mais acentuadamente a região de Passo Fundo em razão da abundância de informações históricas disponíveis. Não se perde de vista, contudo, o modo como as regiões se articulam.¹⁴ Todas as regiões possuem características próprias, que as diferem das demais. Porém não se pode trabalhar uma região de maneira isolada, porque uma sempre acaba influenciando a outra.

A colonização da região norte recebeu substanciais incentivos do governo estadual. A economia era diversificada. A produção de gêneros alimentícios e a exploração de madeira nativa ocorriam de maneira promissora.¹⁵ Este foi fator de vital importância para o desenvolvimento da região nas primeiras décadas do século XX.

Sobre a região de Passo Fundo Aldomar Ruckert destaca:

*No início do século [XX], o território encontra-se mais densamente povoado, estando a terra em acelerado processo de apropriação. Nela, já se praticam a pequena agricultura e a extração de pinheirais, muito procurados pelos proprietários de serrarias, dado o grande comércio de madeiras nas primeiras décadas do século pela facilitação de seu transporte através da ferrovia. O resultado dessa extração desenfreada é a precoce devastação das matas originais.*¹⁶

¹³ LAGO, Luiz Aranha Corrêa do: p. 375

¹⁴ RECKZIEGEL, Ana Luíza Setti. *História Regional: dimensões teórico-conceituais*. IN: História: debates e tendências. Passo Fundo: Ediupf, 1999. v.1, n.º.1 p. 15-22

¹⁵ MAESTRI, Mário: op. cit. p. 60

¹⁶ RUCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827-1931*. Passo Fundo: Ediupf, 1997. p. 102

A história regional constitui uma opção de recorte espacial.¹⁷ Estes recortes justificam-se pelas particularidades de cada região. Deve-se salientar que a história regional “é capaz de revelar também aspectos que não foram previamente observados no nível das análises mais amplas”.¹⁸

Acerca dos recortes regionais, Ana Luiza Reckziegel observa:

Os estudos históricos com o recorte regional são, assim, manifestações de um tempo que recusa as ditas concepções hegemônicas, tentando resgatar as particularidades e especificidades locais como maneira de confirmar ou refutar as grandes sínteses até agora impostas como válidas para todas as realidades históricas.
19

No estudo desse período, toma-se por base os registros do jornal “O Nacional”, de Passo Fundo. Atem-se fielmente à forma como o jornal traduziu à queda do borgismo. Zela-se igualmente pela exatidão das narrativas sobre o encaminhamento do governo Getúlio Vargas. Deve-se levar em consideração que “O Nacional” se classificava de “independente” e totalmente comprometido com os “interesses da região”.²⁰

De acordo com Alzira Abreu:

*(...) analisar o acontecimento através da posição da imprensa na medida em que ela se apresentava como interlocutora e porta-voz de diferentes grupos e posições... ajuda o historiador a esclarecer momentos significativos de mudança no pensamento político brasileiro e permite uma reflexão sobre o papel que a imprensa desempenhou na cobertura e na elaboração de soluções para as crises que se manifestaram no nosso sistema político.*²¹

¹⁷ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *História, região e poder: a busca de interfaces metodológica*. Lócus: revista de história. Juiz de Fora. v. 3 nº.1. p. 84-97

¹⁸ RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti: op. cit.

¹⁹ Idem.

²⁰ “O Nacional”. 27/06/1925. Passo Fundo.

²¹ ABREU, Alzira Alves. *Acontecimentos e Mídia*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, e MOREL, Marco. (orgs.) *História e Imprensa: Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos/ Anais do colóquio* (17 e 18 de junho de 1997). Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1998. p. 59-70

“O Nacional” veiculou informações constantes durante o período que este estudo contempla. Essas publicações estão disponíveis no Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo. Sobre o jornal deve-se considerar a seguinte ponderação:

*Fundado por Herculano Annes, Theófilo Guimarães, Americano Araujo Bastos e Hiran Araujo Bastos, O Nacional começou a circular em 19 de junho de 1925, atingindo, já em seus primeiros anos de publicação, a região Norte do Rio Grande do Sul.*²²

É importante deixar claro que o jornal “O Nacional” começou a circular somente em meados de 1925. Para contemplar períodos anteriores, a pesquisa se estendeu a outros jornais, como “A Federação” e “Correio do Povo” de Porto Alegre e “Última Hora” de Bagé.

O jornal descreveu o comportamento político da região de Passo Fundo durante os últimos momentos do governo Borges de Medeiros. Também acompanhou as mobilizações que culminaram com a chegada de Getúlio Vargas à presidência do Brasil.

O presente estudo tem exclusivamente a ambição de constituir um registro histórico da época segundo a ótica desse veículo de comunicação. Prende-se exatamente ao que figurava em suas páginas por inexistir motivo de dúvida em relação à influência que exercia nesta parte do estado.

Tem-se por objetivo, enfim, fazer um estudo dos acontecimentos políticos através do que foi noticiado nas páginas do jornal “O Nacional” no período.

Para fins de estrutura, o trabalho é dividido em três capítulos:

No primeiro, intitulado “Os anos de 1923 a 1927: o ocaso do borgismo e a transição do governo para Getúlio Vargas”, faz-se uma contextualização da instalação e da consolidação da República no Rio Grande do Sul. Nesse momento há uma efetiva mudança na esfera do poder. O governo, composto de representantes das classes média e alta do norte, deixa de lado os grandes proprietários de terra da campanha. Num segundo momento há abordagens sobre a Revolução de 1923, seus antecedentes e posterior pacificação. Explica-se que o acordo de paz foi intermediado, pelo governo federal, com participação de Setembrino de Carvalho, ministro de Guerra. Por fim é

²² JUNGBECK, Benhur. *Perigo Iminente: A Segunda Guerra Mundial na Leitura da Imprensa Passo-fundense*. UPF: Passo Fundo, 2005. Dissertação de Mestrado. p. 11

trabalhada a transição do governo Borges de Medeiros para Getúlio Vargas, sempre com ênfase para os acontecimentos regionais.

No segundo capítulo, intitulado “O governo Getúlio Vargas (1928-1930): a conciliação das forças políticas gaúchas na ótica de ‘O Nacional’”, é enfatizada a gradativa aproximação do governo estadual com as forças oposicionistas da região e posterior candidatura de Vargas à presidência da República. Conta-se que houve apoio das diferentes forças políticas gaúchas. Fala-se inclusive das agitações em torno das eleições presidenciais. Este capítulo mostra também o que o jornal noticiou em termos de interferência de Borges de Medeiros na política regional. Por último, revela como o poder político da região permaneceu com o PRR, não deixando de dar espaço para as exceções.

O terceiro capítulo é intitulado “A Revolução de 1930 através dos registros de ‘O Nacional’”. Nele são abordadas questões pré-Revolução e Revolução de 1930. Verificou-se como o jornal fez as notícias relativas ao movimento. Também buscou-se a coleta de posicionamentos que o jornal assumiu frente aos episódios regionais e nacionais que propiciaram o fim da República Velha.

No estudo desse período, também foram consideradas notícias de agências especializadas, principalmente do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, publicadas pelo jornal “O Nacional”. Justifica-se a utilização destas notícias pelo fato de que o jornal tinha o costume de “filtrar” tudo o que não era criado pela sua própria equipe.

CAPÍTULO I

OS ANOS DE 1923 E 1927: O OCASO DO BORGISMO E A TRANSIÇÃO DO GOVERNO PARA GETÚLIO VARGAS

No capítulo inicial deste trabalho existem considerações acerca de procedimentos da oposição e dos borgistas quando da transição de poder. Isto é: o comportamento das diferentes linhas ideológicas por ocasião da queda de Borges de Medeiros – após 25 anos de governo – e da ascensão de Getúlio Vargas. Primeiramente são feitas referências ao fortalecimento do Partido Republicano no Rio Grande do Sul. Este não era o partido da classe dominante ao longo do Império. No estado os poderosos dos tempos do Império colocaram-se na oposição a partir da proclamação da República.

Outro aspecto relevante é o que se refere à Revolução de 1923 e a seus antecedentes. Foi este um movimento de contestação da força do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) e do governo de Borges de Medeiros que ignorou, sistematicamente, a oposição. São destacados, igualmente, os movimentos de pacificação que contribuíram de forma substancial para o fim da chamada “Era Borges”. Os últimos anos do governo Borges de Medeiros mereceram atenção especial, sempre com base no conteúdo do jornal “O Nacional”. Deixa-se claro que este foi o período de transição para o governo de Getúlio Vargas.

1.1 – PRR x oposição

Os ideais republicanos surgiram bem antes da proclamação. Foram discutidos, inicialmente, em grandes centros difusores de conhecimento, como São Paulo, cidade com importantes faculdades e clubes freqüentados por intelectuais. Estes pontos de intercâmbio tornaram-se de suma importância para que os princípios republicanos e o

ideário positivista, muitas vezes apresentado como norteador do movimento, fossem conhecidos por estudantes de todo o Brasil.

Sobre a importância destes centros difusores do conhecimento, Ricardo Vélez Rodríguez comenta:

*O ambiente universitário da época, em São Paulo, era bastante agitado. Apesar do conservadorismo da Universidade Imperial, os estudantes que entravam nas faculdades de São Paulo e Recife abriam-se às novas correntes de pensamento; encontravam eco entre eles as idéias do materialismo vulgar e do positivismo.*²³

O Rio Grande do Sul já havia vivenciado uma tentativa de proclamação da República. Essa reação deixou a província convulsionada, entre 1835 e 1845, inclusive com a intenção de se separar do restante do país. O movimento republicano estava ligado aos interesses dos grandes criadores da campanha. Desse momento em diante “[as] idéias republicanas (...) nunca [mais abandonaram] inteiramente o Rio Grande do Sul”.²⁴

A propaganda republicana dos anos 1880 esteve mais vinculada às classes média e alta do norte e do nordeste do estado. Tinha a direção de Francisco Xavier da Cunha e, também, dos irmãos Apolinário e Apeles Porto Alegre.²⁵ Em 1878 foi fundado o primeiro clube de Porto Alegre. Recebeu o nome de Clube Republicano “Bento Gonçalves”.²⁶ A idéia acabou se espalhando por diversas cidades do interior da província. Seguindo exemplo de clubes de São Paulo, os sul-rio-grandenses abriram espaço para a difusão dos ideais republicanos e do positivismo. Os principais defensores do sistema republicano na província eram oriundos das classes alta e média. A maioria era composta de bacharéis em Direito formados em São Paulo e adeptos dos ideais positivistas.

Opina Sandra Jatahy Pesavento a respeito da formação do PRR:

Já se viu que seu núcleo central foi constituído pelos jovens profissionais liberais egressos das faculdades do centro do país. (...) Eram filhos de estancieiros,

²³ RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: Uma filosofia da República*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes e Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980. p. 15/16

²⁴ FRANCO, Sérgio da Costa: op. cit. p. 27

²⁵ RODRÍGUES, Ricardo Vélez: op. cit. p. 22

²⁶ MAESTRI, Mário: op. cit. p. 7

*mas geralmente desvinculados da pecuária tradicional do eixo Pelotas-Rio Grande-Bajé. (...) Associadas a eles, encontravam-se as novas camadas médias urbanas.*²⁷

Em 1882 houve a primeira convenção oficial do PRR na província. No decorrer dessa convenção ficou evidente a posição dos republicanos. Além de defender o federalismo, possuíam outros traços ideológicos marcantes.

Sobre o posicionamento sul-rio-grandense, Joseph Love afirma:

*O federalismo não constituía o único traço ideológico adotado em 1882. A posição dos gaúchos a respeito da escravidão e sua afinidade com a filosofia de Augusto Comte também estiveram presentes desde o início. (...) a partir de 1884, porém, os gaúchos conservaram-se inteiramente consistentes na condenação da escravidão em sua Província.*²⁸

A proclamação da República se deu sem a participação popular. O golpe militar que originou o novo sistema de governo obteve apoio das classes médias que começavam a despontar no cenário brasileiro. A maior parte da população ficou completamente alheia aos acontecimentos. Com o apoio da burguesia paulista foi possível constituir o regime republicano sem maiores objeções. “O processo histórico (...) haveria de mostrar que a República fora proclamada pelos militares, mas com o fim de os cafeicultores poderem assumir funções dirigentes”.²⁹

Segundo Sandra Jatahy Pesavento:

*A instalação da República no país representou um ajustamento do nível político – mudança do regime – às novas necessidades geradas na economia e na sociedade brasileiras.*³⁰

A abolição da escravatura no país foi responsável pela ruptura quase imediata com a instituição monárquica. Descontentou os setores ligados à lavoura,

²⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 95

²⁸ LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p.30

²⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy: op. cit. p. 92

³⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy, *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. 9ª ed. p. 63

principalmente de café, do sudeste do Brasil. Perdeu o Império, com isto, o apoio que lhe era concedido por esta ala importante da sociedade.

Sobre esse assunto é significativa a colocação de Mário Maestri:

Com a Abolição, ruía, para sempre, a instituição que governara, por mais de três séculos, a sociedade no Brasil e dominara as formas de produção subordinadas. A revolução abolicionista (...) deu o golpe de misericórdia na instituição, abrindo caminho para novas relações de produção baseadas no trabalho livre. ³¹

No Rio Grande do Sul, “ao contrário das demais províncias brasileiras, a idéia republicana esteve desvinculada do Partido Liberal”. ³² O PRR, sem o privilégio da hegemonia, assumiu os compromissos delegados pela República, no estado, também sem ser o partido da classe dominante. Por causa disso acabou sofrendo oposição muito forte durante toda a República Velha.

Sobre isto Celi Pinto assim se expressa:

A trajetória política do RS no Segundo Império foi, portanto, bastante distinta daquela obedecida pelas elites agrárias cafeicultoras. Enquanto os cafeicultores estavam se desenvolvendo sob a proteção do Estado monárquico, os estancieiros gaúchos se defrontam com constantes problemas com a comercialização de seu produto. Nos últimos anos de regime, a situação se inverteu e, (...) os liberais gaúchos se aproximaram do governo central exatamente porque, sem o apoio das elites agrárias de ponta, a monarquia buscou em um partido que, ao mesmo tempo, era popular em sua região e mantinha-se fiel ao regime. ³³

A transição de poder no Rio Grande do Sul, ocasionada pela proclamação da República, tem de Mário Maestri esta explicação:

No Rio Grande do Sul, ao contrários de outras regiões do Brasil, a proclamação da República garantiu a transição do poder político do bloco social pastoril-

³¹ MAESTRI, Mário. *A escravidão e a gênese do estado nacional brasileiro*. IN: ANDRADE, Manuel Correia de. *Além do apenas moderno: Brasil séculos XIX e XX*. Brasília: CNPq; Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangaro, 2001. p. 49-80

³²PINTO, Celi Regina J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986. p.9

³³ Ibidem.

*charqueador hegemônico para uma nova composição de setores proprietários, mais ampla, mais diversificada e, sobretudo, mais diretamente inserida na produção e circulação capitalistas.*³⁴

Os grandes proprietários de terra da campanha não imaginavam que a hegemonia que mantinham historicamente poderia ser abalada. Tiveram, no entanto, que conviver com uma força partidária que surgiu e cresceu com o movimento republicano: o PRR. Mesmo assim nunca se conformaram. Aceitaram a República, mas se negaram a trilhar um mesmo caminho com esse partido.

José Fernando Kieling fala do surgimento do PRR:

*No final do Império, tínhamos no Rio Grande do Sul o confronto entre dois partidos, o Liberal e o Conservador. Com o advento da República (...), um terceiro grupo assume o controle político: o até então minoritário Partido Republicano Rio-grandense (PRR).*³⁵

No Rio Grande do Sul os fazendeiros da região da campanha, liderados por Gaspar Silveira Martins (Partido Liberal - PL), não apoiaram o movimento republicano. Em 19 de novembro de 1889, porém, “os liberais sulinos aderiram à República e reclamaram o reconhecimento dos direitos de principal partido provincial”.³⁶ Negavam-se a reconhecer o poder do PRR. Muito menos cogitavam a idéia de uma adesão a essa facção partidária. Ficaram, então, sem qualquer cargo na República, o que os estimulou ao exercício de sistemática oposição.

Sobre a oposição no estado, Pedro Cezar Dutra Fonseca faz o seguinte comentário:

A história da oposição gaúcha é bem mais complexa. Em linhas gerais, pode-se dizer que ela descende do Partido Liberal (...) ainda tendo a orientação de Gaspar Silveira Martins. (...) Este grupo fundou o Partido Federalista, em 1892, em congresso

³⁴ MAESTRI, Mário: UPF, 2001 op. cit. p. 43

³⁵ KIELING, José Fernando. *Política Opositorista no Rio Grande do Sul (1924-1930)*. São Paulo: USP, 1984. Dissertação de Mestrado. p. 1

³⁶ MAESTRI, Mário: UPF, 2001 op. cit. p. 13

*na cidade de Bagé. Outra parte da oposição foram as dissidências do PRR, que aparecem já em 1890.*³⁷

A partir deste momento ocorreu uma divisão da classe dominante sul-riograndense. De um lado os fazendeiros da campanha destituídos do poder. De outro os produtores da região norte com grande influência no governo estadual. Esta divisão se fez presente em todos os momentos, mesmo naqueles em que a oposição não contestava medidas dos republicanos.

No norte a ocupação ocorreu tardiamente, com relação à campanha, região onde a maioria das aglomerações urbanas – vilas e cidades – originou-se de “acampamentos militares”.³⁸ Outra característica da campanha era a existência de grandes latifúndios.

No norte as terras foram ocupadas, de maneira arbitrária, por tropeiros, criadores de gado e ervateiros. Inexistiam unidades militares.³⁹ A região não apresentou expressão política durante o Império. Nesse período quase todos os políticos da província eram oriundos do sul e do litoral, o que acabou gerando um grande descontentamento. “[Por] duas vezes, em 1877 e em 1884, a Câmara de Cruz Alta ensaiou movimentos para a secessão de uma província (...) reunindo os territórios do Planalto e do Alto Uruguai”.⁴⁰

O PRR, representante dos interesses do norte e da nova linha política do poder, soube tirar proveito disso. Adotou uma política antipastoril e antilatifundiária. Também proibiu o contrabando na fronteira, uma das principais fontes de renda da campanha.

Durante os dois primeiros anos de República, o Rio Grande do Sul enfrentou instabilidade política. A troca de poder era constante. Em 1891 o PRR assumiu o governo estadual através de Júlio de Castilhos. “[Era] a primeira vez no estado, desde a proclamação da República, que recebia o poder um governo formalmente constituído”.

⁴¹ Mesmo no poder o PRR continuou fraco. Júlio de Castilhos acabou não permanecendo muito tempo no cargo. Um exemplo da instabilidade política que o Rio Grande do Sul enfrentou nos primeiros anos da República foi a rotatividade de

³⁷ FONSECA Pedro C. Dutra: op. cit. p. 85

³⁸ FRANCO, Sérgio da Costa: op. cit. p. 9

³⁹ Idem: p. 10

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez: op. cit. p. 42

governantes. “De 15 de novembro de 1889 a 25 de janeiro de 1893, nada menos de dezenove nomes passaram pela presidência do estado”.⁴²

Júlio de Castilhos nasceu, no dia 29 de junho de 1860, em Vila Rica. Essa localidade, quando conseguiu a emancipação (tornou-se município), recebeu o nome de Júlio de Castilhos. Filho de Francisco Ferreira de Castilhos e Carolina Prates de Castilhos, senhores rurais, integrantes da classe dominante da província, graduou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1881. Foi chefe do PRR e governou o Rio Grande do Sul na década de 1890. Faleceu em 24 de outubro de 1903.⁴³

Júlio de Castilhos abandonou o governo estadual em “clima de revolta das guarnições militares e sob a pressão popular”.⁴⁴ Parte desse cenário de antagonismo originou-se no fato de ter apoiado o golpe que colocou Deodoro da Fonseca na presidência. Nem o posicionamento contrário à dissolução do Congresso Nacional⁴⁵, estabelecida por Deodoro da Fonseca, bastou para criar a viabilidade de permanência no governo.

A oposição assumiu o poder no estado e revogou a Constituição. Não conseguiu, porém, se manter estável. Passou por um período de turbulências.

Em 1892 Júlio de Castilhos recuperou o poder no Rio Grande do Sul, depondo o então governador Visconde de Pelotas. Após um curto período de governo afastou-se, novamente, para voltar eleito em janeiro de 1893, permanecendo até 1898. Foi nesse ano que Borges de Medeiros passou a governar o estado

Antônio Augusto Borges de Medeiros nasceu no município de Caçapava do Sul em 19 de novembro de 1863. Era filho do desembargador Augusto César de Medeiros e de Miquelina de Lima Borges. Aos 22 anos de idade, concluiu em Recife (Pernambuco) a faculdade de Direito iniciada em São Paulo.⁴⁶ Faleceu, em 1961, com 97 anos.⁴⁷

Sobre o início da carreira de Borges de Medeiros é oportuno este registro de Joseph Love:

⁴² REVERBEL, Carlos. *Maragatos e Pica-paus: Guerra civil e degola no Rio Grande*. Porto Alegre: LP&M, 1985. 2ª ed. p. 17

⁴³ FRANCO, Sérgio da Costa: op. cit.

⁴⁴ TRINDADE, Héliqio. *Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-Grandense (1882-1937): Da confrontação autoritário-liberal à imposição da aliança político-revolucionária de 30*. IN: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius. (org.) *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 134

⁴⁵ LOVE, Joseph L: op. cit. p. 51

⁴⁶ BALBINOT, Jonas. *Relações de poder: Getúlio Vargas e Borges de Medeiros (1922-1928)*. Passo Fundo: UPF, 2008. Dissertação de Mestrado. p. 28

⁴⁷ LOVE Joseph L: op cit. p. 276

*Durante a guerra civil [Revolução Federalista], Borges serviu como Tenente-Coronel da Divisão Norte. Posteriormente, foi designado chefe da polícia estadual, e, então encarregado por Castilhos da função de preparar os códigos de legislação estadual. Seu desempenho impressionou tanto Castilhos que este o fez sucessor de seu governo (...). Em novembro de 1897, Borges elegeu-se através de um pleito sem adversários.*⁴⁸

O período inicial de governo do PRR foi difícil e conturbado. Só com um grande esforço os republicanos sul-rio-grandenses puderam se manter no poder, mesmo contando com a ascensão em nível federal. Os republicanos se destacaram por excepcional disciplina e organização doutrinária.⁴⁹ Este foi um dos motivos que possibilitaram sua manutenção do poder, mesmo nos momentos de crise econômica e política enfrentados pelo Rio Grande do Sul. Foi também eficaz a violência praticada contra os que se opunham ao governo.

Deve-se destacar que as práticas violentas contra os opositores não foram exclusividade do PRR. O PL também cometeu abusos enquanto esteve no poder.

De acordo com Sandra Jatary Pesavento:

*(...) os intelectuais do partido foram elemento fundamental de coesão e difusão das propostas e idéias do PRR no interior da sociedade civil. (...) Esta articulação toda era cimentada pela rígida estrutura partidária do PRR, autoritária e disciplinada, baseada na hierarquia e fidelidade.*⁵⁰

O PL não desapareceu com a ascensão dos republicanos. Era muito forte e representava os interesses dos fazendeiros da campanha. Em determinado momento, contudo, juntamente com dissidentes do PRR formou o Partido Federalista.⁵¹

Sobre a organização do Partido Federalista, Maria Antonieta Antonacci assim se manifesta:

⁴⁸ LOVE, Joseph L: op. cit. p. 82

⁴⁹ PINTO, Celi Regina J: op. cit. p. 10

⁵⁰ PESAVENTO, Sandra Jatary: 1988, op. cit. p.110/111

⁵¹ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1996. 2ª ed. p. 64

*Já em 1892 (...) organiza-se um partido de oposição: o Partido Federalista, formado com remanescentes do Partido Liberal, sob liderança de Gaspar Silveira Martins.*⁵²

Nos primeiros anos do governo do PRR no Rio Grande do Sul, ocorreu a Revolução Federalista (1893-95). Esta revolução é considerada por muitos historiadores como um dos marcos iniciais da consolidação do poder do partido.⁵³ Isto por que, com a sua vitória, Júlio de Castilhos sufocou a oposição. A Revolução Federalista buscava poder político no estado. O PRR, no entanto, saiu vitorioso e a oposição desarticulada. Vários líderes oposicionistas acabaram exilados no Uruguai e na Argentina.⁵⁴

A respeito da vitória do PRR e de Júlio de Castilhos na Revolução Federalista, é significativo o comentário de Sérgio da Costa Franco:

*Castilhos venceu. A Constituição de 14 de Julho permaneceu íntegra. E a Guerra Civil, galvanizando o espírito partidário de seus prosélitos, deu ao Partido Republicano a solidez que ainda não adquirira. Arrasada, a oposição gasparista encolheu-se.*⁵⁵

A linha positivista do PRR foi evidenciada por um autoritarismo muito expressivo, mas garantiu uma maior estabilidade ao governo do estado. Esta linha de procedimento tinha como propósitos eliminar a oposição e organizar os republicanos. Assim seria possível obter o controle do cenário político e administrativo no estado. Inexistiria espaço para quem não fosse filiado.

A Constituição de 1891, elaborada por Júlio de Castilhos, foi de grande importância para o PRR se consolidar à frente do governo. Garantiu a reprodução do poder⁵⁶. Isto é: possibilitou aos seus filiados a sucessão de mandatos. Pode ser citado, como exemplo, Borges de Medeiros que exerceu cinco vezes a presidência estadual e teve como uma de suas preocupações a consolidação do partido frente à população.

⁵² ANTONACCI, Maria Antonieta: op. cit. p. 23

⁵³ FÉLIX, Loiva Otero: op. cit. p. 64

⁵⁴ LOVE, Joseph L: op. cit. p. 65

⁵⁵ FRANCO, Sérgio da Costa: op. cit. p. 144

⁵⁶ PINTO, Celi Regina: op. cit. p.39

Borges de Medeiros buscou, igualmente, o resguardo da independência do estado frente ao governo federal e um grande avanço no desenvolvimento.⁵⁷

Como aponta Celi Pinto:

*O período que compreende os dois primeiros governos de Borges de Medeiros relegou a um segundo plano as questões que ocuparam o PRR no chamado período de consolidação. (...) Em primeiro lugar, houve uma grande centralidade nas instituições políticas criadas a partir da Constituição de 14 de julho de 1891. (...) Um segundo tema refere-se à relação entre governo do estado e governo federal. É clara a preocupação do PRR de resguardar a independência do governo do estado, na medida em que ela era a única garantia de manutenção no poder. A terceira questão que apareceu com destaque neste período foi a responsabilidade do governo do estado com o progresso da região.*⁵⁸

A Constituição, de cunho positivista e baseada nos princípios comtinianos de ordem e progresso, englobou os interesses das classes emergentes - na sociedade sul-rio-grandense - oriundas principalmente da região norte. Nestas classes se incluíam comerciantes, criadores serranos, exportadores, financistas, industrialistas, plantadores e proprietários de colônias privilegiados pela política de diversificação econômica do PRR.⁵⁹ A Constituição deixou, portanto, em segundo plano os grandes fazendeiros da campanha. O projeto progressista modernizador⁶⁰, apresentado pelos republicanos, também atendeu aos interesses das classes emergentes. Esta camada da sociedade, por sua vez, retribuía com apoio às causas republicanas.

O estilo de política não foi bem aceito pelos grandes criadores. Eles, que até então possuíram todas as atenções e regalias do governo do estado, não gostaram de ser deixados de lado.

Sobre a estagnação econômica e posterior decadência política dos grandes criadores da campanha, Mário Maestri acentua:

A República deslocara definitivamente os liberais do poder, desde inícios do século 19 tradicionais representantes dos interesses pastoris, sobretudo do meridão

⁵⁷ PINTO, Celi Regina: op. cit. p. 45

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ MAESTRI, Mário: UPF, 2001 op. cit. p. 43

⁶⁰ ANTONACCI, Maria Antonieta: op. cit.

*gaúcho. O desenvolvimento da Depressão Central, da Encosta da Serra e do próprio Planalto, num momento em que a Campanha estagnava-se econômica e demograficamente, consolidou a decadência política das forças federalistas vergadas militarmente quando da guerra civil de 1893-95.*⁶¹

Os criadores da campanha foram, portanto, destituídos do poder com a proclamação da República e presenciaram a estagnação econômica da região. Enquanto isso o norte do estado despontou econômica e politicamente no cenário estadual.

1.2 - O continuísmo castilhista-borgista no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul presenciou durante a República Velha um governo fortemente influenciado pelos ideais positivistas. Não havia semelhança com qualquer outro estado brasileiro. Tinha como marcas a continuidade no poder, a tentativa de diversificação da economia e a modernização do estado.

Os ideais positivistas também influenciaram alguns setores militares. É correto dizer que o positivismo no Brasil conheceu duas vertentes, que são o radicalismo jacobino e o republicanismo sul-rio-grandense, mais conhecido como castilhismo-borgismo.⁶² Esta última vertente merece ser tratada mais a fundo por estar diretamente ligada à permanência do PRR no poder estadual por mais de 30 anos, não permitindo à oposição participar nas tomadas de decisão, um dos fatores que levaram à Revolução de 1923.

Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e outros nomes de relevância no PRR tomaram conhecimento da teoria positivista na Faculdade de Direito de São Paulo. Quando retornaram a Porto Alegre, adeptos fiéis do PRR, eles fundaram o jornal “A Federação”, que serviu de meio de difusão dos ideais republicanos e das influências positivistas. Interpretaram a obra de Augusto Comte, como essencialmente moralizadora, resultando na determinação de uma das marcas do pensamento castilhista.

63

⁶¹ MAESTRI, Mário: UPF, 2001, op. cit. p. 60

⁶² BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 4ª ed. p. 304

⁶³ RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez: op. cit. p. 20

O PRR encontrou, inicialmente, dificuldade para se fixar no poder do estado. Isto por que não era de base oligárquica e nem adotava a doutrina liberal dos outros partidos republicanos. Além disso, não dispunha de redes de influência ao alcance de outras facções partidárias. Tinha ainda que enfrentar a popularidade das alas políticas conservadoras.⁶⁴ Tudo isso, entretanto, foi superado. O PRR acabou se transformando, com o tempo, em uma das mais fortes agremiações políticas da história sul-riograndense. Tanto que teve o poder de promover uma revolução capaz de derrubar um presidente eleito e colocar à frente da nação um nome das suas fileiras.

Segundo Celi Pinto:

*Para entender as formas criadas pelo PRR para conquistar um apoio concreto de parcela significativa da população do estado deve-se centralizar a análise (...) no caráter positivista do discurso do partido. A doutrina de Augusto Comte proporcionava os elementos necessários para a construção de uma prática política que colocava como central a preocupação com a eficiência e moralidade do Estado.*⁶⁵

Nas eleições de 1890, contando com fraudes apoiadas pelo governo federal, o PRR conseguiu vitória esmagadora. O êxito, entretanto, não ficou por aí. Já nas eleições de parlamentares, em 1891, o partido elegeu todos os seus representantes. Em 04 de julho de 1891 foi aprovada a Constituição elaborada por Júlio de Castilhos que acabou se elegendo presidente do estado. Esta Constituição permitiu ao PRR domínio absoluto da política estadual, legitimando os princípios positivistas.⁶⁶

Sobre esse assunto é significativa a colocação de Pedro Dutra da Fonseca:

*A Constituição estadual (...) de julho de 1891 previa grande concentração de poderes nas mãos do executivo, cabendo a ele, inclusive, fazer as leis. A Assembléia dos Representantes não era órgão legislativo, cabendo-lhe, apenas, discutir o orçamento.*⁶⁷

A Constituição castilhista não reconhecia independência entre Executivo e Legislativo. O presidente era o responsável por estes poderes. Podia governar de

⁶⁴ PINTO, Celi Regina: op. cit. p. 15

⁶⁵ Idem: p. 16

⁶⁶ Idem: p.15

⁶⁷ FONSECA, Pedro C. Dutra. *Vargas: O Capitalismo em Construção 1906-1954*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 41

maneira ditatorial e se reeleger quantas vezes quisesse, desde que obtivesse $\frac{3}{4}$ dos votos. Segundo a filosofia de Comte, era indispensável a “continuidade administrativa”.⁶⁸ O percentual de votos necessário para a eleição do presidente era facilitado pela máquina administrativa bem estruturada que possibilitava as fraudes.

Além dos fatores anteriormente citados, cabe abordar o ideal de modernização da economia do estado. As reformas tributárias geraram taxações aos fazendeiros da campanha. Entendia-se que, por possuírem riquezas, podiam arcar com o desenvolvimento. Deu-se, porém, nos programas de investimento, prioridade ao norte do estado. Esta região era considerada de grande importância para o progresso do Rio Grande do Sul. Foi contemplada inclusive com a construção de estradas de ferro que agilizaram o escoamento da produção e, conseqüentemente, possibilitaram o equilíbrio orçamentário.

O governo republicano, principalmente com Borges de Medeiros, incentivou a colonização da região norte. Diversificou-se, desta forma, a produção e houve significativo impulso no desenvolvimento. Os setores industriais e comerciais também receberam atenção especial do governo.

De acordo com Aldomar Rückert:

*No programa do PRR e na Constituição estadual de 14/07/1891, as diretrizes do positivismo castilhistas para o desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul são, basicamente, a diversificação econômica; o desenvolvimento dos meios de transporte e uma preocupação social, implícita no programa de imigração e na incorporação do proletariado à sociedade.*⁶⁹

Os republicanos também optaram por não intervir nas questões da sociedade. As soluções eventualmente necessárias deveriam se efetivar sem participação dos órgãos públicos. O governo só agiria frente à constatação de perigo de revolta. Um dos lemas adotados pelo positivismo era o do “progresso sem revolução”. Esta política não-intervencionista, contudo, foi quebrada em momentos de crise, visando o incremento da produção. Buscou-se, paralelamente, garantir uma maior circulação dos produtos.

Isto é evidenciado em um dos registros de Mário Maestri:

⁶⁸ BOSI, Alfredo: op. cit. p. 283

⁶⁹ RÜCKERT, Aldomar A: op. cit. p. 114

*Quando foi necessário para melhor garantir a expansão da produção e circulação capitalista no estado, o castilhismo-borgismo interveio expropriando capitais privados, sobretudo internacionais, mesmo que, para tal fim, endividasse o Estado, renegando o axioma comtiniano do equilíbrio orçamentário.*⁷⁰

Outro aspecto que deve ser levado em consideração é que os municípios não possuíam autonomia em relação ao governo do estado. Seus poderes se restringiam à “aceitação ou não dos acordos políticos por parte da elite local”. Se houvesse fissuras ou rompimentos nesses acordos, o governo intervinha, até nomeando intendentess “provisórios” e anulando eleições.⁷¹

1.3 - A Revolução de 1923: os antecedentes

A Constituição, elaborada pelos republicanos em 1891, criou garantias para que o presidente pudesse se reeleger sucessivamente quantas vezes quisesse. Estas garantias, aliadas a muitas fraudes e coerções características da política ao longo da República Velha, foram aos poucos consolidando o poder do PRR. A oposição, composta de fazendeiros da campanha ligados ao PL, ficou assim alheia às decisões.

A região da campanha, com grandes propriedades e presença marcante dos coronéis dotados de significativo poder econômico, se manteve na condição de reduto da oposição. Foi a parte do estado que mais perdeu com a ascensão do PRR.

O norte do Rio Grande do Sul era o reduto maior do poder dos republicanos. Mesmo apresentando alguns conflitos foi responsável pela manutenção do PRR no governo. Cabe salientar que o norte era mais povoado que a campanha. Tinha, face a essa realidade, um número muito maior de eleitores favoráveis ao partido.

Na região norte, caracterizada por campos e matas, destacavam-se as propriedades voltadas à pecuária. Colonos, coletores de erva-mate e caboclos dividiam o espaço com o bloco social dominante, “representado pelos estancieiros, identificados com as forças do situacionismo”.⁷² Outro aspecto de destaque na região era a presença

⁷⁰ MAESTRI, Mário: UPF, 2001, op. cit. p. 48

⁷¹ COLUSSI, Eliane Lúcia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p. 20

⁷² FÉLIX, Loiva Otero: op. cit. p. 96

de pequenas propriedades coloniais, voltadas ao cultivo de gêneros alimentícios. O PRR não era muito simpatizante da colonização. Mesmo assim criou condições para a “continuidade da colonização *espontânea*”, organizada pela iniciativa privada.⁷³

Os detentores do poder eram responsáveis pelas tomadas de decisão, acatadas pela maioria sem grandes contestações. Os menos favorecidos deviam obediência aos chefes locais, que prestavam ajuda em momentos de dificuldade. Isto é: exigia-se, em troca da ajuda, o acatamento incondicional de decisões por eles tomadas.

Os menos favorecidos sofriam mediante o poder do bloco social dominante. Mesmo assim, alguns ganhos lhes foram propiciados. O governo do PRR, disposto a promover a realização social, não deixou essa camada populacional inteiramente desamparada.

Sobre isto Mário Maestri informa:

*O programa republicano abria espaços significativamente maiores de expressão e de realização social, ainda que subalternizados, às classes plebéias e operárias. A diversificação produtiva estendia o mercado de trabalho. A proposta de integração do ‘proletariado’ à ‘sociedade industrial’ do positivismo comtiano correspondia às exigências da nova realidade regional, permitindo concessões sociais, ainda que fossem limitadas.*⁷⁴

Durante a República Velha, em especial nas revoluções de 1893 e 1923, ficaram evidentes os conflitos entre republicanos e oposicionistas na região norte do Rio Grande do Sul. Buscava-se, de ambos os lados, a reunião de forças para combate. Os republicanos a favor e os oposicionistas contra o governo. Mesmo sendo esta uma região de apoio ao PRR, a oposição esteve sempre presente. Em alguns momentos com dificuldade de articulação. Em outros, como durante as eleições de 1922 e a Revolução de 1923, muito mais ativa.

Esses momentos de maior articulação da oposição são assim contemplados por Loiva Félix:

⁷³ MAESTRI, Mário: UPF, 2001 op. cit. p. 62

⁷⁴ Idem: p. 43

*Parece-nos compreensível que de lá partisse a rebelião, uma vez que a serra, por ser o maior reduto do legalismo, tinha também a liderança oposicionista mais espoliada, pela perda de espaço dentro da política do distrito e do município.*⁷⁵

Os primeiros anos do século XX foram de glória para a política republicana no estado. A oposição deixou de se manifestar, por não se sentir prejudicada com as decisões do PRR e Borges de Medeiros pôde empreender longa trajetória frente ao governo estadual. Em 1907, porém, houve uma tentativa de rompimento da oposição com o domínio republicano. Nesse momento, republicanos dissidentes e, também, oposicionistas resolveram enfrentar o poder. Lançaram Fernando Abbott, pelo Partido Republicano Democrático (PRD), como candidato a presidente do estado. Tinha o PRR Carlos Barbosa Gonçalves na disputa do mesmo cargo. Os oposicionistas acabaram frustrados. Foi de Carlos Barbosa, candidato do PRR, a vitória.⁷⁶

O Brasil sentiu os efeitos da crise pós-guerra que abalou a economia mundial no início da década de 20. Nesse momento diminuíram drasticamente as exportações brasileiras. O país ficou sem alternativa de mercado para os seus produtos. Esta recessão atingiu em cheio o Rio Grande do Sul e o domínio de Borges de Medeiros começou a enfraquecer.

A economia gaúcha crescera consideravelmente no período em que a Europa esteve convulsionada pelo conflito mundial. Os pecuaristas haviam feito grandes investimentos para expandir os negócios. “Em especial, o início da década de 1920 representou para o estado um momento de crise interna e externa”,⁷⁷ o que gerou grande descontentamento entre os pecuaristas, que viram seus negócios sofrer uma brusca queda, decorrente da diminuição das exportações. Foram cobradas medidas do governo estadual para que o colapso da economia fosse superado. O governo, entretanto, também enfrentava uma “escassez generalizada de recursos”,⁷⁸ e, por sua vez, tentou transferir a responsabilidade à esfera federal.

Se a oposição não perdia com o governo, inexistia motivo para reclamar. Mas, com a crise de 1921 e o colapso da economia, o fato de seus correligionários não obterem empréstimos para se reerguer, fez com que a oposição sentisse necessidade de lutar. A crise econômica passou, então, a ser também de ordem política.

⁷⁵ FÉLIX, Loiva Otero: op. cit. p. 141

⁷⁶ KIELING, José Fernando: op. cit. p. 14

⁷⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy: 2002, op. cit. p. 83

⁷⁸ ANTONACCI, Maria Antonieta: op. cit. p. 61

Sobre essa crise, Maria Antonieta Antonacci pondera:

*(...) a crise econômica de 1921 estabeleceu, no RS, condições concretas para a atuação das oposições contra o domínio do PRR. (...) Assis Brasil, que incorporou a disposição de ação das oposições gaúchas na década de 1920, orientou e conduziu a luta partidária no RS para o desenvolvimento de novas formas de atuação política da classe dominante rio-grandense.*⁷⁹

Borges de Medeiros, com o apoio do bloco social dominante do norte, resolveu concorrer nas eleições de 1922. Obteve, através de fraudes, a vitória e o privilégio de governar pela quinta vez o estado. Cabe salientar que, apesar das fraudes e da violência utilizadas para garantir vitória, o PRR era majoritário no início da década de 20. Isto pôde ser evidenciado nas eleições de 1924, quando novamente os republicanos foram vitoriosos.

O desenvolvimento auto-suficiente e a busca da expansão de todos os setores da economia⁸⁰ foram o desejo maior do PRR. Não havia, contudo, a preocupação de saber se os fazendeiros da campanha estavam dispostos a arcar com as despesas deste “progresso”. Com a crise de 1921, ficou evidente que este projeto não era mais viável e, conseqüentemente, o domínio político republicano também estava condenado a desaparecer.

Sentiu-se a oposição, nesse momento, estimulada a empreender esforços para uma possível conquista do poder. Planejou-se uma candidatura, supostamente forte, mas carente de projeto sustentável. Em nenhum momento os oposicionistas apresentaram alternativas eficientes para a superação da crise.

Em relação a esse momento Mário Maestri informa:

*Pela primeira vez, a oposição sul-rio-grandense unia-se para combater o PRR. A reunião de propostas políticas divergentes numa só candidatura determinou que a oposição pouco propusesse, além do fim da ditadura pessoal de Borges de Medeiros e da harmonização da constituição sul-rio-grandense com a brasileira.*⁸¹

⁷⁹ ANTONACCI, Maria Antonieta: op. cit. p.11

⁸⁰ Idem: p. 112/113

⁸¹ MAESTRI, Mário: UPF, 2001, op. cit. p. 109

A oposição se articulou em torno da candidatura do republicano dissidente Assis Brasil. Conseguiu levar para as suas fileiras este que tinha sido um dos nomes mais fortes do PRR. Assis Brasil rompeu com os republicanos por não concordar com o autoritarismo que defendiam. Essa cisão foi muito oportuna para os oposicionistas. Assis Brasil se encaixava perfeitamente aos interesses da oposição que desejava uma maior participação política em nível estadual.

Como se pode evidenciar na afirmação a seguir:

*Com a negativa do PRR de submeter-se às reivindicações pastoris, os criadores romperam definitivamente com o governo estadual. Em julho de 1922, Assis Brasil passou a interpretar a oposição dos criadores ao propor que o estado se endividasse para apoiar a economia pastoril, medida que abominara no passado como republicano histórico. O pronunciamento viabilizou a aproximação e a fusão da dissidência republicana com a oposição federalista.*⁸²

Durante as eleições de 1922 a oposição esteve bem articulada. Isto, nas ocasiões anteriores, não acontecia. Muitas alianças foram firmadas e nomes de grande prestígio na política estavam ao lado de Assis Brasil. Esta força de oposição congregava democratas - com destaque para Assis Brasil e Fernando Abbott -, federalistas - descendentes políticos de Silveira Martins, como Raul Pila e Maciel Júnior - e muitos dissidentes republicanos. Na ala dissidente republicana merecia destaque Menna Barreto. A grande maioria dos oposicionistas era composta de fazendeiros e defendia a revisão da Constituição e uma maior participação nas decisões.⁸³

A eleição teve como marcas a violência e as fraudes, de ambos os lados. Mas a estrutura administrativa governista permitiu que estas práticas fossem mais significativas para os republicanos e Borges de Medeiros venceu sem grandes complicações.

Deve ser somado a isso o fato de a região da campanha, reduto maior da oposição, possuir na época uma população escassa. Já o norte, base governista, era bem povoado. O volume de fraudes do PRR, evidentemente, influiu bastante na vitória eleitoral. Em contrapartida o partido também contabilizou o maior número de votos.

⁸² MAESTRI, Mário: UPF, 2001, op. cit. p. 107/108

⁸³ ANTONACCI, Maria Antonieta: op. cit. p. 73

A oposição não aceitou a vitória de Borges de Medeiros. Negava-se a acreditar que o candidato do PRR, Borges de Medeiros, pudesse realmente ter obtido número de votos suficiente para se reeleger.

Em janeiro de 1923, estourou a revolução antiborgista. Primeiramente no norte do Rio Grande do Sul. Mas, em pouco tempo, tomou conta do estado. Neste momento outra vez foi necessária a atuação do bloco social dominante para que o maior número possível de combatentes fosse arregimentado.

A esse respeito Sérgio da Costa Franco coloca:

*[em] 25 de janeiro de 1923, em que Borges de Medeiros iniciava seu quinto mandato, chefes opositores se levantavam em armas na região serrana, dispostos à derrubada do regime borgista.*⁸⁴

A oposição, que nos primeiros anos de domínio do PRR no Rio Grande do Sul foi liderada pelos criadores da campanha, mas que se fazia presente em todas as regiões do estado, aumentou com o passar do tempo. Este crescimento demonstra o desgaste do governo de Borges de Medeiros. Dissidências no PRR e alianças entre opositores foram sendo concretizadas no decorrer da República Velha, principalmente no início da década de 1920. Estas alianças são fortemente sentidas, nas eleições de 1922, com a candidatura de Assis Brasil à presidência do estado. A derrota nas urnas, entretanto, levou a oposição a pegar novamente em armas em 1923. Desta vez contra o governo de Borges de Medeiros. Os revolucionários almejavam, entre outras conquistas, maior participação nas decisões políticas. Esta participação, na ótica deles, era impossível enquanto Borges de Medeiros continuasse no poder.

Os antiborgistas estavam longe de ter suas ambições favorecidas. Os republicanos, detentores do poder político e/ou econômico, conseguiram arregimentar na região norte maior número de pessoas para a luta.

A população menos favorecida, sem outra saída, fez-se presente, em grande número, nas fileiras anti-revolucionárias. Não houve, porém, hegemonia dos republicanos neste aspecto. Os menos favorecidos também marcavam presença na ala adversária. Ganhavam, tanto de um lado quanto do outro, proteção para os seus dependentes.

⁸⁴ FRANCO, Sérgio da Costa. *A pacificação de 192: As negociações de Bagé*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996. p. 7

A oposição queria intervenção federal no Rio Grande do Sul. Entendia viável esta medida porque Borges de Medeiros havia feito oposição à candidatura do então presidente da República Arthur Bernardes. Arthur Bernardes, contudo, reconheceu a vitória de Borges de Medeiros nas eleições estaduais e optou por enviar Setembrino de Carvalho para auxiliar em negociações de paz.

As negociações de paz foram tumultuadas. Forças governistas e oposição mostravam profundas divergências. Mesmo assim a Revolução acabou cessando com o “Pacto de Pedras Altas”, que garantiu a Borges de Medeiros terminar o quinto mandato à frente do governo do estado. Aos revolucionários o acordo assegurou a revisão da Carta Constitucional. Houve, a partir daí, uma maior abertura aos oposicionistas na política do Rio Grande do Sul. Proibiu-se a reeleições para a presidência estadual. As eleições federais foram proteladas para maio de 1924.

Sobre esse episódio, Maria Antonieta Antonacci assevera:

*O movimento acabou num acordo entre os detentores do poder e os fora dele. Pelo Pacto de Pedras Altas, em dezembro de 1923, ficou estabelecido que seria revisada a constituição positivista e que Borges, uma vez completado o seu quinto mandato, não mais se reelegeria.*⁸⁵

Com a Revolução de 1923 o poder dos republicanos começou a declinar. O “Pacto de Pedras Altas” deu início a “uma reconciliação da classe dominante, que a partir deste momento começa a se articular entre si e com as demais classes da sociedade gaúcha”.⁸⁶ A “Era Borges” entra em sua fase final. Borges de Medeiros, chefe maior do partido republicano no Rio Grande do Sul, saiu das negociações de pacificação desprestigiado.⁸⁷

Após a Revolução, Borges de Medeiros se retirou do cenário político. Reapareceu, no entanto, em 1932, para fazer oposição a Getúlio Vargas. O chefe maior do PRR continuou tendo suas opiniões respeitadas por muitos dos fortes políticos do norte.

José Fernando Kieling expõe, a respeito, esta ótica:

⁸⁵ ANTONACCI, Maria Antonieta: op. cit. p. 86

⁸⁶ Idem: p. 111

⁸⁷ ABREU, Luciano Aronne: op. cit. p. 54

*A evolução política posterior à revolução de 1923 é entendida, na historiografia rio-grandense contemporânea, como um processo de aglutinação que se realiza em duas linhas: articulação da oposição e aproximação de oposição e situação na superação de conflitos intra-oligárquicos.*⁸⁸

Os quatro anos posteriores à Revolução foram de extrema importância para a história do Rio Grande do Sul. Isto porque assinalaram o final da “Era Borges” e abriram maiores perspectivas de participação dos oposicionistas na vida política do estado.

1.4 - As movimentações em torno da pacificação da Revolução de 1923 no estado

Segundo Sérgio da Costa Franco,⁸⁹ a pacificação do Rio Grande do Sul exigiu amplas discussões também em nível nacional. Ganharam destaque nesse contexto o presidente da República Arthur Bernardes e seus ministros João Luiz Alves, da Justiça, e Fernando Setembrino de Carvalho, da Guerra.

A oposição estava contando com uma intervenção federal no estado. Baseava esta cogitação no fato de o PRR não ter apoiado Arthur Bernardes na campanha rumo à presidência da República. Acreditava que a intervenção seria uma boa resposta do vitorioso político – Arthur Bernardes elegeu-se presidente – aos que lhe negaram respaldo. O governo federal, no entanto, negou-se a tomar partido e optou por mediar as negociações de paz, efetivadas através de Setembrino de Carvalho. É bom deixar claro que, já em abril de 1923, a legitimidade da eleição de Borges de Medeiros foi reconhecida pelo presidente Arthur Bernardes.⁹⁰ No mês seguinte, em correspondência oficial, o presidente Arthur Bernardes defendeu a necessidade de as correntes antagônicas existentes no Rio Grande do Sul fazerem concessões para que a paz se tornasse possível.⁹¹

Um dos aspectos mais significativos da influência de Arthur Bernardes na pacificação foi a cautela. Ele determinou a presença dos ministros João Luiz Alves e

⁸⁸ KIELING, José Fernando: op. cit. p. 33

⁸⁹ FRANCO, Sérgio da Costa: op. cit. p. 5

⁹⁰ ABREU, Luciano Aronne: op. cit. p. 50

⁹¹ KIELING, José Fernando: op. cit. p. 23

Setembrino de Carvalho, nas negociações de paz, mas em momento algum cogitou “intervenção afrontosa à autonomia do estado”.⁹² Não se indis pôs, assim, com o governo de Borges de Medeiros. Percebe-se que houve real preocupação de Arthur Bernardes com o término do conflito no Rio Grande do Sul. Ele poderia ter encarado aquele cenário como algo de pouca importância. Mas, pelo contrário, optou por trabalhar em favor do que acabou sendo chamado de “Pacto de Pedras Altas”.

A atuação de Setembrino de Carvalho foi decisiva para que os sul-riograndenses depusessem as armas e acabassem a Revolução. Ele foi o mediador das negociações diplomáticas e ajudou a estabelecer as cláusulas do tratado de paz. A assinatura do “Pacto de Pedras Altas” ocorreu em 15/12/1923, pondo um ponto final nos atos de guerra.

Nos primeiros anos de vida pública, Setembrino de Carvalho esteve ligado ao PRR. Mas, já no início do governo republicano no estado, se desentendeu com Júlio de Castilhos e partiu para a carreira militar, chegando à patente de general.

Sérgio da Costa Franco ressalta que Setembrino de Carvalho tentou não tomar partido e, acima de tudo, procurou priorizar a lealdade ao presidente da República. Zelou por correção igualmente no trabalho frente às duas partes envolvidas no conflito.⁹³ Canalizou as reivindicações da oposição ao presidente estadual e, também, as conseqüentes concessões aos revolucionários.

Esta forma de procedimento se constata neste registro:

*Por parte dos rebeldes houve a clara intenção de aliciar Setembrino em favor de seus propósitos acenando-lhe mesmo com a sua candidatura à presidência do Estado, em caráter de conciliação. Mas tal iniciativa jamais ganhou corpo, seja porque os borgistas não a admitiam, seja porque o próprio Setembrino se incumbiu de lhe negar alento.*⁹⁴

Os republicanos chegaram a temer que Setembrino de Carvalho acabasse do lado dos revolucionários. O coronel Firmino de Paula Filho, Intendente de Cruz Alta e um dos nomes mais fortes do PRR na região norte do Rio Grande do Sul, relatou sua desconfiança em relação à presença do ministro da Guerra e de sua comitiva nas

⁹² FRANCO, Sérgio da Costa: op. cit. p.12

⁹³ Idem: p. 11

⁹⁴ Idem: p. 14

negociações de paz, em correspondência enviada a Borges de Medeiros. Nessa mesma oportunidade Firmino de Paula Filho informou que não concordava com o armistício, pois a vitória *legalista* chegaria com mais alguns dias de combate. Deixava transparecer a desconfiança de que os discursos de Setembrino de Carvalho só animavam os revolucionários, que podiam andar armados e eram recebidos em reuniões, enquanto que as forças *legalistas* enfraqueciam.⁹⁵

Sobre essa realidade, lê-se o seguinte telegrama de Nicolau de Araújo Vergueiro, chefe político do PRR em Passo Fundo, endereçado a Borges de Medeiros:

*Protesto contra intromissão e manifestações ofensivas a autonomia do Estado. Solidariedade política a Borges de Medeiros. Sendo que este só quer a manutenção da ordem e a oposição só quer a anarquia.*⁹⁶

Percebe-se nas páginas do jornal “A Federação”, órgão de divulgação do PRR, sediado em Porto Alegre, que a idéia de intervenção federal no Rio Grande do Sul, exposta em um determinado momento, não foi bem aceita. Sequer a presença dos mediadores enviados por Arthur Bernardes foi recebida com simpatia. Os republicanos acreditavam que poderiam resolver o conflito sem auxílio externo.

Isto é evidenciado na nota a seguir:

*O governo sul-rio-grandense se sente forte, coeso, indestrutível, capaz de abafar mais dias ou menos dias, o movimento sedicioso, impatriótico que rebentou naquele Estado.*⁹⁷

Mesmo com muitas desconfianças, em torno da sua missão de pacificação, Setembrino de Carvalho conseguiu a admiração de alguns nomes fortes do PRR.

Isto é possível constatar numa das narrativas de João Neves da Fontoura:

(...) os mais exaltados dos nossos correligionários atribuíam a ele marcadas afinidades pela causa oposicionista (...). Se pessoalmente ele pendia para a causa do

⁹⁵ Carta. Cruz Alta, 12/11/1923. Instituto Histórico e Geográfico. Porto Alegre.

⁹⁶ Telegrama. Passo Fundo, 14/06/1923. Instituto Histórico e Geográfico. Porto Alegre.

⁹⁷ “A Federação”. 20/10/1923. Porto Alegre.

Dr. Assis Brasil, como membro do Governo federal soube portar-se a altura do cargo e dos interesses do Rio Grande do Sul e da República. ⁹⁸

A população do Rio Grande do Sul, que presenciou toda a movimentação de guerra, depositou confiança nos mediadores do governo federal. Acreditava que a paz podia ser alcançada com a influência de negociadores isentos. Na região norte, Setembrino de Carvalho e sua comitiva foram bem recebidos pelo povo.

Sobre isso o jornal “A Federação” publicou:

Ao penetrar no salão do clube foi o general Setembrino saudado com uma salva de palmas, sendo coberto de flores.

Em nome dos manifestantes saudou a sua excelência o major Salathiel de Barros, que em eloqüente oração traduziu a imensa alegria de que se achava possuída a sociedade cruzaltense em receber em seu seio o ilustre general Setembrino de Carvalho, a quem a cidade tantos benefícios deve e não só sob o ponto de vista material, como também sob o ponto de vista moral e social. ⁹⁹

De passagem por Cruz Alta, Setembrino de Carvalho afirmou que não pretendia fazer imposições. Conversaria diplomaticamente com ambas as partes. Seu único propósito era chegar à paz. Manifestava o entendimento de que o fim dos combates dependia somente das correntes antagônicas sul-rio-grandenses.

Mesmo com a suspeita de intervenção federal no estado os partidários de Borges de Medeiros não deixaram de depositar uma dose razoável de confiança na ação de Setembrino de Carvalho. Prova disso são algumas notas do jornal “A Federação”, pertencente ao PRR, com alusões às intenções de pacificação do enviado de Arthur Bernardes.

Um exemplo é o registro a seguir:

Disse o emissário que sua excelência faria os maiores esforços para que cessasse essa luta fratricida que mancha de sangue as coxilhas do Rio Grande.

Disse mais que não vinha fazer imposição nem a uma nem a outra das facções em luta e sim apelar para que todos os rio-grandenses ouvissem as suas palavras de

⁹⁸ FONTOURA, João Neves da. *Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Globo, 1963. v. 1 p. 297

⁹⁹ “A Federação”. 23/10/1923. Porto Alegre.

confraternização e nestas condições, o êxito de sua missão dependerá dos próprios rio-grandenses. ¹⁰⁰

Em muitos momentos o jornal “A Federação” noticiou que o PRR não via com bons olhos a intervenção e nem a participação de Setembrino de Carvalho nas negociações. Em um desses momentos fez esta observação a respeito da mediação destinada pelo governo federal: “acaba deixando por terra, desse modo, toda a liberdade política que a nossa Constituição nos assegura, nos reconhece”. ¹⁰¹ O jornal também acreditava que, mais cedo ou mais tarde, o governo do estado conseguiria vencer os revoltosos.

A presença de Setembrino de Carvalho no Rio Grande do Sul foi, por muitos, considerada uma violação à forma republicana de governo. Os partidários de Borges de Medeiros utilizaram mensagens do presidente Epitácio Pessoa, emitidas em 1921, para demonstrar repúdio a uma possível intervenção federal no Rio Grande do Sul. Não admitiam essa idéia nem mesmo com intuito único de negociar a paz.

É de Epitácio Pessoa esta mensagem veiculada no jornal “A Federação”:

Imagine-se que seria da autonomia dos Estados e com ele todo o aparelho federativo, se o governo da União tivesse o arbítrio de considerar violada a forma republicana no Estado e nele intervir sob a égide do art. 6º n. 2 da Constituição, sempre que o candidato da oposição alegasse que fora ele e não o seu competidor o vitorioso nas urnas. (Epitácio Pessoa - Mensagem). ¹⁰²

Após um período de críticas da imprensa oficial republicana, à nomeação do ministro da Guerra para auxiliar nas negociações de paz, são encontradas notas de apoio. Essa imprensa mostrava sensível confiança no general Setembrino de Carvalho e oferecia censura aos revoltosos, que insistiam em não colaborar para o êxito das tentativas de pacificação. Mas esta aceitação foi apresentada no jornal como um empenho do governo pelo bem do Rio Grande do Sul.

Sobre a acolhida da mediação federal no estado, o jornal “A Federação” pronuncia-se da seguinte maneira:

¹⁰⁰ “A Federação”. 23/10/1923. Porto Alegre.

¹⁰¹ “A Federação”. 20/10/1923. Porto Alegre.

¹⁰² “A Federação”. 03/10/1923. Porto Alegre.

Merece as mais severas censuras o procedimento da imprensa assistista daqui e do Rio – para onde emigraram certos agitadores da desordem, corridos pelos seus próprios correligionários - que, em vez de auxiliar e coadjuvar a generosa iniciativa pacificadora que, neste momento, põe em realização no nosso Estado o ilustre general Setembrino de Carvalho como emissário do chefe da Nação, intenta criar-lhe dificuldade, e entraves, instigando os chefes rebeldes a repelirem as propostas de paz, caso elas não satisfaçam as exigências absurdas e ilegais dos empreiteiros da rebeldia.

103

Nas páginas do jornal “A Federação” viu-se, anteriormente, muita desconfiança das intenções de mediadores federais no estado. Já nos informes relativos ao Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense, de 12 de outubro de 1923, verifica-se manifestações de apoio à atitude de Arthur Bernardes.

Sobre a medida do governo federal, lê-se o seguinte:

*Não tendo sido possível ao Dr. Arthur Bernardes evitar a eclosão da desordem mediante a aceitação do encargo de árbitro que nós lhe ofereceremos em nome dos superiores interesses do nosso Estado e da República, nem por isso tem se desinteressado sua excelência da pacificação do Rio Grande. Propôs-se o chefe da Nação a ser mediador entre o governo e os insurrectos. Temos recebido de bom grado esta mediação.*¹⁰⁴

Deve-se ressaltar que o PRR só aceitou a mediação - e a posterior pacificação do conflito armado - com a garantia de que não pretendessem alterar a sua doutrina. Exigiram, igualmente, que os oposicionistas aceitassem Borges de Medeiros à frente do governo.

Sobre as condições para que o acordo de paz fosse assinado, lê-se o seguinte:

Pensamos que o Governo do Estado poderá fazer concessões políticas aos nossos adversários, contanto que, previamente, deponham as armas e se submetam à autoridade constituída; mas pensamos também que essas concessões não devem

¹⁰³ “A Federação”. 13/11/1923. Porto Alegre.

¹⁰⁴ “O Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense de 12 de outubro de 1923”. s/e p. 176

*envolver questões fundamentais da nossa doutrina política, sempre por nós defendida com a mais completa sinceridade e com o máximo devotamento.*¹⁰⁵

Pode-se ainda considerar a manifestação de apoio do coronel Firmino Paim Filho, forte político da região norte do Rio Grande do Sul, à permanência de Borges de Medeiros no governo estadual. Este posicionamento se deu durante o Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense.

Este momento foi registrado da seguinte forma:

*O Partido Republicano em peso, sem exceção de um só município, manifestá-se já, espontaneamente, antes de qualquer consulta regular, pela permanência do eminente estadista à frente dos negócios públicos. Assistira o Rio Grande do Sul, após o pronunciamento do ilustre general Firmino de Paula, a uma verdadeira aclamação do presidente, para o efeito da sua recondução ao governo.*¹⁰⁶

A mediação federal foi vista com bons olhos pela oposição que acreditava numa chance de colocar Setembrino de Carvalho do seu lado. Este sentimento, porém, não era unânime. Alguns opositoristas negaram-se a se empolgar com a idéia porque sabiam que Borges de Medeiros não aceitaria deixar a presidência do estado por meio de um acordo de paz. Para estes opositoristas a vitória através das armas seria o meio eficaz de retirar Borges de Medeiros do poder.

Sobre essa linha filosófica lê-se uma nota no jornal “Última Hora”, órgão de apoio aos opositoristas, que circulava em Porto Alegre:

*As linhas mestras do regime ditatorial permanecerão intangíveis (...). Encaminhada por esta forma a discussão do “caso” rio-grandense, não sei onde o ministro irá buscar a solução honrosa. Diante disso, os assististas devem temer mais a paz do que recearam a guerra.*¹⁰⁷

As propostas de paz, basicamente, não tinham as simpatias dos opositoristas que apostavam em vitória na revolução.

¹⁰⁵ “O Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense de 12 de outubro de 1923”. p. 176

¹⁰⁶ Idem: p.161

¹⁰⁷ “Última Hora”. 15/10/1923. Porto Alegre.

Isto pode se verificar também em nota do jornal “Última Hora”:

O general Portinho tomou a vila de Lagoa Vermelha, tendo a força sob o comando do Dr. Paim, em número superior a 400 homens, abandonado a situação, seguindo rumo a Vacaria.

*As forças libertadoras marcham vitoriosas em execução aos planos traçados pelos chefes.*¹⁰⁸

O acordo de paz foi prontamente acatado pelos borgistas. As dissidências crescentes no PRR mostravam que a hora de realizar algumas reformas estatutárias havia chegado. A oposição, ao contrário, não via com bons olhos as cláusulas do acordo. Negava-se a admitir que Borges de Medeiros continuasse à frente do governo do estado. Também condenava Assis Brasil por ter assinado o acordo.

Borges de Medeiros continuou na presidência do estado, mesmo diante das contestações dos adversários. O acordo de paz, entretanto, permitiu algumas vitórias aos opositoristas. A de maior impacto foi o impedimento de reeleição para o governo estadual, o que significava a aproximação do final da “Era Borges”. Outra vitória comemorada pelos combatentes de Borges de Medeiros foi uma maior participação na esfera de poder com “a garantia de um mínimo de seis cadeiras à oposição na Assembléia dos Representantes”.¹⁰⁹

Sobre as mudanças ocasionadas pelo acordo de paz, Loiva Félix escreveu:

*O fim da revolução asseguraria a garantia de mudança, ao afastar a possibilidade de reeleição do governo do Estado, pois aqueles instrumentos fossem políticos ou jurídicos, ao sancionarem as sucessivas reeleições para presidente e a autoridade deste para designar os titulares das várias funções públicas, permitia, também, a esclerose administrativa pelo continuísmo político.*¹¹⁰

As conquistas garantidas no acordo de paz evitaram ruptura na oposição. Mas, para isto, também foi necessário muito argumento de nomes de relevância como Assis Brasil e Honório Lemes.

¹⁰⁸ “Última Hora”. 22/09/1923. Porto Alegre.

¹⁰⁹ ABREU, Luciano Aronne: op. cit. p. 55

¹¹⁰ FÉLIX, Loiva Otero: op. cit. p. 164

É esclarecedor o que diz, sobre isso, José Fernando Kieling:

*Assis Brasil e Honório Lemes tiveram que discutir longamente a aceitação dos termos da pacificação para evitar rupturas imediatas da oposição. E conseguiram, convencendo os revolucionários de que a luta prosseguiria nas urnas, sob um novo estatuto eleitoral.*¹¹¹

A atuação de Setembrino de Carvalho mereceu destaque em todo o processo de pacificação. Mesmo passando por diversos momentos de impasse - ora com a oposição, ora com a situação - pôde finalmente ver as partes cederem em pontos de divergência e o acordo foi assinado.

Sobre o papel de Setembrino de Carvalho, nesse momento da história sul-riograndense, é preciosa a colocação de Sérgio da Costa Franco:

*É inegável, porém, que um relevante papel foi cumprido pela habilidade diplomática do emissário do presidente Arthur Bernardes. Segundo ele mesmo registrou em suas reminiscências, não fosse a sua perseverança na ação pacificadora, sua resignação às decepções, sua paciência em suportar sérias contrariedades, 'a paz não seria realizada'.*¹¹²

Setembrino de Carvalho obrigou-se a ter substancial volume de paciência e persistência. Foi incansável e sobremaneira tolerante nas negociações. Dificultava a sua missão o fato de nenhuma das partes querer fazer grandes concessões. Com maestria, entretanto, conseguiu que o acordo fosse firmado e a paz consolidada. Demonstrou, assim, ser um grande diplomata.

A oposição aceitou, portanto, a pacificação do estado sem a deposição de Borges de Medeiros. Esperava que, após a assinatura do acordo, fossem garantidas a liberdade de ação e uma maior participação nas decisões políticas. Já em janeiro de 1924 formalizou-se “a Aliança Libertadora como instituição política de unificação da oposição”.¹¹³ Mesmo assim o governo estadual continuou com perseguições aos oposicionistas.

¹¹¹ KIELING, José Fernando: op. cit. p. 35

¹¹² FRANCO, Sérgio da Costa: op. cit. p. 26

¹¹³ KIELING, José Fernando: op. cit. p. 35

Sobre esta até certo ponto inesperada forma de procedimento de Borges de Medeiros, José Fernando Kieling registra:

A partir dos primeiros dias de janeiro, já aparecem (...) denúncias contra os desmandos situacionistas e o pouco empenho do governo federal nas garantias de paz. (...) Borges de Medeiros, efetivamente, não estava disposto a concessões. Usando de várias estratégias ludibriou a decisão de extinção dos corpos provisórios. (...) Estava claro que pretendia manter a capacidade coercitiva de sua força militar. ¹¹⁴

Os ânimos não se acalmaram completamente após a assinatura do armistício. O governo estadual nem cogitava fazer concessões e o descontentamento, na ala oposicionista, era visível.

As tensões na região norte do Rio Grande do Sul são objeto de significativa observação de Loiva Félix:

O ano de 1924 iniciava-se de forma tensa na região, especialmente os meses de março a maio, com o ambiente pré-eleitoral convulsionado. Os oposicionistas Felipe Potinho e Leonel Rocha arregimentavam eleitores para sua qualificação eleitoral. O primeiro deles protestou, a Borges, por telegrama, contra a falta de garantias em Cruz Alta e Palmeira. ¹¹⁵

Setembrino de Carvalho defendeu energicamente a obediência às cláusulas do acordo de pacificação. Empreendeu grande esforço para que efetivamente se desse maior espaço à oposição na vida política do estado. Tinha em mente que assegurar liberdade às oposições, nas eleições para deputado e senador de maio de 1924, era um dos pontos fortes do acordo que pôs fim à Revolução de 1923.

Este empenho de Setembrino de Carvalho dá para ser constatado em nota publicada no jornal “Correio do Povo”:

¹¹⁴ KIELING, José Fernando: op. cit. p. 37/38

¹¹⁵ FÉLIX, Loiva Otero: op. cit. p. 167

*O marechal Setembrino de Carvalho comunicou à oposição daqui haver providenciado no sentido de serem asseguradas garantias à liberdade do pleito de 3 de maio.*¹¹⁶

Tanto trabalhou, Setembrino de Carvalho, que pôde se observar um clima de esperança no cenário oposicionista. O mediador do governo federal também chegou a crer no cumprimento das cláusulas de não interferência do PRR nas eleições e de direito a uma maior participação da oposição na vida política do Rio Grande do Sul. Apesar disso muitas fraudes foram detectadas já nas eleições de 3 maio de 1924.

Sobre o desrespeito às cláusulas do acordo de paz de 1923 José Fernando Kieling tem esta visão:

*Tendo em vista o pleito federal de maio de 1924, o PRR encontrou ainda outra maneira de complicar a campanha eleitoral: embaraçar o serviço de alistamento dos eleitores oposicionistas. Isso ocorre através da morosidade no atendimento, negação de atestados de residência, paralisação dos serviços por falta de livros de registro, coação sobre o funcionalismo público, etc. Por outro lado, em favor do PRR, forjam-se atestados de maioria a menores e alistam-se uruguaios.*¹¹⁷

Nas páginas do “Correio do Povo” também existem registros sobre o momento:

*A diretoria da Aliança Libertadora desta cidade passou ao Dr. Fernando Maximiliano, procurador da República, o seguinte telegrama: ‘Mais uma vez recorreremos ao vosso altruístico e justiceiro amparo, comunicado que os títulos velhos, até a pouco depositados na Intendência, foram (...) transferidos para o Centro Republicano, residência atual do deputado Octavio Rocha. Os eleitores que vão procurar os seus títulos são logo cercados pelo referido deputado que com veemente coação tenta impedir a sagrada liberdade. Suplicamos providencias para serem os títulos novamente transferidos para a Intendência, afim da distribuição ser feita sem constrangimento ou ameaça.*¹¹⁸

¹¹⁶ “Correio do Povo”. 28/04/1924. Porto Alegre.

¹¹⁷ KIELING, José Fernando: op. cit. p. 38

¹¹⁸ “Correio do Povo”. 04/03/1924. Porto Alegre.

O panorama político da época era por demais complexo. A coerção da parte dos republicanos não conseguiu impedir a vitória da oposição em muitas regiões do estado. Ficou, assim, bem evidente que a política do Rio Grande do Sul não mais estava inteiramente subjugada aos interesses do PRR. Em suas memórias, o general Zeca Netto, grande adversário do governo, tanto em 1893, quanto em 1923, enfocou as fraudes e coerções. Ressaltou, de forma vibrante, que elas não foram suficientes para impedir a vitória de seus correligionários no município de Camaquã.

Aqui um trecho do que escreveu o general Zeca Netto em relação às conquistas de alguns partidários nas eleições de 1924:

*Ao instalar-se a mesa da eleição, de um lado da casa estacionavam os cem provisórios com sua metralhadora assestada para a casa, do outro a força federal com sua metralhadora assentada também para a casa (...) A certa altura da votação, o tenente provisório apresenta ao presidente da mesa um título, provisório como ele, que havia um mês apenas se achava no Município. Eu estava de fiscal e também o Dr. Dario Crespo. O presidente da mesa me passa o título para examinar. Pego o título preenchido a máquina de escrever, olho para o tenente e digo-lhe: 'Vote, apesar de ser ilegal seu voto, que de nada servirá, pois que ganharemos nós, os oposicionistas, as eleições aqui no município'. Como de fato ganhamos.*¹¹⁹

Deve-se levar em consideração, evidentemente, que as vitórias obtidas pela ala oposicionista, em sua grande maioria, continuaram concentradas na campanha. Nessa região, mesmo antes da Revolução de 1923, a oposição conseguia resultados eleitorais positivos.

A máquina administrativa do PRR, durante a República Velha, foi bem estruturada. Isto não permitiu que a oposição concretizasse, de forma satisfatória, as suas ambições eleitorais. As vitórias continuaram escassas mesmo com o findar da revolução. A aproximação da oposição com as esferas de poder só foi possível com a ascensão de Getúlio Vargas ao governo estadual.

Isto é evidenciado numa narrativa de José Fernando Kieling:

¹¹⁹ NETTO, José Antônio (General Zeca Netto). *Memórias*. Apresentação e notas: Sérgio da Costa Franco. Nota Biográfica: Ruy Castro Netto. Martins Livreiro Editor: Porto Alegre, 2003. p. 112

*A sucessão presidencial do Estado, (...) abre novas brechas para a infiltração oposicionista. Escolhido Getúlio Vargas para o cargo, com ele assumem posição de destaque na administração estadual, um grupo bem mais liberal, composto por Oswaldo Aranha, Flores da Cunha e João Neves.*¹²⁰

Getúlio Dornelles Vargas nasceu, em 19 de abril de 1882, no município de São Borja. Filho do General Manoel do Nascimento Vargas e Cândida Dornelles Vargas¹²¹, formou-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1907. Como Borges de Medeiros, ingressou na atividade política quando era ainda bem jovem.

Sobre o início da trajetória política de Getúlio Vargas são significativas as ponderações de Joseph Love:

*(...) fora dirigente do PRR em São Borja desde a época da rebelião federalista. (...) Após uma curta iniciação na carreira militar, o jovem Vargas demonstraria na política estudantil sua considerável habilidade. (...) Em 1916, Borges ofereceu-lhe o cargo de chefe da polícia estadual, que ele rejeitou. (...) Borges elevou-o no ano seguinte a líder da maioria no Legislativo do Rio Grande do Sul. (...) Getúlio foi para o Congresso em 1923, regressando a seu Estado para lutar contra os libertadores. Em 1924 tornou-se líder da delegação gaúcha na Câmara dos Deputados. Dois anos mais tarde o Presidente Washington Luís nomeou-o Ministro da Fazenda.*¹²²

Getúlio Vargas procurou aproximar-se efetivamente da oposição. Permitiu que os oposicionistas tivessem a possibilidade de uma maior presença no cenário político estadual. Isto lhe rendeu bons dividendos políticos. Já na candidatura à presidência da República teve o apoio da oposição. Isto é: conseguiu fazer os liberais apoiarem a candidatura articulada pelo PRR.

1.5 - Os acontecimentos locais nos últimos anos do governo Borges de Medeiros

¹²⁰ KIELING, José Fernando: op. cit. p. 98

¹²¹ BALBINOT, Jonas: op. cit. 30/31

¹²² LOVE, Joseph L: op. cit. p. 234/235

Desde 1924 ficou evidente a fragilidade do acordo que determinou o fim da Revolução de 1923. Em consequência disso, já em 1925, tornou-se latente nos círculos oposicionistas o desejo de derrubar Borges de Medeiros. Houve manifestações contundentes até contra o presidente da República, Arthur Bernardes, acusado de traição por ter não ajudado a retirar Borges de Medeiros do poder. Tornava-se, assim, difícil ao PRR sustentar o seu representante na presidência do Rio Grande do Sul. Via-se em todos os lugares uma oposição cada vez mais descontente pelo fato de o governo não ter cumprido cláusulas importantes do “Tratado de Pedras Altas”.

Sobre esse clima Loiva Félix faz a seguinte observação:

*Em 1925, mostrando a irrealidade da pacificação e a fragilidade do Pacto de Pedras Altas, Honório Lemos levanta-se contra Bernardes. Porém o objetivo ainda era derrubar o presidente do estado gaúcho. Honório Lemos considerava Bernardes um traidor dos rebeldes de 23, por ter conservado Borges no poder.*¹²³

O ano de 1925 foi de grande importância para a oposição. As diversas ramificações oposicionistas resolveram suprimir divergências e fortalecer a união para concentrar a força de combate em Borges de Medeiros. O nome de força nessa ala cheia de disposição era Assis Brasil.

Sobre isto Luciano Abreu faz oportuno registro:

*(...) as oposições estavam unidas sob uma única liderança – Assis Brasil – e haviam sido suprimidas e/ou amenizadas as divergências entre os vários grupos de oposição. Os ataques ao governo, então, passaram a ser concentrados, o que era mais um motivo para justificar a mudança no discurso republicano.*¹²⁴

Pretende-se concretizar este estudo levando-se em conta o conteúdo do jornal “O Nacional” de Passo Fundo. É relevante observar que este veículo de comunicação sempre se classificou de independente. Constitui, portanto, fonte de credibilidade para o trabalho histórico aqui proposto. Cabe frisar que o jornal é um lugar de memória e possibilita a pesquisa de diversos temas.

Tem-se, contudo, sempre presente que:

¹²³ FÉLIX, Loiva Otero: op. cit. p. 168

¹²⁴ ABREU, Luciano Aronne: op. cit. p. 56/57

*(...) os definidores da informação são, a princípio, os que detêm poder e prestígio, desempenhando a mídia, o papel secundário de reproduzir as definições dos acontecimentos (...) que partem destes setores privilegiados.*¹²⁵

No momento em que se consolidou o engajamento da oposição em torno de uma só causa - atacar Borges de Medeiros e seu governo - havia uma preocupação constante com boatos de possíveis ataques ao território gaúcho. Esta reação adversa seria provocada por forças oposicionistas – ou revolucionárias - centradas em países vizinhos. Esses boatos, entretanto, foram desmentidos pela imprensa do Rio Grande do Sul.

O jornal “O Nacional” enfoca o momento da seguinte maneira:

*Boatos de invasão – Soubemos de pessoa merecedora de todo crédito, há pouco tempo chegada da República Argentina, que ali não se cogita nenhuma invasão ao nosso território por parte dos revolucionários, acrescentando que Leonel Rocha se acha em Monte Agudo trabalhando em madeiras, e que as nossas fronteiras continuam guarneçadas unicamente por prevenção.*¹²⁶

Apesar da negativa de invasão de forças oposicionistas centradas em países fronteiriços, mesmo no norte do estado, região de maior concentração de republicanos, reações contrárias ao governo de Borges de Medeiros começaram a aparecer. O PRR sentiu de imediato o clima de dificuldade. Os ânimos se levantavam contra o governo estadual em vários municípios do norte sul-rio-grandense.

Com relação a esses movimentos sediciosos, o jornal “O Nacional” atua da seguinte maneira:

Como é de domínio público vinham se espalhando boatos, aliás, confirmados, da existência de um ou mais grupos de revolucionários na Fazenda Quatro Irmãos. Esses grupos já haviam cometido algumas violências contra particulares (...).

No lugar denominado Campo Bonito, na referida Fazenda (...) travou-se então renhido fogo, prolongando-se por mais ou menos 3 horas, tendo terminado com a

¹²⁵ ABREU, Alzira Alves de: op. cit. p. 59-70

¹²⁶ “O Nacional”. 11/07/1925. Passo Fundo.

retirada da força governista que foi forçada a tomar essa decisão por ver acabada a sua munição. (...)

*Sabemos que o Governo do Estado se mostra interessado em afastar definitivamente de Quatro Irmãos esses grupos que de há muito ali permanecem, ocasionando constantes reclamações por parte da Diretoria daquela Colônia.*¹²⁷

Paralelamente a esses movimentos rebeldes, a região presenciou o início dos movimentos em torno da emancipação de Carazinho. Mas a independência política e administrativa desse que era um forte distrito de Passo Fundo veio a se concretizar somente em 24 de janeiro de 1931. Mesmo assim agitou sobremaneira o cenário político regional.

Sobre esse tema, encontram-se vários informes no jornal “O Nacional”, como o que vem a seguir:

*Em sessão realizada segunda-feira última, o Conselho Municipal não tomou conhecimento do memorial dirigido ao presidente do Estado pela Associação Comercial de Carazinho, pedindo a emancipação do 4º distrito deste município, para constituir-se em município autônomo.*¹²⁸

Um fato, apesar de tudo isso, não pode ser contestado. Mesmo diante das ameaças de invasão do exterior, das agitações em torno da emancipação de Carazinho e da união oposicionista, o PRR continuou com muita força na região norte do Rio Grande do Sul. Um dos seus nomes fortes em Passo Fundo era Nicolau de Araújo Vergueiro. Além disso, Borges de Medeiros inspirava imenso respeito nessa parte do estado.

É elucidativa a seguinte nota veiculada no jornal “O Nacional”:

Inaugurou-se, domingo último, com a presença de grande número de famílias e cavalheiros, o Centro Republicano Dr. Araújo Vergueiro em Carazinho.

Para assistirem as atividades inaugurais para lá se dirigiram inúmeros republicanos de vários municípios vizinhos. (...)

¹²⁷ “O Nacional”. 02/09/1925. Passo Fundo.

¹²⁸ “O Nacional”. 09/12/1925. Passo Fundo.

*O Dr. Araújo Vergueiro, ao penetrar no salão, foi recebido por uma salva de palmas, sendo erguidas vivas a sua pessoa, ao Partido republicano e ao Dr. Borges de Medeiros.*¹²⁹

Sobre Nicolau Araújo Vergueiro, Loiva Otero Félix assim se expressa:

(...) abrangendo o período de 1920 a 1932, quando sua influência [Nicolau Araújo Vergueiro] se fez sentir de maneira direta e indireta, uma vez que foi intendente de 1920-1924 (...); no quadriênio seguinte (1924-1928), foi substituído (...) [por] Armando Araújo Annes (portanto, nessa fase, a influência de Vergueiro se fez sentir de maneira indireta no poder formal e direta nas relações pessoais na cidade). No quadriênio seguinte (1928-1932), Nicolau de Araújo Vergueiro retornou à intendência.
130

O ano de 1926, que teria eleições presidenciais em março, iniciou com intensa mobilização política. Isto deixou o governo do estado em situação de alerta. Tanto que determinou o deslocamento de forças para as diversas regiões do Rio Grande do Sul. Alegava-se a intenção de evitar conflitos e zelar pelo bom andamento das eleições.

Sobre essas disputas políticas – e mobilização de forças - o jornal “O Nacional” fala da seguinte maneira:

*De regresso aos seus quartéis nesta cidade e de volta a Cruz Alta, chegou segunda-feira última, em trem especial, sob o comando do Capitão Francisco Peixoto Vieira da Cunha, o Segundo Batalhão do oitavo Regimento de Infantaria.*¹³¹

Pode-se ler no jornal, em relação ao tema, ainda:

¹²⁹ “O Nacional”. 17/10/1925. Passo Fundo.

¹³⁰ FÉLIX, Loiva Otero. *Política, poder e justiça: violência e criminalidade sob os coronéis e no “caso Creso”*. IN: BATISTELLA, Alessandro (org.). *Passo Fundo, sua história: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia impressa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v.1

¹³¹ “O Nacional”. 13/01/1926. Passo Fundo.

*Sob o comando do 1º tenente ajudante, Antônio de Miranda Lima, partiram hoje para Porto Alegre 30 praças de 24º C a 30º, força essa que vai ali ocupar os quartéis do 3º Regimento de Infantaria da Brigada Militar que partiu para o norte.*¹³²

Percebe-se, da parte do governo, enorme preocupação com a participação maciça dos correligionários na campanha eleitoral. Uma correspondência que Borges de Medeiros enviou a notórios companheiros do PRR mencionava quais os candidatos que precisavam ser apoiados na eleição presidencial. Eram: Washington Luís Pereira de Souza e Fernando Mello Vianna, para presidente e vice-presidente, respectivamente. O apelo formal de Borges de Medeiros também se deu através de telegramas.

O conteúdo das mensagens pode ser visto em este telegrama enviado a Nicolau Vergueiro:

*Dr. Nicolau Vergueiro – Passo Fundo – Aproximando-se a eleição presidencial de 1º de março, cumpra-me solicitar o vosso melhor esforço para que compareçam as urnas a totalidade dos eleitores republicanos, sufragando, sem discrepância, com fervor, os nomes dos drs. Washington Luís Pereira de Souza e Fernando Mello Viana (...), contando com vossa indefectível solidariedade e prestigiosa intervenção política, fico confiante que a contribuição eleitoral do município não desmerecerá de suas tradições. Cordiais Saudações – Borges de Medeiros.*¹³³

O jornal “O Nacional” demonstrou entusiasmo em relação à eleição presidencial e não apresentou registro de brigas e disputas contundentes entre oposição e partidários de Borges de Medeiros. A oposição deixou de comparecer em algumas localidades para a eleição. Este foi o caso de Estação Barro. O jornal noticiou que ali “a oposição não compareceu às urnas”.¹³⁴

O presidente eleito, Washington Luís, externou agradecimento pelo apoio recebido do PRR e de Borges de Medeiros. Procurou, então, uma maior aproximação com o estado. Esteve no Rio Grande do Sul logo após as eleições. Chegou a nomear Andrade Neves, amigo de Borges de Medeiros, para cargo importante da esfera militar.

¹³² “O Nacional”. 30/01/1926. Passo Fundo.

¹³³ “O Nacional”. 13/02/1926. Passo Fundo.

¹³⁴ “O Nacional”. 06/03/1926. Passo Fundo.

Sobre essa disposição para a intimidade com o Rio Grande do Sul, Joseph Love escreve:

*Na intenção de reconciliar o Rio Grande do Sul com a aliança Minas - São Paulo, Washington Luís (...) viajou a Porto Alegre em junho de 1926 para reafirmar sua solidariedade com o PRR, tornando-se o primeiro Presidente (recém-eleito ou em exercício) a visitar o Estado, em vinte anos. Como prova adicional de sua aproximação com o Rio Grande, mais tarde nomeou Andrade Neves, amigo do Governador, para Comandante da Terceira Região Militar.*¹³⁵

Sobre a passagem de Washington Luís pela região norte do Rio Grande do Sul, em 12 de junho de 1926, lê-se o seguinte registro nas páginas do jornal “O Nacional”:

Às 18 horas, mais ou menos, (...) entrava na estação local, o trem especial que trazia o Dr. Washington Luís. Numerosa multidão o esperava, levantando-lhe uma viva, logo que o longo trem parou.

Em seguida desceu S. EX. à estação, sendo saudado, particularmente, em nome do Partido Republicano local, pelo Dr. Araújo Vergueiro que o apresentou ao Senhor Intendente Municipal e ao Dr. Homero Martins Baptista, juiz de comarca.

Após as saudações de praxe, (...) S. EX. manifestou ao Dr. Vergueiro vontade de dar um passeio pela cidade, formando-se então um inesperado préstimo de automóveis.

¹³⁶

O ano de 1927 foi ainda de maior disputa política no Rio Grande do Sul. Nesse ano seriam escolhidos os integrantes do Congresso Federal. A oposição, mesmo com um inicial dilema, resolveu concorrer. Os republicanos, igualmente, se articularam com a finalidade de eleger seus representantes.

Sobre essa realidade José Fernando Kieling tece este comentário:

A Aliança Libertadora, no início de 1927, estava num dilema; concorrer às eleições federais com toda a coerção existente no Estado e, por isso mesmo, sofrer uma

¹³⁵ LOVE, Joseph L: op. cit. p.231

¹³⁶ “O Nacional”. 16/06/1926. Passo Fundo.

*derrota clamorosa, ou abster-se por completo das urnas como protesto às condições imperantes no solo gaúcho.*¹³⁷

A coerção e as fraudes continuavam a causar preocupação aos opositoristas. Por esse motivo sentiram, de início, dúvida se deviam mesmo investir na eleição para o Congresso Federal. Já no PRR a situação era de tranquilidade e Borges de Medeiros, em telegrama a Nicolau Vergueiro, pediu a confirmação de apoio aos nomes que indicava. Borges de Medeiros apelava ao ilustre companheiro que trabalhasse pela vitória dos candidatos do PRR na região norte do estado.

O jornal “O Nacional” veiculou o conteúdo do telegrama:

*Dr. Nicolau Vergueiro P. Fundo. Tenho o prazer de recomendar a vossa aprovação e sufrágios do eleitorado republicano desse município na eleição de 24 de fevereiro próximo nas seguintes candidaturas: Para senador, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves. Para deputados, drs. Firmino Paim Filho, José Antônio Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Sergio Ulrich de Oliveira. Excesso-me de encarecer méritos e serviços dos candidatos que por si próprios se impuseram à estima e reconhecimento da comunhão rio-grandense.*¹³⁸

Neste telegrama, fica clara a importância de Nicolau Vergueiro, líder do PRR na região de Passo Fundo. Borges de Medeiros empenhou-se a fim de que os nomes indicados para a eleição fossem vitoriosos. Mostrava preocupação com o resultado. Vislumbrou inclusive a necessidade de unir o partido exclusivamente em torno dos nomes indicados. Queria o eleitorado todo a favor dos candidatos oficiais.

A Aliança Libertadora, adversária do PRR, não ficou para trás. Apresentou também uma nominata forte para concorrer às vagas no Congresso Federal. Os candidatos foram definidos em reunião presidida por Assis Brasil.

Apesar da coerção e da violência, a Aliança Libertadora conseguiu eleger nomes de expressão para o Congresso Nacional: Assis Brasil, Baptista Luzardo e Plínio Casado. Estes políticos eram conhecidos pelo empenho nas lutas contra o domínio total do PRR no Rio Grande do Sul. É importante ressaltar que as vagas no Congresso

¹³⁷ KIELING, José Fernando: op. cit. p. 79

¹³⁸ “O Nacional”. 19/01/1927. Passo Fundo.

Nacional, ocupadas pela Aliança Libertadora, foram um dos pontos definidos no “Pacto de Pedras Altas” de 1923.

A oposição, é claro, conseguiu eleger três candidatos. Porém, em Passo Fundo, a vitória do PRR foi esmagadora. Passo Fundo figurou entre os quatro municípios que maior votação garantiram aos republicanos. Ficou atrás, apenas, de Porto Alegre e Pelotas. Em quarto lugar ficou o município de Rio Grande.¹³⁹ A vitória foi merecedora de comemorações e manifestações de apreço a Nicolau Vergueiro.

Sobre esse clima de euforia, lê-se a seguinte nota:

Por motivo da alta votação obtida neste município pelo partido republicano, votação que atingiu a 4.038, diversos amigos e correligionários do Dr. Araújo Vergueiro, diretor político local, resolveram promover uma manifestação de apreço a esse político, marcando-se o Clube Pinheiro Machado como ponto de reunião.

Em todos os presentes notava-se a viva satisfação causada pelo resultado eleitoral que viu colocar o nosso município entre os primeiros do Estado como força política organizada.¹⁴⁰

Foi, sim, intensa a disputa dos sul-rio-grandenses por cadeiras no Congresso Federal. Mas o ano de 1927 ficou marcado também pelas especulações em torno da sucessão presidencial no Rio Grande do Sul. Borges de Medeiros não podia mais se candidatar, de acordo com o que sentenciava uma das cláusulas do “Pacto de Pedras Altas”. Um dos nomes mais cogitados para concorrer pelo PRR era o de Getúlio Vargas. Para vice-presidente eram apontados os nomes de João Neves e Nicolau Vergueiro.

Sobre essas cogitações o jornal “O Nacional”, apresenta a seguinte nota:

De todos os nomes lembrados para a sucessão presidencial do Rio Grande do Sul, o do Sr. Getúlio Vargas parece ser o que traz maiores probabilidades (...).

Quanto à vice-presidente fala-se de diversos vultos de destaque dentro do partido Republicano, como sejam os Drs. João Neves e Nicolau Vergueiro, chefe político deste município.

¹³⁹ “O Nacional”. 05/03/1927. Passo Fundo.

¹⁴⁰ “O Nacional”. 26/02/1927. Passo Fundo.

*Não nos parecem prováveis futuras discórdias no seio do Partido Republicano, sobre o caso, pois, segundo se vê por toda a parte, há entre seus chefes a idéia inabalável de acatamento a toda e qualquer opinião do Dr. Borges de Medeiros.*¹⁴¹

Existia muita expectativa em torno dos nomes que seriam lançados pela oposição para as eleições presidenciais de 25 de novembro. No entanto, para surpresa geral, a oposição resolveu não lançar candidatos.

Sobre essa decisão é elucidativa a nota do jornal “O Nacional”:

Nada se sabe de positivo e absoluto quanto aos candidatos que serão apresentados pelo Partido Republicano.

*Contrariamente à expectativa, porém, a oposição rio-grandense resolveu não concorrer ao pleito de 25 de novembro, estando a imprensa do estado aguardando as razões de tal resolução apresentadas pelo Dr. Assis Brasil.*¹⁴²

A confirmação da chapa republicana, com Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura, saiu ainda em agosto. Pelo que se vê nos jornais chegou-se a essa definição sem atritos e/ou divergências. O anúncio da chapa do PRR foi feito, em 18 de agosto de 1927, através de circular emitida por Borges de Medeiros.

O apoio de Getúlio Vargas à candidatura de João Neves da Fontoura a vice-presidente é considerado, por Pedro Cezar Dutra Fonseca, uma demonstração de “habilidade política”¹⁴³. João Neves da Fontoura contava com as simpatias de Borges de Medeiros e, ainda, não desagradava a oposição.

O jornal “O Nacional” registrou da seguinte maneira a definição das candidaturas de Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura:

Informam os jornais da capital do Estado que, em São Gabriel, sabe-se por intermédio de pessoa digna de crédito que serão candidatos do Partido Republicano para o próximo quinquênio governamental gaúcho os srs. Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura, presidente e vice-presidente, respectivamente. (...)

¹⁴¹ “O Nacional”. 17/08/1927. Passo Fundo.

¹⁴² “O Nacional”. 24/08/1927. Passo Fundo.

¹⁴³ FONSECA, Pedro C. Dutra. 1989, op. cit. p. 95

*Assim sendo, è provável que a falada divergência que poderia surgir no seio do Partido Republicano não passe de ideias e prevenções pessimistas.*¹⁴⁴

Lê-se, ainda no jornal, no que diz respeito ao tema, a seguinte nota:

O “Diário de Notícias”, publicou hoje o texto integral da circular do Dr. A. A. Borges de Medeiros indicando os nomes do Sr. Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura para presidente e vice-presidente do Estado no próximo quinquênio governamental do Rio Grande. (...)

O Dr. Borges de Medeiros elogia largamente o Dr. Getúlio Vargas e o Dr. João Neves da Fontoura, a fim de justificar a indicação de seus nomes para aqueles cargos.
145

A unanimidade em torno dos candidatos à sucessão presidencial não foi merecedora de plena credibilidade. Houve divergências dentro do próprio PRR. Inclusive da parte de seu chefe maior Borges de Medeiros.¹⁴⁶ Não eram, portanto, unanimemente aclamados pelos republicanos, Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura.

Em 25 de novembro de 1927, realizaram-se as eleições presidenciais, sem maiores agitações. Na região norte do estado o clima era de serenidade. A oposição não tinha candidatos próprios e também apoiava Getúlio Vargas. A chapa do PRR garantiu um total de 4.576 votos em Passo Fundo. Superou, assim, em Passo Fundo, a marca de 4.038 votos alcançada nas eleições para o Congresso Federal.¹⁴⁷

De acordo com Mário Maestri:

Em 25 de novembro de 1927, Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura venceram as eleições para presidente e vice-presidente do Rio Grande do Sul no período de 1928-33, num pleito em que não se apresentaram candidatos opositores. Apesar de indicado por Borges de Medeiros, Getúlio Vargas não era bem-visto pelo chefe do PRR, que manobrava para não perder o poder sobre o estado, mesmo impossibilitado de concorrer à reeleição. Ao contrário, Vargas era firmemente apoiado

¹⁴⁴ “O Nacional”. 31/08/1927. Passo Fundo.

¹⁴⁵ “O Nacional”. 24/09/1927. Passo Fundo.

¹⁴⁶ ABREU, Luciano Aronne: op. cit. p. 67

¹⁴⁷ “O Nacional”. 30/11/1927. Passo Fundo.

por Washington Luís. A oposição apoiou a candidatura de Vargas, temendo o *continuismo borgista*.¹⁴⁸

Borges de Medeiros continuou à frente do PRR. Chegou a acreditar que Getúlio Vargas seguiria seus passos. À frente do governo, porém, Getúlio Vargas se mostrou muito mais aberto e conciliador.

É relevante o que escreve Joseph Love a propósito:

*Em sua mensagem final ao Legislativo Estadual, em setembro de 1927, o Governador Borges de Medeiros enfatizava que o PRR permanecia “fundamentalmente conservador” e poderia ser considerado um “defensor sistemático da ordem e da autoridade”.*¹⁴⁹

Ainda de acordo com Joseph Love:

Vargas tinha pouco interesse pelas doutrinas rígidas de Castilhos (...).

*Diferentemente de Castilhos, Vargas gostava mais de governar pela conciliação do que pelo domínio.*¹⁵⁰

A eleição de Getúlio Vargas para o governo do estado pôs fim a um ciclo de 25 anos da política sul-rio-grandense. Determinou o fim da “Era Borges”. Porém, mesmo fora do poder oficial, Borges de Medeiros continuou sendo um nome de imensa importância para o PRR. Viveu-se, a partir da posse de Getúlio Vargas no governo estadual, um período de aproximação das oposições com o governo. As forças políticas outrora antagônicas acabaram se unindo, mais tarde, na revolução que colocou Getúlio Vargas à frente do governo do Brasil.

Na região norte do Rio Grande do Sul muitas homenagens foram prestadas a Borges de Medeiros. Demonstrava-se respeito ao político que durante tantos anos comandou o estado.

Sobre esse comportamento da região norte do estado lê-se a seguinte nota:

¹⁴⁸ MAESTRI, Mário: UPF, 2001, op. cit. p. 120

¹⁴⁹ LOVE, Joseph L: op. cit. p. 233

¹⁵⁰ Idem: p. 235/236

*Os funcionários do fórum local e advogados resolveram prestar uma homenagem ao Dr. Borges de Medeiros, Inaugurando, na sala das audiências, no dia 25 do corrente, às 14 horas, o retrato de S. Exa.*¹⁵¹

Borges de Medeiros marcou época na história política do Rio Grande do Sul. Conseguiu, mesmo que por meio de fraudes e violências, permanecer no poder por um longo tempo. Tinha, para a concretização das suas ambições de poder, respaldo total do PRR, uma agremiação política bem estruturada.

Com a saída de Borges de Medeiros da presidência do estado, uma nova fase histórica se implantou, existindo efetiva possibilidade de aproximação das forças políticas.

As homenagens a Borges de Medeiros na região norte do estado são claramente compreensíveis. Mesmo fora do governo estadual ele continuou tendo significativa importância dentro do PRR.

Os anos de 1928 e 1929 serão abordados no próximo capítulo deste trabalho. Leva-se em consideração que estes foram os dois anos em que Getúlio Vargas permaneceu à frente do governo do Rio Grande do Sul. Logo ele se projetou nacionalmente e partiu para a candidatura à presidência da República.

Sobre o período em que Getúlio Vargas esteve à frente do governo do Rio Grande do Sul é esclarecedora a observação de Joseph Love:

*Getúlio governou o Rio Grande apenas dois anos, mas suas realizações foram impressionantes. Nesse curto período obteve importantes concessões econômicas do governo federal e fez, de certo modo, as pazes com os rivais do PRR no Estado.*¹⁵²

Outro elemento merecedor de atenção no próximo capítulo é o que se refere às agitações em torno das eleições municipais. Houve fortes investidas do governo em favor de uma proximidade com a oposição na região norte do Rio Grande do Sul.

¹⁵¹ “O Nacional”. 21/01/1928. Passo Fundo.

¹⁵² LOVE, Joseph L: op. cit. p. 238.

CAPÍTULO II

O GOVERNO GETÚLIO VARGAS 1928-1930: A CONCILIAÇÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS GAÚCHAS NA ÓTICA DE “O NACIONAL”

Com este capítulo tem-se o intuito de verificar como o jornal “O Nacional” se posicionou em relação ao governo de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul. Através de pesquisas nas páginas do jornal torna-se possível tecer muitas considerações acerca das reações da região norte do estado a respeito desse governo.

Outro ponto que será abordado diz respeito à candidatura de Getúlio Vargas para o governo federal. Getúlio Vargas conseguiu apoio do PRR e, também, de seus antigos opositores.

2.1 – Uma leitura do ano de 1928

A posse de Getúlio Vargas foi de imensa expectativa em todo o estado. Com a saída de Borges de Medeiros abria-se uma possibilidade maior de aproximação do governo com a oposição. O novo presidente do estado mostrava a intenção de reconciliar, “por sua maior circulação nas hostes oposicionistas, intensificada pelos anos de convivência nas políticas estadual e federal”.¹⁵³

Sobre esse momento, escreve Luciano Aronne Abreu:

¹⁵³ CAMARGO, Aspásia. “*Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo*”. IN: D’ARAÚJO, Maria Celina. *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 13-33

*O governo de Vargas no Rio Grande do Sul iniciou-se sob expectativas de profundas mudanças na política e na economia do estado. A principal preocupação de Vargas, expressada antes de sua eleição ao governo gaúcho, foi estimular no Estado relações políticas de conciliação, pondo fim às tradicionais divergências entre Republicanos e Libertadores.*¹⁵⁴

Getúlio Vargas começou a aproximação com os “Maragatos” bem antes de ter seu nome indicado para a presidência do estado. Esta aproximação pôde ser percebida já no início da década de 1920. Muito mais por iniciativa da oposição do que do próprio Getúlio Vargas, que passou efetivamente a pregar a necessidade da “união estadual” somente após eleito presidente do estado.¹⁵⁵

Sobre a posse de Getúlio Vargas, encontra-se a seguinte nota no jornal “O Nacional”:

*O Conselho Municipal recebeu um telegrama de despedidas e agradecimentos do Dr. A. A. Borges de Medeiros, bem como outro de Getúlio Vargas comunicando sua posse.*¹⁵⁶

As notícias do jornal mencionam a consolidação do novo governo. Dão conta, inclusive, do regresso de Nicolau Vergueiro, chefe político do PRR na região norte do Rio Grande do Sul, que participara das solenidades de transmissão de cargo. Representou, igualmente, os republicanos da região nas homenagens prestadas a Borges de Medeiros.¹⁵⁷

Borges de Medeiros deixou a presidência do estado. Mas continuou com imenso prestígio entre os correligionários da região norte do Rio Grande do Sul. Esta parte do estado sempre foi o reduto maior do PRR e do próprio Borges de Medeiros.

Mesmo com todo o prestígio de seu antecessor, Getúlio Vargas conseguiu aceitação e confiança de seus partidários do norte do Rio Grande do Sul. Na região “não encontramos (...) modificações no quadro dominante”¹⁵⁸ Estava decidido, Getúlio Vargas, a iniciar uma próspera aproximação com as forças oposicionistas.

¹⁵⁴ ABREU, Luciano Aronne: op. cit. p. 71

¹⁵⁵ FONSECA, Pedro C. Dutra: 1989, op. cit. p. 93

¹⁵⁶ “O Nacional”. 01/02/1928. Passo Fundo.

¹⁵⁷ “O Nacional”. 01/02/1928. Passo Fundo.

¹⁵⁸ FÉLIX, Loiva Otero: 1996, op. cit. p. 173

A falta de uma profunda modificação no quadro dominante gerou desconfiança entre os oposicionistas e muitos acabaram não acreditando na política conciliadora do novo presidente. Tanto que, já em fevereiro, a oposição começou a se articular e convocar seus correligionários para reuniões com o intuito de lutar, pacificamente, pelos seus propósitos.

Sobre isso se lê a seguinte nota no jornal “O Nacional”:

*Realiza-se amanhã conforme foi anunciada, uma reunião dos elementos oposicionistas deste município que visam se reorganizar como força política que foi, aqui, uma das mais fortes do estado entre as que constituem a Aliança Libertadora. Pretendem também os ditos elementos, ao que sabemos prover sobre o alistamento de novos eleitores, de modo a lhes ser possível concorrerem, com maior eficiência, ao qual o municipal, a realizar-se em setembro do corrente ano, em que pensam disputar um ou dois lugares no Conselho, além do que será reservado a maioria.*¹⁵⁹

A desconfiança inicial da oposição, em relação a Getúlio Vargas, é muito expressiva. Tanto que o novo presidente do estado não é visto como a antítese de Borges de Medeiros. É classificado de seu “continuador”.¹⁶⁰ Acreditavam que governaria de maneira autoritária, privilegiando exclusivamente os interesses de seus correligionários. Relegaria a plano de insignificância os anseios dos demais segmentos políticos.

Houve mesmo profundo receio em torno da forma de procedimento de Getúlio Vargas. Porém, logo nos primeiros dias depois da posse, o novo presidente manifestou o desejo de conciliação com todas as forças políticas sul-rio-grandenses.

Sobre essa linha de procedimento é significativo o enfoque a seguir:

*A primeira mensagem enviada por Vargas à Assembléia dos Representantes na qualidade de Presidente do Rio Grande do Sul, em setembro de 1928, pode ser considerada um programa de governo cujo principal objetivo era garantir a união de todas as forças políticas e econômicas dominantes em torno da figura do chefe do executivo estadual.*¹⁶¹

¹⁵⁹ “O Nacional”. 11/02/1928. Passo Fundo.

¹⁶⁰ ABREU, Luciano Aronne: op. cit. p. 74

¹⁶¹ FONSECA, Pedro C. Dutra: 1989, op. cit. p. 96/97

Em nível estadual, a oposição se articulou para a criação do Partido Libertador que, sob a presidência de Assis Brasil e vice-presidência de Raul Pilla, seria o representante dos interesses dos grandes fazendeiros da campanha. O novo partido congregava inclusive alguns dissidentes republicanos.

Sobre a criação do Partido Libertador, Mário Maestri faz oportuno comentário:

*Finalmente, em março de 1928, em Bagé, a Aliança Libertadora transformou-se em Partido Libertador, unindo estreitamente a dissidência republicana histórica e a militância federalista. (...) Assis Brasil e Raul Pilla foram nomeados presidente e vice do novo Partido Libertador, que, sobretudo, interpretava os interesses dos grandes criadores sul-rio-grandenses, da Campanha e do Planalto.*¹⁶²

O mês de abril de 1928 foi de intensa propaganda política. Havia muita expectativa em torno das eleições que se realizariam para o preenchimento de vagas na Câmara Federal e na Assembléia dos Representantes. O PRR da região norte do Rio Grande do Sul chamou os seus filiados para a disputa eleitoral. Fez a relação das candidaturas que entendia necessárias. Enfim: organizou-se para mais um embate político e, evidentemente, com o desejo de vitória.

Sobre essa movimentação, o jornal “O Nacional”, manifesta-se da seguinte forma:

O Dr. Araújo Vergueiro diretor do partido republicano local está distribuindo circulares aos seus correligionários, convidando-os para as eleições que se realizarão em 28 e 29 do corrente, para o preenchimento de vagas na Câmara Federal e na Assembléia dos Representantes.

*Como se sabe, os candidatos do partido à câmara, são os Srs. Augusto Pestana e João Neves da Fontoura e a Assembléia, por este circulo, o Sr. Othelo Rosa, diretor da Federação.*¹⁶³

No dia marcado para o início das eleições, uma caravana do Partido Libertador chegou a Vacaria. Já havia passado por outros municípios da região. Pôde-se perceber que os moradores dessa parte do estado recebiam a comitiva política com admiração.

¹⁶² MAESTRI, Mário: UPF, 2001, op. cit. p.119

¹⁶³ “O Nacional”. 04/04/1928. Passo Fundo.

Isto significava uma abertura às novas propostas que estavam sendo lançadas pela oposição.

Dá para se comprovar isso em nota do jornal “O Nacional”:

O comício foi iniciado por um discurso de saudação aos políticos itinerantes proferido pelo Dr. Antonio Carlos Rebello Horta, orador do diretório libertador desta cidade.

*Embora resolvido de um momento para outro, sem ser previamente anunciado, o encontro, nessa cidade teve apreciável concorrência, que muito aplaudido aos oradores, ouvindo-se ao mesmo passo entusiásticas aclamações a nomes de próceres do Partido Libertador, notadamente do Dr. Assis Brasil, daqueles deputados do general João R Menna Barreto e do coronel Salustiano de Padua, que estavam presentes, e do deputado Dr. Antonio Bittencourt Azambuja. (...) Segundo soubemos, em Soledade a reunião do Partido Libertador, domingo último, revestiu-se de brilho excepcional, tendo a mesma concorrido cerca de três mil pessoas.*¹⁶⁴

Apesar da enorme agitação provocada pela caravana oposicionista na região, as eleições de 28 e 29 de abril ocorreram sem grandes problemas. Registrou-se expressiva votação para os candidatos republicanos.

Entretanto, o ponto que mais mereceu destaque no município de Passo Fundo foi a escolha de novo intendente. Existia muita expectativa em relação ao nome que seria indicado por Borges de Medeiros para substituir Armando Araújo Annes. Aclamava-se substancialmente o nome de Nicolau Vergueiro. Foram enviados telegramas ao governo estadual com a sugestão de se colocar esse líder político republicano nas funções de intendente.

Essas manifestações de apoio a Nicolau Vergueiro têm enfoque do jornal “O Nacional”:

Assim, sabemos que foi passado, desta cidade, um extenso telegrama ao Dr. Borges de Medeiros, levando numerosas assinaturas de pessoas de destaque desta cidade, solicitando ao chefe do partido republicano a indicação do Dr. Vergueiro, para o futuro quadriênio municipal. Também alguns distritos, segundo estamos informados,

¹⁶⁴ “O Nacional”. 28/04/1928. Passo Fundo.

imitaram esse gesto.

A dívida está, porém, em saber se o Dr. Araújo Vergueiro, indicado, como está, para a primeira vaga da câmara federal, aceitará o encargo. Dizem alguns que não, outros que sim (...).

*Em todo o caso, nada disso passa de boatos e palpites, pois, como já se disse anteriormente, nada ainda está resolvido.*¹⁶⁵

Atendendo aos apelos dos correligionários a candidatura de Nicolau Vergueiro foi confirmada.

A oficialização da candidatura de Nicolau Vergueiro, ao cargo de intendente municipal, foi amplamente noticiada pelo jornal “O Nacional”:

*Os abaixo assinados, interpretando os sentimentos dos republicanos de Passo Fundo, e devidamente autorizados pelo eminente chefe do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, Dr. A.A. Borges de Medeiros, declaram proclamada a candidatura do Dr. Nicolau Araújo Vergueiro, prestigioso diretor político deste município ao cargo de intendente de Passo Fundo, no período de 1928 a 1932.*¹⁶⁶

Nicolau Vergueiro foi um nome extremamente forte do PRR na região. Sempre recebeu muito apoio dos correligionários. Isto foi de fundamental importância durante a eleição para intendente municipal. Somou favoravelmente também no momento de Borges de Medeiros decidir pela sua candidatura. Os republicanos queriam na intendência de Passo Fundo um fiel companheiro. Nicolau Vergueiro, evidentemente, preenchia plenamente esse requisito.

Indicado o nome de Nicolau Vergueiro para concorrer a intendente municipal, os republicanos passaram então a concentrar esforços na propaganda eleitoral. A oposição não se acomodou e também partiu para a propaganda.

Estas mobilizações são evidenciadas na seguinte nota:

Segundo estamos informados, o Dr. Araújo Vergueiro, chefe político local e que atualmente preside os trabalhos de Assembléia dos Representantes, reunida em seção extraordinária, não regressará tão breve a esta cidade. Mesmo em sua ausência, (...)

¹⁶⁵ “O Nacional”. 05/05/1928. Passo Fundo.

¹⁶⁶ “O Nacional”. 06/06/1928. Passo Fundo.

*vão-se ativar os trabalhos de propaganda republicana para a próxima eleição intencional deste município. A oposição demonstra também grande atividade no mesmo sentido.*¹⁶⁷

A campanha, para a sucessão do intendente municipal, se desenvolvia sem grandes atritos em Passo Fundo. O panorama político não se mostrava muito agitado. Já em Erechim o momento político era merecedor de mais atenção. Havia forte disputa entre duas facções do partido republicano. Quer dizer: em Erechim o PRR tinha dissidências a ponto de participar da eleição com dois candidatos.

Sobre essa disputa entre pseudos companheiros o jornal “O Nacional” faz o seguinte enfoque:

Seguiu para Boa Vista de Erechim a fim de atender ao movimento eleitoral o Dr. Arthur Prado Sampaio, subchefe de policia desta região, e medidor político que conseguiu o acordo entre os chefes das duas facções locais do partido republicano.

- Falamos ontem com o Sr. Américo Godoy Ilha, advogado naquele foro e membro da dissidência que tem como candidato intencional o Sr. Renato Perura Gomes. Perguntando sobre as probabilidades do próximo pleito, em sete de julho, disse-nos aquele profissional que não será de surpreender a vitória de qualquer dos candidatos republicanos, quer o oficial, quer o dissidente.

*Será, em todo o caso, um pleito problemático, pois nem mesmo há tempo para uma campanha eleitoral bem organizada.*¹⁶⁸

Essa situação de dissidências em Erechim foi uma mostra do que vinha ocorrendo no Rio Grande do Sul havia já muito tempo. O PRR não mais estava unido. Seus integrantes discordavam em muitos aspectos. Ocorriam, por isso, fissuras e desentendimentos dentro do partido.

Getúlio Vargas, a fim de minimizar a crise constatada em Erechim, principalmente na localidade de Rio Novo, anunciava garantia de voto à oposição e assegurava que não ocorreriam violações e nem fraudes eleitorais.

No que se refere a essa manifestação o jornal “O Nacional” se comporta da seguinte maneira:

¹⁶⁷ “O Nacional”. 13/06/1928. Passo Fundo.

¹⁶⁸ “O Nacional”. 27/06/1928. Passo Fundo.

O Dr. Arthur do Prado Sampaio, subchefe da polícia, procurou o prócer oposicionista Sr. Eurydes Castro, para declarar-lhe que de conformidade com as ordens e desejos do Governo do Estado estaria pronto para atender qualquer reclamação, tomando as providencias necessárias para cercar (...) a livre manifestação das urnas e assegurar a mais ampla liberdade da oposição.

*Esses propósitos do Senhor comissário do Presidente do estado, causaram a melhor impressão (...) do eleitorado oposicionista, tendo o diretório libertador expedido circular a todos os diretórios distritais certificando-se dessa ocorrência, pedindo-lhes que encaminhassem ao diretório central qualquer reclamação atinente ao procedimento das autoridades rurais que tivessem por objetivo amedrontar o eleitorado para evitar o livre pronunciamento nas eleições de sete de julho.*¹⁶⁹

Mas, apesar de todas as dissidências e oposição ferrenha no município de Erechim, acabaram vitoriosos os candidatos da situação, Attilano Machado e João José Pinto Filho. Mostrou o PRR que, mesmo enfrentando dissidências, dispunha de forças imbatíveis no município.

Em Palmeira das Missões, a disputa se deu entre dois importantes nomes: Vazulmiro Dutra e Evaristo Teixeira do Amaral. Vazulmiro Dutra contou com o apoio do presidente do estado, Getúlio Vargas. Este apoio, contudo, parecia abranger o PRR de forma global. Segundo manifesto publicado pelo conhecido republicano Victor Dumoncel, não havia candidato oficial do partido.¹⁷⁰

Sobre as eleições para intendente em Palmeira das Missões, tem-se importante enfoque de Loiva Félix:

*Vazulmiro não teve apoio partidário, uma vez que Dumoncel, juntamente com políticos palmeirenses, lançou um manifesto ao eleitorado em que comunicava: ‘Conforme resolução do egrégio chefe, o Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, não há candidato oficial do Partido Republicano’.*¹⁷¹

A exemplo de Erechim, em Palmeira das Missões não houve um acordo dentro do PRR para as eleições municipais. Por um lado Vazulmiro Dutra contava com o apoio

¹⁶⁹ “O Nacional”. 30/06/1928. Passo Fundo.

¹⁷⁰ FÉLIX, Loiva Otero: 1996, op. cit. p. 171/173

¹⁷¹ Idem: p. 172

de Getúlio Vargas. Já Victor Dumoncel, um dos nomes de maior expressão política na região, não apoiava a sua candidatura. A rivalidade entre Victor Dumoncel e Valzumiro Dutra começou em 1926. Por ordem de Borges de Medeiros, Victor Dumoncel começou a interferir e fazer restrições às “arbitrariedades” de Valzumiro Dutra na região. Isto criou um clima de descontentamento que se acentuou no momento eleitoral.¹⁷²

Valzumiro Dutra também não conseguiu o apoio de Borges de Medeiros, que mesmo desprovido de cargo oficial continuou tendo suas opiniões aceitas por parte de um enorme contingente de filiados e simpatizantes do PRR.

Percebe-se que com o passar dos anos o PRR foi enfrentando cada vez mais disputas internas e dissidências. Isso acabou provocando um desgaste no partido, que passou a enfrentar maiores dificuldades para firmar acordos, inclusive entre nomes de prestígio no cenário regional.

Levando-se em conta o momento político de Palmeira das Missões e o histórico de violência, houve muita preocupação a respeito da eleição marcada para 20 de agosto. Seguiram para Palmeira das Missões forças militares, com o intuito de garantir a tranquilidade da disputa eleitoral.

Sobre essa providência, o jornal “O Nacional” publica a seguinte nota:

Desde muito que se esperam ali, dada à agitação de ânimos, graves acontecimentos como conseqüências da renhida luta que se vem apreciando quer pela imprensa, onde tomou um caráter de máxima violência, quer na propaganda.

Por esse motivo seguiram para aquela vila, quarta-feira última o Dr. Prado Sampaio Sub-Chefe de Polícia desta Região, acompanhado de seu amanuense, Sr. Raphael Ferrão Teixeira. De Santa Maria seguiram também para Palmeira vinte praças da Brigada Militar, a fim de reforçar o contingente ali fixado da mesma milícia, num efetivo de 17 praças. O Dr. Prado Sampaio, informou-nos que tem esperanças de manter completa ordem durante o pleito, tanto da sede do município como nos distritos, tendo para isso tomado medidas de prudência e segurança.

*A opinião geral em Palmeira é porem, de que segunda próxima será um dia de arruaças e rixas.*¹⁷³

Vazulmiro Dutra venceu as eleições, em Palmeira das Missões, com larga

¹⁷² FÉLIX, Loiva Otero: 1996, op. cit. p. 169

¹⁷³ “O Nacional”. 18/08/1928. Passo Fundo.

vantagem. Obteve 1.535 votos contra apenas 422 do seu oponente. Demonstrou que, mesmo sem o apoio de Victor Dumoncel, importante chefe político de Borges de Medeiros, “passava à população temor, mas também admiração, por sua força e notória ousadia”.¹⁷⁴ Teve Valzumiro Dutra, por esse motivo, a vitória na ferrenha contenda eleitoral.

Vazulmiro Dutra desafiou o poder de Borges de Medeiros e, também, afrontou Victor Dumoncel. Sua vitória em Palmeira das Missões foi sinal de que o fim da “Era Borges” começava a repercutir na região norte do Rio Grande do Sul. Muitos dos filiados do PRR já não se submetiam às ordens do antigo presidente Borges de Medeiros e nem dos seus altos comandados.

Em Passo Fundo, atendendo aos anseios do eleitorado do PRR e, também, dos seus filiados, Nicolau Vergueiro resolveu assumir a candidatura à intendência.

Esta decisão motivou a seguinte nota:

*Ao Partido Republicano de Passo Fundo – Atendendo ao apelo do eminente Chefe do pujante Partido Republicano do Rio Grande do Sul, Exmo^o Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, e as constantes solicitações de correligionários deste Município, que sempre, nos bons e nos maus momentos, me têm distinguido e cercado de inequívocas provas de solidariedade, consideração e estima, resolvi aceitar a minha candidatura ao cargo de Intendente desta dadivosa terra, no quadriênio de 1928 a 1932.*¹⁷⁵

Durante o mês de agosto, a propaganda eleitoral republicana, a favor da eleição de Nicolau Vergueiro para o cargo de intendente de Passo Fundo, espalhou-se também pelos distritos. Nos distritos se constatava otimismo entre os eleitores. Prestavam-se, inclusive, homenagens ao chefe do partido republicano na região, Nicolau Vergueiro.

Sobre a propaganda eleitoral no interior, o jornal “O Nacional” publica a seguinte notícia:

Em propaganda para as eleições do mês próximo, em que será eleito o novo governo municipal, esteve em Sede Teixeira e Colônia Ernestina, o Dr. Nicolau Araújo

¹⁷⁴ FÉLIX, Loiva Otero: 1996, op. cit. p. 172

¹⁷⁵ “O Nacional”. 21/07/1928. Passo Fundo.

*Vergueiro, chefe político deste município e candidato ao cargo intencional.*¹⁷⁶

Acerca das homenagens prestadas ao candidato republicano, encontra-se a seguinte nota no jornal:

*Convescote na Coxilha - O eleitorado republicano deste distrito ofereceu ao Dr. Nicolau Araújo Vergueiro, chefe do partido um piquenique no dia 1º deste mês.*¹⁷⁷

O Partido Libertador também se articulou com vistas às eleições para intendente de Passo Fundo. Estruturou uma “Chapa Popular à sucessão intencional,”¹⁷⁸ em sessão partidária realizada no dia 24 de agosto. Mas, apesar dos enormes esforços empreendidos, o Partido Libertador enfrentou problemas de desistência.

Sobre essa situação de fragilidade, lê-se uma nota no jornal “O Nacional”:

Chapa Popular: Comenta-se em todas as rodas políticas que o Sr. Guilherme Schmedeke Sobrinho retirará a sua candidatura da chapa acima.

*Como se sabe essa chapa será sufragada pelo Partido Libertador deste município.*¹⁷⁹

Nicolau Vergueiro foi eleito intendente de Passo Fundo com 3.316 votos. O candidato da oposição, Cel. Polydoro, somou apenas 606 votos. A votação ocorreu sem muitos incidentes graves. Registrou-se, nesse momento político, a morte de um eleitor opositor em Sarandi, após inflamado conflito.¹⁸⁰

Além de ser eleito intendente de Passo Fundo, com larga vantagem, para aumentar seu prestígio junto ao PRR, em 24 de setembro, Nicolau Vergueiro passou a ser presidente da Assembléia dos Representantes.

Sobre esse prestígio, lê-se uma notícia no jornal “O Nacional”:

Instalaram-se em 24 do corrente mês os trabalhos ordinários da Assembléia dos Representantes, sendo lida a longa mensagem enviada pelo Dr. Getúlio Vargas, presidente do Estado.

¹⁷⁶ “O Nacional”. 25/08/1928. Passo Fundo.

¹⁷⁷ “O Nacional”. 05/09/1928. Passo Fundo.

¹⁷⁸ “O Nacional”. 25/08/1928. Passo Fundo.

¹⁷⁹ “O Nacional”. 05/09/1928. Passo Fundo.

¹⁸⁰ “O Nacional”. 19/09/1928. Passo Fundo.

*Nessa ocasião, o Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, intendente eleito deste município, foi elevado ao alto posto de presidente daquela corporação.*¹⁸¹

A oposição, mesmo tendo sofrido com a derrota nas eleições para intendente municipal, continuou se articulando. Em 22 de setembro o Partido Libertador realizou uma reunião com a presença do general Menna Barreto. O militar era grande expoente do partido. O encontro teve por objetivo a escolha dos nomes do diretor e do vice do partido em Passo Fundo. Os detentores dos cargos, Moreno Lima e Alberto Berthier de Almeida, haviam se afastado. As vagas foram preenchidas por Bittencourt Azambuja e Innocêncio Schleder. Nessa reunião ainda foi firmado o propósito de intensificar a propaganda em prol do alistamento eleitoral. O Partido Libertador desejava que mais pessoas aderissem às suas fileiras.¹⁸²

Em outubro de 1928, Borges de Medeiros, chefe do PRR e ex-presidente do estado tomou histórica decisão. Passou a chefia do partido para Getúlio Vargas. Deixava transparecer que não mais lhe interessava ligação oficial com o poder. Recusou-se até a aceitar a indicação do seu nome para uma vaga aberta no Senado.

Sobre essa atitude do importante político, o jornal “O Nacional” fala da seguinte maneira:

A imprensa desta Capital federal continua a ocupar-se com a falada eleição do chefe do Partido republicano, para a vaga com a renuncia, do Dr. Carlos Barbosa, no Senado da República.

*Dizem que apesar do Dr. Borges de Medeiros, recusar-se, sinceramente, a aceitar a investidura de que pretendem os seus correligionários, conferir-lhe, anuirá por fim, a bem dos interesses do seu partido e do Rio Grande.*¹⁸³

O ano de 1928 foi de grande importância para o Rio Grande do Sul. Houve a passagem do governo de Borges de Medeiros para Getúlio Vargas. Percebe-se, contudo, que mesmo fora do poder Borges de Medeiros continuava impondo grande respeito na região norte do estado.

Borges de Medeiros mantinha, é verdade, muito da sua costumeira influência. Getúlio Vargas, apesar disso, conseguiu realizar algumas mudanças dentro do PRR.

¹⁸¹ “O Nacional”. 26/09/1928. Passo Fundo.

¹⁸² “O Nacional”. 22/09/1928. Passo Fundo.

¹⁸³ “O Nacional”. 20/10/1928. Passo Fundo.

Alterou práticas administrativas e revigorou os quadros de liderança. Ascendeu, com Getúlio Vargas, um grupo mais liberal à administração estadual. Este grupo tinha, entre outros nomes de relevância, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha e João Neves da Fontoura.¹⁸⁴ Além de estabelecer modificações internas, Getúlio Vargas procurou uma efetiva aproximação com os oposicionistas. Este seu propósito, entretanto, acabou ofuscado por práticas contrárias. Alguns correligionários não viam com bons olhos essa aproximação.

Segundo Luciano Aronne Abreu:

(...) O jornal oposicionista¹⁸⁵ ressalta a dificuldade que Vargas terá de enfrentar para 'impor a lei moral ao seu partido', pois seus próceres estavam acostumados a reprimir e a perseguir a oposição.

Percebemos que a situação política no Estado não era de total conciliação, pois os próprios membros do Partido Republicano não estavam de comum acordo a respeito das novas práticas políticas que Vargas desejava introduzir no Estado. A prova disso é que eles continuavam a esbulhar e a perseguir a oposição, de um lado, enquanto o discurso do governo, de outro, era conciliatório.¹⁸⁶

Percebe-se que Getúlio Vargas seguiu uma política bem diferente da que praticava Borges de Medeiros. Deixou de lado o crescimento exclusivo do norte em favor das outras regiões. Fundou, a 22 de junho de 1928, um banco para conceder empréstimos a agricultores e estancieiros.

Sobre isto fala Joseph Love:

Em sua própria esfera de competência, o Governador fundou o Banco do Rio Grande do Sul, usando fundos estatais na proporção de dois terços do capital inicial. Esta instituição, estabelecida em 1928, foi expressamente criada para estender o crédito a baixo preço aos interesses agrários e pastoris e seus derivados; em seu primeiro ano de operação, o banco concedeu mais da metade de seus empréstimos aos produtores de charque.¹⁸⁷

¹⁸⁴ KIELING, José Fernando: op. cit. p. 88/89

¹⁸⁵ Nota: no caso, o jornal Correio do Sul de 17/08/1928, de Bagé.

¹⁸⁶ ABREU, Luciano Aronne: op. cit. p. 79

¹⁸⁷ LOVE, Joseph L.: op. cit. p. 240

Com os interesses de ambas as facções políticas da classe dominante estadual atendidos, “tornou-se mais fácil uni-las, o que se concretizou na formação da Frente Única Gaúcha em 1928”.¹⁸⁸

Joseph Love comenta essa nova realidade da seguinte forma:

*O líder do novo grupo, Getúlio, governou o Rio Grande apenas dois anos, mas suas realizações foram impressionantes. Nesse curto período obteve importantes concessões econômicas do governo federal e fez, de certo modo, as pazes com os rivais do PRR no Estado. No que respeita ao pedido de assistência econômica federal, foi ajudado pela voz cada vez mais forte dos estancieiros e agricultores do Rio Grande, que estavam rapidamente se organizando para enfrentar novos problemas.*¹⁸⁹

Getúlio Vargas conseguiu progresso no desejo unir as facções da classe dominante já no primeiro ano de governo no estado. Buscou atender também os interesses dos fazendeiros da campanha. Deixou de lado a preocupação de acatar somente os anseios do norte do estado.

O posicionamento de Getúlio Vargas em relação à economia gaúcha também foi diferente do adotado por Borges de Medeiros. Houve intervenção direta do estado. Isso pode ser comprovado pela criação de um banco para a concessão de empréstimos a fazendeiros, agricultores e charqueadores, além do “incentivo à criação de sindicatos e associações”.¹⁹⁰

No que diz respeito ao incentivo aos sindicatos e às associações de produtores, é elucidativa a seguinte informação:

Da mesma forma, Vargas ao término de seu primeiro ano de governo diria: “ao estado cabe estimular o surgimento dessa mentalidade associativa, valorizá-la com sua autoridade, exercendo sobre ela certo controle para lhe evitar excessos... Organizados para a defesa dos interesses comuns, [os sindicatos] têm uma dupla vantagem: para os associados à união torna-os mais fortes, para o governo, o trato direto com os dirigentes de classe facilita, pelo entendimento com poucos, a satisfação do interesse de

¹⁸⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy: 2002, op. cit. p. 89

¹⁸⁹ LOVE, Joseph L: op. cit. p. 238

¹⁹⁰ ABREU, Luciano Aronne: op. cit. p. 72

muitos”.¹⁹¹

Getúlio Vargas percebeu que, com os produtores reunidos em torno de sindicatos e associações, ficaria muito mais fácil negociar. Representantes dos sindicatos e das associações eram encarregados de levar reivindicações aos governantes. Os governantes, por outro lado, negociando com os representantes dessas instituições, podiam propor condições que os favorecessem. Em troca, acatariam algumas das reivindicações.

2.2 – Eleições presidenciais e agitações políticas regionais (1929)

O ano de 1929 foi de grandes movimentações em torno das eleições presidenciais. Não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil. Havia especulações em torno da possibilidade de Washington Luís quebrar o acordo da política do café-com-leite. A tentativa de pôr outro paulista, à frente do governo brasileiro, em lugar de um mineiro, parecia muito provável.

Sobre esse cenário de cogitações, observa Joseph Love:

*(...) Era a ‘vez de Minas’ na presidência e Antônio Carlos estava na expectativa do beneplácito do Presidente Washington Luís. Contudo, as chances pareciam difíceis, já que ambos não viam sob o mesmo prisma assuntos de interesse mútuo em economia e administração. Em temperamento, também, o refinado e sutil mineiro (...) tinha pouco em comum com o franco e aristocrático Presidente. No final de 1928, Antônio Carlos suspeitou que Washington Luís podia tentar colocar outro paulista no Catete, rompendo o esquema da alternância mineiro-paulista.*¹⁹²

A possibilidade de Washington Luís quebrar o pacto com Minas Gerais vinha sendo comentada desde 1928. Tinha-se como muito provável a indicação do nome de Júlio Prestes à presidência da república.

¹⁹¹ LAGO, Luiz Aranha Corrêa do: op. cit. p. 221

¹⁹² LOVE, Joseph L: op. cit. p. 243

Sobre esse assunto é relevante a colocação a seguir:

*Ao longo de 1928, foi ficando aparente o objetivo de Washington Luiz de promover a candidatura de Júlio Prestes, expoente do Partido Republicano Paulista (PRP) que fora líder na câmara e tornara-se governador de São Paulo em meados do ano de 1927.*¹⁹³

Mesmo com todas as especulações relativas à possibilidade de se indicar um paulista, muitos políticos acreditavam que o ex-presidente, o mineiro Arthur Bernardes, poderia influenciar quando chegasse o momento da decisão.

Sobre esse clima de esperança o jornal “O Nacional” se manifesta da seguinte maneira:

*Os políticos se desdobram cada vez mais no sentido de resolver o caso da sucessão presidencial da República, dizendo que o Sr. Arthur Bernardes influirá na decisão, da qual será consagrada a candidatura da vontade dos políticos dos Estados Centrais.*¹⁹⁴

Nesse período de especulações verificou-se algo marcante no mês de março. Espalharam-se boatos do envolvimento do Rio Grande do Sul na sucessão presidencial. Desde a vitória de Hermes da Fonseca, nas eleições presidenciais de 1909, nenhum outro sul-rio-grandense havia arriscado candidatar-se. Entretanto o estado tinha enorme influência no cenário nacional. As decisões partidas do Rio Grande do Sul eram muito respeitadas. O estado constituía a terceira força política nacional.¹⁹⁵

Sobre a participação do Rio Grande do Sul nas eleições presidenciais, o jornal “O Nacional” publicou a seguinte nota:

*(...) o Rio Grande já está comprometido com a candidatura de Júlio Prestes. O ‘Jornal do Comércio’, tratando do assunto, diz ser necessária uma candidatura de conciliação.*¹⁹⁶

¹⁹³ LAGO, Luiz Aranha Corrêa do: op. cit. p. 249

¹⁹⁴ “O Nacional”. 03/01/1929. Passo Fundo.

¹⁹⁵ LOVE, Joseph L.: op. cit.

¹⁹⁶ “O Nacional”. 23/03/1929. Passo Fundo.

Apesar do cenário de negativa às cogitações, a realidade apontou outro caminho. Em junho de 1929 a chamada política do café-com-leite foi efetivamente afrontada com o anúncio da chapa Antonio Carlos - Getúlio Vargas. A imprensa deixou transparecer, em seus noticiários, que uma chapa estruturada por Minas Gerais e Rio Grande do Sul sairia vitoriosa frente à de São Paulo. Os pensadores políticos dos dois estados, entretanto, concluíram que a dupla inicialmente cogitada precisava de algumas alterações. Em razão disso trocou-se o nome do mineiro Antônio Carlos pelo do paraibano João Pessoa. O sul-rio-grandense Getúlio Vargas passou para a primeira posição e João Pessoa, respaldado pela influência mineira, figurou na chapa como candidato a vice-presidente.

É muito oportuna a nota que o jornal “O Nacional” publicou nesse momento da política brasileira:

*A notícia da atitude do oficialismo mineiro lançando a candidatura do Sr. Antonio Carlos à sucessão presidencial causou enorme sensação nas rodas políticas. A imprensa comenta largamente o fato, desejando saber qual a atitude do Rio Grande, a qual empresta grande importância, afirmando que a aliança do Rio Grande com Minas seria a vitória contra São Paulo.*¹⁹⁷

Fez-se alusão, sim, inicialmente, a uma chapa com Antônio Carlos e Getúlio Vargas. O nome de Getúlio Vargas, entretanto, em julho começou a ser mencionado como opositor à candidatura de Júlio Prestes. Tinha finalmente o político gaúcho garantido apoio de Minas Gerais, que abrisse mão de tentar conduzir Antônio Carlos à presidência. Viam os mineiros em Getúlio Vargas um político de peso para a sucessão presidencial. Oficialmente, a candidatura foi lançada no mês de setembro, em Minas Gerais. O ato contou com a presença de “representantes dos partidos dirigentes de Minas, Paraíba e Rio grande, ao lado de líderes da oposição de outros Estados”.¹⁹⁸

A indicação de Getúlio Vargas à presidência da República foi possibilitada pela unificação política, efetivada em 1928, através da Frente Única Gaúcha. Este foi o “instrumento que possibilitou à oligarquia regional participar da articulação contra o regime”.¹⁹⁹

¹⁹⁷ “O Nacional”. 27/06/1929. Passo Fundo.

¹⁹⁸ LOVE, Joseph. *A Revolução de 30 e o regionalismo gaúcho*. IN: Simpósio sobre a Revolução de 30, Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 59-83

¹⁹⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy: 2002, op. cit. p. 102

O jornal “O Nacional” registrou da seguinte maneira a candidatura de Getúlio Vargas à presidência do Brasil:

*Está definitivamente lançada à candidatura do Sr. Getúlio Vargas a presidência da República em virtude do acordo de Minas e Rio Grande. A aliança desses dois Estados em torno do nome do Dr. Getúlio Vargas foi levada ao conhecimento do Presidente da República por intermédio do Dr. Flores da Cunha.*²⁰⁰

Sobre a candidatura de Getúlio Vargas, Mário Maestri apresenta a seguinte narrativa:

*Em junho de 1929, as oligarquias mineira, paraibana, sul-rio-grandense, setores das elites proprietárias paulistas não envolvidos com a cafeeicultura e partidos oposicionistas de diversos Estados fundaram a Aliança Liberal, que lançou Getúlio Vargas, ex-ministro das Finanças de Washington Luís, e João Pessoa, da Paraíba, para presidente e vice-presidente da República.*²⁰¹

O Rio Grande do Sul foi sempre a terceira força política brasileira durante a República Velha. Isto mesmo não concorrendo diretamente à eleições presidenciais da República nesse período. No decorrer das eleições de 1929, o estado teve seu prestígio ampliado. Tanto que levou Washington Luís a pensar em uma candidatura gaúcha à presidência, caso os mineiros se opusessem a Júlio Prestes.

É de elevada importância história o que diz, sobre isso, Luiz Aranha do Lago:

*Washington Luís pressentiu a cisão com os mineiros e procurou comprometer o Rio Grande do Sul com os seus planos. Ainda em 1928, informou a Vargas, por intermédio do deputado gaúcho José Antônio Flores da Cunha, que se dispunha a considerar um candidato gaúcho, se porventura Minas bloqueasse o nome de Júlio Prestes.*²⁰²

Num primeiro momento, Antônio Carlos não pensou em Getúlio Vargas como concorrente à candidatura paulista. Buscava “um candidato único, que atendesse aos

²⁰⁰ “O Nacional”. 20/07/1929. Passo Fundo.

²⁰¹ MAESTRI, Mário: UPF, 2001, op. cit. p. 122

²⁰² LAGO, Luiz Aranha Corrêa do: op. cit. p. 249

interesses de São Paulo e Minas Gerais”.²⁰³ Mas, com a falta de consenso entre paulistas e mineiros, Getúlio Vargas acabou sendo lançado como candidato de oposição.

Sobre essa tomada de rumo Luiz Aranha do Lago faz preciosas observações:

*Em 30 de julho, a comissão executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM) aprovou por unanimidade as candidaturas de Vargas e João Pessoa (...). No dia seguinte, o Partido Libertador (PL) deu apoio aos seus nomes, integrando-se ao PRR na Frente Única Gaúcha (FUG).*²⁰⁴

No Rio Grande do Sul, a candidatura de Getúlio Vargas à presidência do Brasil foi recebida com enorme entusiasmo. Registraram-se muitas manifestações de euforia, principalmente de estudantes.²⁰⁵ Havia, contudo, expectativa quanto a possível apoio da oposição sul-rio-grandense. Muitos acreditavam na viabilidade de se promover uma conciliação entre as duas grandes forças políticas do momento: republicanos e libertadores. Isto, de fato, aconteceu. As forças anteriormente antagônicas revolveram aplacar os espíritos diante da possibilidade de um representante do estado ocupar a presidência do Brasil.

Sobre a conciliação das duas facções políticas no Rio Grande do Sul, Aspásia Camargo tece a seguinte comentário:

O saldo da penosa missão de aproximar, no Rio Grande do Sul, o partido do governo (Partido Republicano Rio-Grandense) de suas oposições históricas (federalistas, dissidentes, libertadores) foi o lançamento de seu nome, em 1929, como candidato à presidência da República. Mas se a unificação das elites gaúchas revela a singular capacidade de aglutinação política e os dons excepcionais que Vargas aprimoraria mais tarde, a verdade é que, naquele momento inicial, ele ainda não possui os sólidos respaldos que o projetariam acima dos partidos e dos interesses em conflito. (...)

*Essa função conciliadora, definida no Rio Grande do sul de antes de 1930, se amplia e se complexifica no bojo do processo revolucionário.*²⁰⁶

²⁰³ ABREU, Luciano Aronne: op. cit. 93

²⁰⁴ LAGO, Luiz Aranha Corrêa do: op. cit. p. 262

²⁰⁵ “O Nacional”. 25/07/1929. Passo Fundo.

²⁰⁶ CAMARGO, Aspásia: op. cit. p. 13-33

Ainda sobre a conciliação política gaúcha, escreve Luciano Aronne Abreu:

*Com o lançamento da candidatura à presidência da República, Vargas consegue o que parecia impossível: a formação de uma frente única entre Republicanos e Libertadores, a fim de eleger um representante gaúcho para o governo federal.*²⁰⁷

O Rio Grande do Sul assumiu papel de extrema importância, no cenário político nacional, com a candidatura de Getúlio Vargas. A região norte do estado organizou manifestações de apoio e incentivo. Uma aura de otimismo também se fez sentir em outras partes do estado.

O panorama de entusiasmo verificado em Passo Fundo é descrito da seguinte maneira:

*Tinha o comitê popular Pró-Getúlio, desta cidade, projetado realizar uma grande parada cívica em comemoração a Independência Nacional e homenagem a Pátria Brasileira, esta representada pela Aliança Liberal, que, no expressivo dizer do convite na véspera distribuído, com a eleição de Getúlio Vargas e João Pessoa, (...) pleiteava o aperfeiçoamento das nossas instituições e conseqüentemente o progresso, grandeza e glória do Brasil (...).*²⁰⁸

Sobre as movimentações de apoio a Getúlio Vargas em Carazinho, o jornal “O Nacional” apresenta a seguinte nota:

Comício em Carazinho – Domingo último, nesta florescente localidade do nosso município, realizou o respectivo Comitê Liberal o seu primeiro comício cívico de propaganda das candidaturas Getúlio Vargas – João Pessoa, ato esse que duas vezes fora adiado por motivos poderosos.

*Favorecido por um dia bellissimo atraiu o referido comício muitas pessoas destas cidades, que a ele foram se associar concorrendo para o seu brilhantismo e tendo também ocasião de verificar, ali, que naquele importante distrito, como aqui, a causa liberal era e é pendor de todas as almas, um elo de todos os corações (...).*²⁰⁹

²⁰⁷ ABREU, Luciano Aronne: op. cit. p. 96

²⁰⁸ “O Nacional”. 03/09/1929. Passo Fundo.

²⁰⁹ “O Nacional”. 03/09/1929. Passo Fundo.

Em Porto Alegre também ficou evidente a euforia pela candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Foram muitas as formas de apoio da população que se mostrava animada com a possibilidade de um representante do Rio Grande do Sul ocupar o cargo de presidente do Brasil.

A nota a seguir dá uma idéia dos sentimentos dos moradores da capital depois que a candidatura de Getúlio Vargas foi anunciada:

Uma estupenda manifestação ao Dr. Getúlio Vargas. Fala o candidato liberal e diversos outros oradores.

Porto Alegre, 24 – domingo último, cerca de trinta mil pessoas levaram ao Dr. Getúlio Vargas uma imponente e apoteótica manifestação de solidariedade, sendo orador dos manifestantes. Como estava anunciado o grande Tribuno Pereira da Cunha que proferiu vibrante oração.

*Falou, em seguida, respondendo ao Dr. Getúlio Vargas que pronunciou notável e empolgante discurso.*²¹⁰

A conciliação das forças políticas sul-rio-grandenses e o apoio à candidatura de Getúlio Vargas à presidência do Brasil foi questionada pelo republicano Arthur Ferreira Filho em suas “Memórias”.

O texto a seguir é merecedor de profundo raciocínio:

Nesse tempo criou-se no Rio Grande um clima de intolerância que nada ficava a dever à animosidade que havia entre republicanos e libertadores nos dias lutosos de 1923.

*Quem não estivesse com a candidatura da Frente Única seria logo apontado como traidor do Rio Grande, de suas traições e de sua glória.*²¹¹

Com a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em outubro de 1929, a produção mundial começou a se retrair. Os preços das matérias-primas despencaram. A cotação do café não ficou imune a essa crise. Os cafeicultores brasileiros enfrentaram escassez de empréstimos, o que motivou a busca da interferência de Washington Luís. O presidente, entretanto, “negou-se a emitir e a ordenar que o Banco do Brasil

²¹⁰ “O Nacional”. 24/09/1929. Passo Fundo.

²¹¹ FILHO, Arthur Ferreira. *Memórias*. Porto Alegre: Edições EST, 1999. p. 64

financiasse os estoques”.²¹² Entra em crise, então, também a disputa eleitoral.

É vital que se dê atenção ao texto a seguir:

*A acirrada disputa eleitoral foi agravada pela profunda crise econômica mundial provocada pela quebra, em outubro de 1929, da bolsa de Nova York. No fim desse ano já havia centenas de fábricas falidas no Rio de Janeiro e em São Paulo, e mais de um milhão de desempregados em todo o país. A crise atingiu também as atividades agrícolas, especialmente a cafeicultura paulista, produzindo uma violenta queda dos preços do café e liquidando o programa de estabilização do governo que vinha sendo implementado.*²¹³

Em dezembro, na sua ida ao Rio de Janeiro, Getúlio Vargas também foi recebido com grande entusiasmo. Isto demonstrava que sua candidatura tinha sido aceita nos mais diferentes setores da sociedade e não somente nos estados que compunham a Aliança Liberal.

Sobre esse quadro lê-se a seguinte nota do jornal “O Nacional”:

Às 18 horas, precisamente, chegou o avião que conduzia o Dr. Getúlio Vargas. O cais Mauá e a Avenida Rio Branco estão repletos de povo, reinando entusiasmo indescritível.

*Nunca nenhum outro homem público recebeu na capital da República maior consagração popular.*²¹⁴

O ano de 1929 foi marcante para a população do Rio Grande do Sul. Os sul-rio-grandenses acreditavam que, com a chegada de Getúlio Vargas à presidência do país, acabaria de uma vez por todas a política de valorização do café. Essa política, adotada em governos anteriores, deixara o Rio Grande do Sul sempre em posição de inferioridade. Dava-se privilégio aos grandes produtores de café em detrimento dos interesses de outras classes que também contribuía para o engrandecimento da nação. O que mais motivava os sul-rio-grandenses, contudo, era a possibilidade de acabar com

²¹² MAESTRI, Mário: UPF, 2001, op. cit. p. 122

²¹³ FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930*. IN: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs) *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excluyente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 387-415

²¹⁴ “O Nacional”. 31/12/1929. Passo Fundo.

o predomínio político de São Paulo.

Sobre o balanço positivo dos dois primeiros anos do governo de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul, é elucidativa a nota a seguir, publicada pelo jornal “O Nacional”, no início de 1930:

*Os jornais liberais abrem colunas elogiando a administração do Dr. Getúlio Vargas, na presidência do Rio Grande, mostrando os grandes empreendimentos realizados em dois anos, fazendo estatísticas das obras realizadas; salientando a criação do Banco do Rio Grande do Sul e a organização dos sindicatos de classes, o que tem auxiliado as indústrias, na atual crise.*²¹⁵

As manifestações de estima a Getúlio Vargas na região norte do Rio Grande do Sul foram crescendo ao longo dos seus dois anos de mandato. À frente do governo estadual Getúlio Vargas obteve a aceitação de boa parte da oposição e a admiração dos correligionários. A aceitação, da parte da oposição, foi fruto principalmente dos benefícios garantidos por Getúlio Vargas. O presidente do estado, através de oportuna “política econômica” favorecera a pecuária e as charqueadas.²¹⁶

Como já se frisou neste trabalho, mesmo com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência do Rio Grande do Sul, o republicano Borges de Medeiros continuou tendo muita influência sobre políticos da região norte, como Nicolau Vergueiro e Victor Dumoncel. Ora apoiava, ora desaconselhava candidaturas do PRR em nível regional.

2.3 - 1930: o candidato Getúlio Vargas retratado por “O Nacional”

O ano de 1930 começou com muita expectativa em torno da sucessão presidencial. Getúlio Vargas se encontrava no Rio de Janeiro em campanha. Tinha inclusive visitado Washington Luís.

Sobre essa visita existem registros no jornal “O Nacional”:

O Dr. Getúlio Vargas no Rio: O presidente do Rio Grande do Sul continua

²¹⁵ “O Nacional”. 28/01/1930. Passo Fundo.

²¹⁶ FONSECA, Pedro C. Dutra: 1989, op. cit. p. 105

sendo alvo das maiores considerações por parte dos políticos liberais, do escol da sociedade carioca e do povo.

*Ontem o candidato liberal esteve no Cattete retribuindo a visita que lhe fez o Sr. Washington Luiz por intermédio do general Teixeira de Freitas. O Dr. Getúlio Vargas manteve-se em longa e cordial palestra com o presidente da República, não se tocando em matéria de sucessão presidencial durante a conversa.*²¹⁷

Getúlio Vargas sempre mostrou muita estima e especial respeito por Washington Luís. Estava ciente de que “muitas das obras e das realizações de seu governo no Rio Grande do Sul só foram possíveis devido ao apoio do governo federal”.²¹⁸ Tanto que relutou em aceitar a missão de fazer frente à candidatura de oposição aos paulistas.

Sobre a postura de Getúlio Vargas em relação a sua candidatura, é bom ler um escrito de Luciano Abreu:

*(...) a postura de Vargas frente a própria candidatura era cautelosa. Ao mesmo tempo em que havia assumido um compromisso com os mineiros, Vargas desejava manter um relacionamento cortês com Washington Luís, a quem deveria combater.*²¹⁹

Após alguns dias no Rio de Janeiro, no início de 1930, os candidatos da Aliança Liberal chegaram a São Paulo. Foram muito bem recebidos pelos paulistas. Getúlio Vargas aproveitou a oportunidade para expor sua plataforma de governo e causou “verdadeiro entusiasmo entre a (...) população”.²²⁰

Sobre os planos de governo da Aliança Liberal, é oportuno o que escreveu Mário Maestri:

*A plataforma eleitoral da Aliança Liberal ocupava-se, sobretudo das necessidades dos principais setores produtivos rurais – açúcar, algodão, café, erva-mate, gado, trigo, etc. No relativo ao café, opunha-se à política de valorização e propunha a diminuição dos impostos, dos custos de transporte e do valor de produção do produto. Ela não se referia especificamente à economia industrial.*²²¹

²¹⁷ “O Nacional”. 02/01/1930. Passo Fundo.

²¹⁸ ABREU, Luciano Aronne: op. cit. p. 100

²¹⁹ Ibidem.

²²⁰ “O Nacional”. 06/01/1930. Passo Fundo.

²²¹ MAESTRI, Mário: UPF, 2001, op. cit. p. 122

Pode-se verificar que as notícias publicadas pelo jornal “O Nacional” deixavam transparecer o enorme apoio que recebia a chapa Getúlio Vargas - João Pessoa. O jornal veiculava, por exemplo, notas sobre a aceitação dos nomes da Aliança Liberal em São Paulo, estado onde Júlio Prestes era o candidato oficial.

Sobre a aceitação da chapa Getúlio Vargas – João Pessoa, em redutos adversários, Luiz Aranha Corrêa do Lago faz o seguinte comentário:

(...) Vargas viajou para São Paulo e Santos onde fez comícios ‘apoteóticos’ e foi objeto de grandes demonstrações populares, antes de regressar a Porto Alegre. ²²²

Após alguns dias em campanha eleitoral pelo país, Getúlio Vargas retornou a Porto Alegre. Na chegada foi recepcionado por mais de trinta mil pessoas.

Veja como o jornal “O Nacional” relata esse momento:

A população da capital recebeu o Dr. Getúlio Vargas debaixo das mais calorosas manifestações de solidariedade e apreço. A grande massa popular, calculada em trinta mil pessoas, que se apinhavam no cais e imediações, conduziu triunfantemente o ilustre viajante até o palácio do Governo entre ininterruptas aclamações. ²²³

Getúlio Vargas retornou ao Rio Grande do Sul, para cumprir seus compromissos de presidente estadual. João Pessoa, porém, continuou em campanha no norte e no nordeste.

É isto que informa o texto de Luiz Aranha Lago:

A campanha da Aliança Liberal seguiu intensa, ‘com a organização das caravanas liberais que percorrem Minas Gerais e as principais cidades do Norte e (...) Nordeste sob a [direção] (...) de João Pessoa (...). ²²⁴

Ainda no mês de janeiro, alguns representantes da Frente Única Rio-Grandense visitaram municípios da serra do Rio Grande do Sul. Passaram também por Passo

²²² LAGO, Luiz Aranha Corrêa do: op. cit. p. 281

²²³ “O Nacional”. 07/01/1930. Passo Fundo.

²²⁴ LAGO, Luiz Aranha Corrêa do: op. cit. p. 281/282

Fundo e Erechim. A comitiva que visitou a região mostrava-se convicta em relação à vitória de Getúlio Vargas nas urnas.

Esta afirmativa pode ser constatada no escrito a seguir:

Deram-nos sábado o prazer de sua visita, os senhores General Felipe Portinho, João Fagundes de Souza e Quim César, com quem mantivemos longa palestra em nossa Redação.

Comentando os últimos acontecimentos da política nacional, manifestou-se o general Portinho a sua absoluta convicção de que a vitória dos liberais nas urnas está completamente assegurada, a não ser que o governo federal empregue meios inteiramente extraordinários de violência e coação.

Daí passou naturalmente a palestra sobre a Frente Única Rio-grandense, em cuja solidez confia o general Portinho por inteiro. Disse-nos que nos municípios da serra, pelos quais viajou recentemente, Passo Fundo, Erechim, Soledade, Lagoa Vermelha, Vacaria e Bom Jesus, a Frente Única é mantida com mais completa sinceridade e cordialidade, sem nenhuma desconfiança (...).²²⁵

A situação na região norte do Rio Grande do Sul, no período pré-eleitoral, era tranqüila. Não havia incidentes gerados por questões políticas. Isto porque no estado, inclusive a oposição, encontrou em Getúlio Vargas um político forte, que podia chegar à presidência da República.

A situação de tranqüilidade que a chapa Getúlio Vargas - João Pessoa encontrou no norte do Rio Grande do Sul, não era generalizada. O ambiente em alguns estados mostrava-se hostil à Aliança Liberal, com “pressão constante e violência brutal.”²²⁶ Mesmo enfrentando dificuldades, a “infiltração da Aliança Liberal foi rápida, progredindo até mesmo nos estados que apoiavam Júlio Prestes”.²²⁷

As diferenças de posicionamento que dividiram o Rio Grande do Sul durante a República Velha puderam ser sentidas no decorrer da campanha eleitoral. Na região da campanha, por exemplo, a situação não foi tão calma quanto no norte.

Esta afirmativa ganha consistência na nota abaixo, publicada pelo jornal “O Nacional”, dando ciência de um conflito ocorrido em Bagé:

²²⁵ “O Nacional”. 13/01/1930. Passo Fundo.

²²⁶ “O Nacional”. 23/01/1930. Passo Fundo.

²²⁷ “O Nacional”. 23/01/1930. Passo Fundo.

Houve nesta cidade um violentíssimo conflito entre liberais e prestistas, em frente ao jornal perrepista “Diário da Tarde”.

Deu-se o fato quando passava em frente ao dito jornal uma manifestação liberal, partindo do edifício diversos disparos. Os liberais reagiram na altura da agressão havendo numerosos feridos (...).²²⁸

A informação veiculada nas páginas do jornal “O Nacional” vai ao encontro das palavras de Arthur Ferreira Filho. Ele destacou que quem não apoiasse a campanha presidencial era “apontado como traidor do Rio Grande”.²²⁹

A chamada “Caravana Liberal”, responsável pela campanha da Frente Única Gaúcha nos estados do Nordeste do Brasil, chefiada por Baptista Luzardo, sofreu perseguições em vários momentos. Tinha, evidentemente, obtido apoio de parte da população dessa região brasileira. Não escapava, contudo, de tornar-se alvo de acentuada hostilidade.

Este momento é retratado na seguinte nota:

A caravana liberal chefiada pelo Sr. Baptista Luzardo saiu de Natal, com destino a cidade de Mossoró, perseguida por um bando de cangaceiros. Teme-se que a mesma seja atacada por essa malta, dado o indiferentismo e passividade do Sr. Juvenal Lamartine, governador do Estado.²³⁰

Existem inúmeras notícias de conflitos registrados em diferentes cidades do Brasil contra as caravanas liberais. Destaque mereceu um grave episódio que se perpetrou em Vitória, no Espírito Santo. Restaram numerosos mortos e feridos.²³¹

Apesar destas manifestações de hostilidade, tanto Flores da Cunha, quanto Baptista Luzardo, na liderança de caravanas no centro e no nordeste do país, encontraram apoio de diferentes setores da sociedade.

Esta realidade é exposta no registro aqui existente:

²²⁸ “O Nacional”. 25/02/1930. Passo Fundo.

²²⁹ FILHO, Arthur Ferreira: op. cit. p. 64

²³⁰ “O Nacional”. 12/02/1930. Passo Fundo.

²³¹ “O Nacional”. 15/02/1930. Passo Fundo.

A caravana liberal, chefiada pelo deputado Flores da Cunha, que desse estado seguiu para Mato Grosso, chegou sem novidade a Bela Vista, embora corressem boatos de que os reacionários preparavam violências contra os caravaneiros. Notícias dali chegadas dão conta da festiva recepção que foi feita, naquela localidade, à caravana gaúcha (...).

*A caravana liberal chefiada pelo deputado Baptista Luzardo, através de todos os perigos, continua sua marcha triunfal pelo nordeste brasileiro. Recebida com calorosas manifestações de apreço em todos os pontos por que passou, atingiu finalmente a cidade de Fortaleza, onde teve magnífica recepção pelo povo cearense.*²³²

Em 18 de fevereiro, Getúlio Vargas se afastou da presidência do Rio Grande do Sul, devido às eleições que ocorreriam em 1º de março. Para presidente interino do estado foi nomeado, por Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha. Seguindo o gesto de Getúlio Vargas, João Pessoa, presidente da Paraíba, deixou o governo do Estado em 20 de fevereiro.²³³

Na região norte do Rio Grande do Sul, além das agitações em torno da eleição presidencial, verificaram-se críticas à indicação de Nicolau Vergueiro para compor a “chapa oficial dos candidatos republicanos à Câmara Federal”.²³⁴ O momento gerou discussões principalmente porque o Partido Libertador não aceitava a indicação de mais um republicano para ocupar o lugar de Nicolau Vergueiro sem ser consultado. A atitude do PRR, de lançar Nicolau Vergueiro à Câmara Federal, se confirmada, significaria desobediência aos preceitos liberais pelos quais a Frente Única Gaúcha estava lutando.

Sobre esses episódios, o jornal “O Nacional” apresenta a seguinte nota:

Dois pontos, principalmente, são objeto de maior interesse nos comentários gerais. O primeiro é saber si a chefia republicana local, atendendo ao imperativo da frente única, terá o gesto feliz de ouvir a respeito o partido libertador, em suas personalidades de destaque.

O segundo é si a chefia terá também, em obediência aos preceitos liberais pelos quais lutamos, princípios de verdadeira renovação cívica, a atitude de consultar o seu próprio partido para a escolha do sucessor.

²³² “O Nacional”. 17/02/1930. Passo Fundo.

²³³ “O Nacional”. 20/02/1930. Passo Fundo.

²³⁴ “O Nacional”. 04/02/1930. Passo Fundo.

*Sobre esses dois pontos paira, atualmente, a justificada curiosidade popular, porque, efetivamente, não basta pregarmos o liberalismo e chamarmos os nossos adversários de reacionários; mister se faz que realizemos, na prática os preceitos que pregamos.*²³⁵

Com a proximidade das eleições presidenciais, foram veiculadas várias notas a respeito de comícios e comemorações de simpatizantes e filiados da Aliança Liberal na região norte do Rio Grande do Sul. Isto mostra que, nesta parte do estado, a adesão à candidatura de Getúlio Vargas era muito expressiva. A caravana liberal passou por Cruz Alta e Erechim ao som de “vivas, pondo em evidência o entusiasmo que nela palpita (...)”.²³⁶

Em 1º de março realizaram-se as eleições presidenciais. Em Passo Fundo a população demonstrou grande interesse pela votação.

Isto pode ser comprovado através desta nota publicada pelo jornal “O Nacional”:

Realizaram-se, anteontem, em todo território brasileiro, as eleições presidenciais da República e de renovação da Câmara e Senado. Jamais pleito algum despertou, entre nós, maior entusiasmo.

*Em nosso município foram às eleições mais concorridas e o interesse popular manifestou-se ainda maior, ontem, pela chegada dos primeiros resultados, permanecendo todo dia numeroso grupo ante o placar de O Nacional (...).*²³⁷

Os primeiros resultados publicados nas páginas do jornal já demonstravam que a vitória dos liberais na região era certa. Também eram veiculados resultados de outros estados do país, sempre com grande vantagem para Getúlio Vargas. No Rio Grande do Sul, os resultados parciais apontavam Getúlio Vargas com 181.549 votos, contra 786 de Júlio Prestes.²³⁸

Ainda sobre as eleições, deve-se considerar a seguinte nota:

Ainda ontem, embora tivéssemos consideravelmente aumentado a nossa tiragem norma, nossa edição foi completamente esgotada. (...)

²³⁵ “O Nacional”. 04/02/1930. Passo Fundo.

²³⁶ “O Nacional”. 22/02/1930. Passo Fundo.

²³⁷ “O Nacional”. 03/03/1930. Passo Fundo.

²³⁸ “O Nacional”. 03/03/1930. Passo Fundo.

Tudo isso demonstra o interesse cívico com que o povo serrano está seguindo o desenrolar das eleições, dando um índice exato de que não nos deixaremos esbulhar facilmente de nossos direitos, caso o resultado das urnas confirmem a nossa vitória, o que parece completamente certo sobre as bases das cifras eleitorais já conhecidas (...).

239

Apesar do ambiente de otimismo predominante na região, deve-se salientar que as eleições “se realizaram no estilo tradicional da República Velha, ‘reafirmando a preponderância dos interesses da oligarquia e da máquina eleitoral do governo’”,²⁴⁰ dando a vitória a Júlio Prestes, candidato governista.

Os aliancistas, desde o princípio da campanha eleitoral, demonstravam desagrado com relação ao voto aberto.

Isto é possível constatar na colocação de Sandra Jatahy Pesavento:

*A Aliança Liberal articulou-se contra a monopolização do poder por São Paulo. Os aliancistas identificavam o voto a descoberto – “a cabresto” – como responsável pelas fraudes eleitorais que ocorriam.*²⁴¹

Com o anúncio dos resultados gerais do país, em seis de março, o jornal “O Nacional” começou a publicar notas de fraudes que envolviam o candidato paulista.

Esta linha de conduta pode ser observada na seguinte nota publicada pelo jornal “O Nacional”:

Começam a chegar já, numerosas e desanimadoras notícias da mais deslavada fraude em diversos pontos do país.

São as primeiras e temos a segurança que outras hão de seguir, num rosário revoltante de atentados ao mais sagrado dos direitos políticos, o direito de voto. (...)

Bem disse o Dr. Oswaldo Aranha que o primeiro de março, em grande parte do Brasil, não seria um dia de eleição, mas um dia de provação republicana.

Não é novidade isso; na maioria do país as eleições são sempre feitas dessa forma, numa seqüência tão sistemática que já se estabeleceu, na massa popular, o

²³⁹ “O Nacional”. 04/03/1930. Passo Fundo.

²⁴⁰ LAGO, Luiz Aranha Corrêa do: op. cit. p. 283

²⁴¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy: 2002, op. cit. p. 103

*axioma de que não se ganha eleição contra o governo.*²⁴²

Mesmo tendo vencido em alguns Estados, Getúlio Vargas não se elegeu presidente e, para a ala mais radical da Aliança Liberal, “somente restava a via revolucionária”.²⁴³ Uma revolução, aliás, vinha sendo cogitada desde o final de 1929, caso a derrota de Vargas se confirmasse.²⁴⁴

Nas páginas do Jornal “O Nacional” encontram-se manifestações de apoio aos movimentos revolucionários.

As reações de descontentamento ficam evidentes na seguinte nota de Nicolau Vergueiro:

*(...) A esta hora todo o Rio Grande, como todo o Brasil, num vibrante hino de civismo, avança, com a bandeira da liberdade à frente, contra as muralhas do despotismo, para destruir com a labareda de seus ideais, a bastilha, onde maus brasileiros, políticos profissionais, vem tramando a nossa infelicidade. Tudo por um novo Brasil, são e redimido.*²⁴⁵

No terceiro capítulo deste trabalho, serão abordadas as questões relativas às articulações em torno da Revolução de 1930. Poderá se constatar como a imprensa da região norte do Rio Grande do Sul noticiou os acontecimentos pré-Revolução e Revolução de 1930. Também será possível conhecer o clima político que se registrou na cidade de Passo Fundo.

²⁴² “O Nacional”. 06/03/1930. Passo Fundo.

²⁴³ LAGO, Luiz Aranha Corrêa do: op. cit. p.283

²⁴⁴ Idem: p. 290

²⁴⁵ “O Nacional”. 06/10/1930. Passo Fundo.

CAPÍTULO III

A REVOLUÇÃO DE 1930 ATRAVÉS DOS REGISTROS DE “O NACIONAL”

Este capítulo tem por objetivo, com base no conteúdo do jornal “O Nacional”, mostrar como repercutiram as agitações pré-Revolução e Revolução de 1930 no norte do Rio Grande do Sul. Consta das páginas do jornal uma expressiva gama de registros relativa ao comportamento desta região frente aos episódios que culminaram com o término da República Velha. O veículo de comunicação, de elevado valor histórico para o Rio Grande do Sul, costumava contemplar seus leitores também com notícias de articulações que se verificavam em diferentes partes do Brasil. Isto por intermédio da filtragem do que divulgavam outros importantes jornais da época. As agências de notícia, igualmente, contribuíram para que o jornal “O Nacional” reunisse considerável volume de informações sobre a realidade vigente naquele período.

3.1 Movimentos de apoio à Revolução

A eleição presidencial de 1930, como era de se esperar, não fugiu aos moldes ditados pela República Velha. O jornal “O Nacional” noticiou, nos dias posteriores à votação, uma série de notas de repúdio ao resultado, favorável à chapa de São Paulo, liderada por Júlio Prestes.

Na nota a seguir, o jornal apresenta como “vergonhosa” a eleição, inclusive no estado de São Paulo, berço de Júlio Prestes:

As eleições federais neste Estado foram simplesmente vergonhosas. Foi uma

*bombochata [sic] sem nome, um verdadeiro insulto atirado á face da nação. Os perrepistas escorados no governo levaram os livros eleitorais para casa e negaram boletins eleitorais aos liberais.*²⁴⁶

Outros registros do jornal interpretam mais profundamente o clima de contestação com a sugestão de possíveis fraudes eleitorais:

Começam a chegar já, numerosas e desanimadoras notícias da mais deslavada fraude em diversos pontos do país.

*São as primeiras e temos a segurança que outras hão de seguir, num rosário revoltante de atentados ao mais sagrado dos direitos políticos, o direito de voto.*²⁴⁷

Com o término da contagem dos votos e a confirmação da vitória do paulista Júlio Prestes o Rio Grande do Sul se viu, novamente, dividido. O próprio PRR não conseguiu ficar sem ruptura. Uma ala de republicanos aceitou o resultado eleitoral. Outra passou a se articular em torno de um movimento armado.²⁴⁸

Sobre esse cenário é esclarecedora a observação de Pedro C. Dutra Fonseca:

*No Rio Grande do Sul, a oposição, encabeçada pelo Partido Libertador, majoritariamente passou a contestar os números no pleito, manifestando-se disposta a tomar o poder pelas armas (...); o PRR dividiu-se. De um lado encontrava-se a maioria dos antigos políticos republicanos, encabeçados por Borges de Medeiros e contando com apoio de Firmino Paim Filho (...); de outro, os políticos mais jovens, entre os quais Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura e Lindolfo Collor, que começavam a pressionar Vargas pela opção “revolucionária”, articulando o movimento no resto do país.*²⁴⁹

O ponto de vista de Pedro C. Dutra Fonseca, sobre a nova divisão política ocorrida no Rio Grande do Sul, ratifica o que foi publicado pelo jornal “O Nacional”:

Fomos a seguir informados, por pessoas recentemente chegadas de Porto

²⁴⁶ “O Nacional”. 04/03/1930. Passo Fundo.

²⁴⁷ “O Nacional”. 06/03/1930. Passo Fundo.

²⁴⁸ LOVE, Joseph L: 1975, op. cit. p. 253

²⁴⁹ FONSECA, Pedro C. Dutra: 1989, op. cit. p. 128

*Alegre, que a cisão política no partido republicano, estava quase efetivada a uma semana atrás. Disse-nos nosso informante que de um lado, disposto a cumprir os compromissos assumidos com nossos aliados, não se rendendo gratuitamente ao governo federal, estavam os Srs. Getúlio Vargas, general Flores da Cunha, deputado João Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha e outros próceres do partido. Solidários com a capitulação precipitada, e com o Dr. Borges de Medeiros estaria o Sr. Firmino Paim Filho. Segundo nosso informante o Dr. Araújo Vergueiro teria pendido para este último grupo. Damos porem, com a devida reserva esta notícia.*²⁵⁰

No município de Passo Fundo, conforme registros feitos pelo jornal “O Nacional”, as eleições de 1º de março constituíram “um acontecimento inédito, impressionante, quer pela formidável concorrência de votantes às urnas, quer pela maneira lisa, correta e serena que (...) as mesas conduziram os trabalhos”.²⁵¹

Os partidários de Júlio Prestes viram as eleições em Passo Fundo de maneira muito diferente. Utilizaram a imprensa de São Paulo para noticiar a ocorrência de fraudes e pressões intensas sobre o eleitorado.

O conteúdo de um telegrama, publicado por jornal paulista, faz extremas ressalvas à forma como se desenvolveu a votação.

O jornal “O Nacional” tem em suas páginas uma nota que comprova esse procedimento contestatório:

*Entretanto, o Sr. Ney de Lima Costa, em telegrama ao ‘Correio Paulistano’, diz que o pleito neste município foi uma bambochata [sic]; que seus eleitores foram impedidos de votar, sendo as suas cédulas arrebatadas e rasgadas, e que fiscais foram recusados em todas as mesas.*²⁵²

Foi veemente a reação do jornal “O Nacional” às críticas registradas pela imprensa de São Paulo:

Cabe-nos apenas, a sério e em homenagem à verdade, salientar que os elementos que constituíram as mesas eleitorais do município e, também, os políticos, responsáveis pela ordem e boa marcha, do grande comício cívico, não podem e não

²⁵⁰ “O Nacional”. 20/03/1930. Passo Fundo.

²⁵¹ “O Nacional”. 13/03/1930. Passo Fundo.

²⁵² “O Nacional”. 13/03/1930. Passo Fundo.

devem ser confundidos com uma súcia de patifes, de reles gatunos e canalhas, capazes de perpetrarem a criminosa farsa eleitoral que se lhes imputa o telegrama do Sr. Ney de Lima Costa.

*Para orgulho nosso, e das tradições do Rio Grande heróico e nobre, vilmente vilipendiado e escarnecido, lá fora, por embusteiros de toda a espécie, este ponto de honra, aqui como em todo o Estado, manter-se em pé, seu contradita legitima.*²⁵³

A vitória de Júlio Prestes, não resta dúvida, deixou no Rio Grande do Sul um clima de frustração. A revolução armada, conforme se constata nas páginas do jornal “O Nacional”, já nos primeiros dias de março de 1930, foi encarada como uma chance de acentuada reforma na política nacional. O movimento, intensificado a partir do anúncio dos primeiros números favoráveis a Júlio Prestes, tinha no comando “homens perfeitamente conscientes de seus deveres”, suficientemente patriotas para não deixarem passar a oportunidade de mudança.²⁵⁴

Sobre as manifestações de apoio aos revolucionários, lê-se no jornal “O Nacional” o seguinte:

*Esgotados os recursos legais, restará ao povo, o apelo as medidas violentas, único meio que se nos afigura praticável, para que se efetive a vontade nacional, manifestada pelo sufrágio.*²⁵⁵

O jornal veiculou, na edição de 10 de março, notícias sobre apoio às movimentações revolucionárias, existente em várias partes do país.

Tem relevante valor histórico a nota sobre um discurso de Luís Carlos Prestes, à época tenente do exército, no Rio de Janeiro:

Se de inicio os movimentos revolucionários partiram do Exército e tiveram um cunho nitidamente militar, o certo é que hoje, na massa da população, no seio do povo, reina um espírito insofismável de revolta e indignação contra as organizações políticas que se apoderam do poder e o exploram para meros fins de interesses e apetites

²⁵³ “O Nacional”. 13/03/1930. Passo Fundo

²⁵⁴ “O Nacional”. 06/03/1930. Passo Fundo.

²⁵⁵ “O Nacional”. 08/03/1930. Passo Fundo.

*individuais.*²⁵⁶

Havia, no Rio Grande do Sul, muita expectativa a respeito do manifesto que Getúlio Vargas faria, em nome da Aliança Liberal, sobre os rumos que poder-se-ia adotar depois da frustrada campanha eleitoral. João Neves da Fontoura observou, em suas memórias, que os movimentos revolucionários foram motivados pela “massa que aspirava a mudanças radicais”²⁵⁷ e não pelos líderes adversários do governo federal.

Sobre a curiosidade em relação ao pronunciamento de Getúlio Vargas é encontrada a seguinte nota no jornal “O Nacional”:

*Reina aqui a maior ansiedade por este documento, havendo variados palpites sobre a atitude da Aliança, que segundo consta fará todo empenho em não reconhecer um governo, que conseguiu um maior número de votos apenas com uma desbragada fraude, o que não foi uma vitória eleitoral.*²⁵⁸

Getúlio Vargas demorou a assumir posicionamento em relação à vitória de Júlio Prestes e sua conseqüente derrota. Somente em 31 de março de 1930 arriscou um pronunciamento. Não deixou, contudo, “transparente sua posição diante das exigências dos políticos que firmavam sua opção pelo golpe”.²⁵⁹

Sobre a manifestação de Getúlio Vargas, Arthur Ferreira Filho aponta:

Getúlio lançou um manifesto moderado, como de quem já esperava aquilo. Mas, talvez, para contentar os companheiros mais exalados disse, tanto sem propósito, para um homem de governo, que entregava ao povo o julgamento do pleito, quando este já havia sido julgado pelo Congresso Nacional que era, para tanto, o poder competente.

*Os libertadores declararam-se logo inconformados com a derrota, e com eles, João Neves, Aranha, e Flores da Cunha e outros.*²⁶⁰

Ainda sobre o pronunciamento moderado de Getúlio Vargas é conveniente enfocar as colocações a seguir:

²⁵⁶ “O Nacional”. 10/03/1930. Passo Fundo.

²⁵⁷ FONTOURA, João Neves da: 1963, op. cit. p. 333

²⁵⁸ “O Nacional”. 31/03/1930. Passo Fundo.

²⁵⁹ FONSECA, Pedro C. Dutra: 1989, op. cit. p. 129

²⁶⁰ FILHO, Arthur Ferreira: op. cit. p. 65

*Se Vargas parece ter ficado indeciso não era porque fugisse de alternativas drásticas. Ele e Aranha de longa data haviam considerado a idéia de revolução, em parte porque temiam a vingança da administração que deixava o poder. (...) Usando sua posição de Secretário do Interior do estado, a encobri-lo, Aranha encomendou armas da Tcheco - Eslováquia. Os governos do Rio Grande, Minas e Paraíba dividiram o custo desses armamentos, na proporção de suas possibilidades de pagar e obter crédito.*²⁶¹

O posicionamento inicial de Getúlio Vargas e o fato de Borges de Medeiros ter negado apoio aos movimentos revolucionários são objeto de comentário de Mário Maestri:

*Em 19 de março, Borges de Medeiros colocou-se publicamente contra a Revolta Armada, isolando-se da maioria do PRR. Paradoxalmente, Getúlio Vargas assinara acordo secreto de respeito mútuo com a chapa opositora para depois das eleições, mantendo posição de acomodação durante a campanha. Segundo o pactuado, o perdedor aceitaria a vitória do opositor e teria sua bancada reconhecida, sem **degolas**, no Congresso.*²⁶²

Num primeiro momento, declarações de Borges de Medeiros contrárias à revolução foram consideradas infundadas. No acervo histórico em que se transformou a coleção do jornal “O Nacional”, de Passo Fundo, encontra-se a seguinte nota:

*O chefe do Partido Republicano do Rio Grande do Sul é homem ponderado, circunspeto, que pesa e medita o que diz, com perfeita noção de suas responsabilidades, não sendo crível, assim, que, abruptamente, sem senso de oportunidade, viesse a público para, declarando encerrada a campanha presidencial, reconhecer, a derrota da Aliança Liberal em pleito que ainda não foi apurado pelos meios legais e do qual, sequer são conhecidos os resultados completos de seções eleitorais disseminadas pelo vasto e longínquo interior do país.*²⁶³

²⁶¹ LOVE, Joseph L: 1975, op. cit. p. 254/255

²⁶² MAESTRI, Mário: UPF, 2001, op. cit. p. 124

²⁶³ “O Nacional.” 19/03/1930. Passo Fundo.

No dia 20 de março, com a comprovação de que Borges de Medeiros era mesmo contrário à revolução armada, detectou-se um complexo panorama político no estado. Os sul-rio-grandenses, com os ânimos inflamados, rejeitavam veementemente o posicionamento do político que governara o estado ao longo de 25 anos. Borges de Medeiros, então, hostilizado até por uma ala influente de correligionários, corria inclusive o risco de ser isolado.²⁶⁴

Os jornais da capital federal, a exemplo de “O Nacional”, registraram as palavras de Borges de Medeiros e consideraram uma “rendição” do Rio Grande do Sul à vitória de Júlio Prestes.²⁶⁵

Sobre a anunciada filosofia anti-revolucionária de Borges de Medeiros é elucidativa a seguinte nota:

*Os jornais liberais sem elementos para uma defesa completa, limitam-se a comentários, em que acentuam que o Dr. Borges de Medeiros não é o Rio Grande do Sul, cujas tradições de altivez e de honra, não podem e não devem ser injustamente, menosprezadas.*²⁶⁶

Na região de Passo Fundo, o pronunciamento de Borges de Medeiros foi duramente criticado pelos políticos da Aliança Liberal.

No jornal “O Nacional”, José Ribeiro assinou um artigo que demonstra a animosidade que se criou em torno da imagem do outrora idolatrado político sul-rio-grandense:

*(...) o Dr. Borges de Medeiros, não é membro da Aliança Liberal. (...) Iremos, pois em busca dos votos que nos roubaram, seja qual for o caminho que tenhamos que seguir, seja qual for a estrada que tenhamos que palmilhar.*²⁶⁷

Flores da Cunha, nome de grande expressão dentro do PRR, também discordou do posicionamento contrário à revolução assumido por Borges de Medeiros.

O jornal “O Nacional” assim enfocou o ponto de vista de Flores da Cunha:

²⁶⁴ “O Nacional”. 20/03/1930. Passo Fundo.

²⁶⁵ “O Nacional”. 20/03/1930. Passo Fundo.

²⁶⁶ “O Nacional”. 22/03/1930. Passo Fundo.

²⁶⁷ “O Nacional”. 24/03/1930. Passo Fundo.

(...) Flores da Cunha, sábado último, transmitiu ao Dr. Borges de Medeiros um ativo e expressivo telegrama, no qual declarava discordar, radicalmente, dos termos das entrevistas por aquele concedidas aos jornais. (...)

*O povo, a noite, em assomo, de indescritível entusiasmo, improvisou grande manifestação de aplauso e solidariedade ao gesto de Flores da Cunha, demonstrando, por este modo, o sentimento de repulsa e inglória atitude assumida pelo velho e acatado chefe do Partido Republicano, que, lamentavelmente, no caso da campanha liberal, divorciou-se do sentir e das aspirações de seus correligionários.*²⁶⁸

O jornal “O Nacional” procurava primar pelo acompanhamento incessante da movimentação política do Rio Grande do Sul. Dava mais atenção, entretanto, ao que se verificava na região norte do estado e, também, especificamente em Passo Fundo. Não deixava, contudo, de contemplar com generosos espaços informações provenientes da capital federal, através de telegramas de políticos como João Neves da Fontoura.

É relevante estampar o conteúdo de uma mensagem enviada por João Neves da Fontoura:

*(...) cabe-me dizer que reputo de indisfarçável gravidade o momento político de nosso país, pela conduta facciosa das autoridades supremas da República no pleito de 1º de março e pela atitude inqualificável do Congresso, observada no reconhecimento de poderes, espoliando a Paraíba e toda sua representação legítima e amputando a de Minas Gerais de quatorze deputados indiscutivelmente eleitos.*²⁶⁹

Borges de Medeiros não resistiu a pressão por muito tempo. Ver tantos “companheiros de jornada” lhe virarem as costas era algo que, provavelmente, não esperava. Resolveu, então, amenizar o clima com a retificação de suas palavras. Isto é: optou por emitir um pronunciamento que se encaixasse às expectativas dos que, no momento, se mostravam dispostos a lança-lo num cenário de antagonismo.

Percebe-se que a mudança de discurso de Borges de Medeiros buscou muito mais que a recuperação de perdas simpatias. Visava a manutenção da linha filosófica da Aliança Liberal nos diferentes escalões da política. O jornal “A Federação” foi privilegiado com a exclusividade na divulgação do histórico “discurso novo” de Borges

²⁶⁸ “O Nacional”. 24/03/1930. Passo Fundo.

²⁶⁹ “O Nacional”. 19/06/1930. Passo Fundo.

de Medeiros.

Através de agência de notícias, “O Nacional” se inteirou da essência do pronunciamento de Borges de Medeiros e pôde, assim, leva-la ao conhecimento do seu público:

“A Federação” estampa a nova entrevista concedida pelo Dr. Borges de Medeiros, em que este declara ser inexato que tenha considerado terminada a pregação doutrinária da Aliança Liberal.

Esclarece a respeito que somente teve intuito de se referir, a campanha da sucessão, que após a apuração e o reconhecimento do congresso deverá ficar terminada de direito e de fato. Diz que ele e os dirigentes do Estado não querem solução que possa perturbar a paz e a normalidade constitucional. Nega que tenha declarado que os aliados não cumpriram seus compromissos. Nega que tenha julgado o pleito. Nega que tenha dito que as eleições correram com lisura, sem fraudes e violências.²⁷⁰

Segundo colocou João Neves da Fontoura²⁷¹, em suas memórias, as declarações de Borges de Medeiros contrárias à revolução armada tinham sido “ajeitadas” pelos partidários do presidente eleito Júlio Prestes. Teriam como intuito causar grande repercussão no estado e, conseqüentemente, animosidade na população contra o político que por duas décadas e meia se mantivera no poder.

Sobre a reação de Borges de Medeiros em prol da amenização dos ânimos, dentro da Aliança Liberal, é oportuna a narrativa de João Neves da Fontoura:

O chefe republicano apressou-se em restabelecer a verdade e em enunciar seu correto pensamento.

É evidente que o Sr. Borges de Medeiros não se decidira nem poderia decidir-se, naquela altura, por uma solução extralegal mas também não se inclinara pela capitulação. Eis que ele mesmo timbrou em tornar claro num comunicado, de seu punho, divulgado por “A Federação,” (...) não considerando encerrada a pugna política, admitia o prosseguimento dela pela pregação doutrinária e a ação

²⁷⁰ “O Nacional”. 26/03/1930. Passo Fundo.

²⁷¹ FONTOURA, João Neves da. *A Aliança Liberal e a Revolução de 1930*. Porto Alegre: Editora Globo, 1963. Memórias II. p. 309

parlamentares em torno dos postulados da Aliança Liberal. ²⁷²

Havia muitos políticos sul-rio-grandenses simpáticos à linha apregoada pela Aliança Liberal. Estas lideranças não vacilaram ao se pronunciar pela manutenção dos projetos propalados durante a campanha eleitoral. Quer dizer: almejavam a solidificação do que se anunciou em discurso ao longo da trajetória que almejava a conquista da presidência da República.

De uma agência de Porto Alegre, o jornal “O Nacional” colheu uma nota que se referia a pronunciamentos, feitos à época, por deputados sul-rio-grandenses:

Após várias conferências políticas com o presidente do Estado, os deputados Baptista Luzardo, João Neves e Francisco Flores, bem como o senador Paim Filho, resolveram falar a imprensa, afirmando todos que a Aliança Liberal prosseguirá no mesmo rumo a que se traçou, (...) [na] campanha, sem recuar um passo. Declararam mais que, em breve será publicado um manifesto, expondo claramente a situação e imprimindo orientação ao prosseguimento da campanha. ²⁷³

Em Minas Gerais e na Paraíba, estados aliados do Rio Grande do Sul durante a campanha eleitoral, lideranças afinadas com o governo federal interferiram diretamente na apuração dos resultados. Antônio Carlos, presidente de Minas Gerais, contestou esta atitude do governo federal e contou, nesse ponto, com o apoio da população. ²⁷⁴

Sobre as interferências federais, na apuração de votos em Minas Gerais, o jornal “O Nacional” publicou a seguinte nota:

O Sr. Antônio Carlos dirigiu ao presidente da República um enérgico telegrama protestando contra a exibição de forças federais que a União está fazendo junto a comissão encarregada de apurar o pleito presidencial em Minas, estando o edifício em que funciona a junta rodeado de forças.

Contra esse ato realizou-se também, em Belo Horizonte um grande comício de protesto, falando diversos oradores, grandemente aplaudidos pela multidão. A população empresta inteiro apoio a enérgica atitude de reação do presidente mineiro.

²⁷² FONTOURA, João Neves da: 1963, op. cit. p. 309

²⁷³ “O Nacional”. 27/03/1930. Passo Fundo.

²⁷⁴ “O Nacional”. 04/04/1930. Passo Fundo.

O governo federal foi além da interferência na apuração dos resultados eleitorais. Adotou uma política rigorosa em relação aos estados que compunham a Aliança Liberal. Minas Gerais e Paraíba, por exemplo, acabaram punidos com a negativa de diplomação de candidatos liberais eleitos para o Congresso Federal. O Rio Grande do Sul, ao contrário, “atravessou ileso o expurgo do Congresso”.²⁷⁶ Os candidatos eleitos foram poupados da negativa de diplomação porque ao contrário do que ocorreu na Paraíba e em Minas Gerais não precisaram disputar, entre si, cadeiras do Congresso Federal.²⁷⁷

O presidente da Paraíba, João Pessoa, amargou inclusive a possibilidade de deposição. Isto pode ser constatado na seguinte nota do jornal “O Nacional”:

*É muito provável que, dentro em breve, o governo federal consiga a deposição do presidente da Paraíba. (...) Impediu-lhe o reconhecimento dos candidatos de seu partido. Busca, no instante, uma solução para apeá-lo da primeira magistratura do Estado.*²⁷⁸

Composta de um número expressivo de deputados, bancada sul-rio-grandense no Congresso Federal adotou posição crítica ao governo do Brasil, ainda liderado por Washington Luís, pelas medidas desagradáveis em relação a Minas Gerais e Paraíba. “Os elementos avançados da minoria resolveram assumir, na Câmara, a representação parlamentar do povo da Paraíba (...)”.²⁷⁹ Faziam observações negativas quanto à forma como se deu a apuração de votos nesses dois estados – sob forte pressão de representantes do governo federal – e, também, denunciavam, de maneira combativa, a cogitada intervenção na Paraíba.

Essa informação vai ao encontro do que João Neves da Fontoura escreveu em suas memórias:

Minha primeira intervenção no debate ocorreu a 13 de junho. (...) Terminei afirmando: ‘Os liberais da Câmara, na vanguarda de todos os liberais o Brasil,

²⁷⁵ “O Nacional.” 04/04/1930. Passo Fundo.

²⁷⁶ LOVE, Joseph L: 1975, op. cit. p. 256

²⁷⁷ Ibidem.

²⁷⁸ “O Nacional.” 29/04/1930. Passo Fundo.

²⁷⁹ FONTOURA, João Neves da: 1963, op. cit. p. 333

estamos e estaremos sustentando a autonomia do Estado da Paraíba e seu grande Presidente que tem a seu lado a população de sua terra. ²⁸⁰

Em princípios de maio, Borges de Medeiros resolveu, através de um telegrama, mostrar solidariedade ao governo de João Pessoa na Paraíba.

Esse telegrama foi publicado nas páginas do jornal “O Nacional”:

A grave injustiça que seu Estado acaba de sofrer, sendo clamorosamente espoliado de sua legítima representação federal, incentivará a ação política republicana rio-grandense em prol de uma radical reforma eleitoral, como único apoio que ainda pode ter a virtude de evitar a falência do sistema representativo no Brasil. Neste momento sinto-me no dever de elevar a V. Ex. o conforto de minha solidariedade admirativa ante incansável resistência as opressões que atormentam e infelicitam a sua altiva Paraíba. ²⁸¹

Borges de Medeiros, vale aqui lembrar, continuou influenciando os políticos sul-rio-grandenses mesmo depois de se afastar do governo. Esse prestígio foi comprovado, pelas demonstrações de entusiasmo, tanto nos círculos políticos quanto nas camadas populares, frente ao conteúdo do telegrama enviado à Paraíba.

A atitude de Borges de Medeiros foi assim analisada pelo jornal “O Nacional”:

O gesto de Borges de Medeiros trouxe ao liberalismo novas energias, despertando esperanças no Rio Grande que havia decaído com a atitude dúbia e silenciosa do governo e seus próceres de PRR. ²⁸²

Ainda sobre a possibilidade de intervenção federal no estado da Paraíba o jornal publicou:

Considera-se iminente a decretação da intervenção federal no Estado da Paraíba, cuja proposta foi feita a Comissão de Justiça da Câmara. Consta aqui, que, em vista de tais medias, o Sr. João Pessoa vai transferir a capital do Estado para a

²⁸⁰ FONTOURA, João Neves da: 1963, op. cit. p. 334/335

²⁸¹ “O Nacional”. 09/05/1930. Passo Fundo.

²⁸² “O Nacional”. 08/05/1930. Passo Fundo.

*cidade de Campina Grande, a fim de melhor resistir a intervenção federal, estando completamente disposto a não se submeter e de defender até o último a autonomia de seu Estado.*²⁸³

Na elaboração de notícias e comentários, sobre as ameaças de intervenção federal em Minas Gerais e na Paraíba, o jornal “O Nacional” tomava por base o conteúdo de telegramas remetidos por políticos sul-rio-grandenses como João Neves da Fontoura.

Foi de João Neves da Fontoura o telegrama que gerou o enfoque a seguir:

*(...) cabe-me dizer que reputo de indisfarçável gravidade o momento político de nosso país, pela conduta facciosa das autoridades supremas da República no pleito de 1º de março e pela atitude inqualificável do Congresso, observada no reconhecimento de poderes, espoliando a Paraíba e toda sua representação legítima e amputando a de Minas Gerais de quatorze deputados indiscutivelmente eleitos.*²⁸⁴

Paraíba e Minas Gerais foram extremamente tolerantes, durante bom tempo, em relação às desagradáveis medidas que lhes eram endereçadas pelo governo federal. Prova disso é que partiu de lideranças sul-rio-grandenses a reação adversa que culminou em mais um momento revolucionário.

Sobre isso, Aspásia Camargo assim se expressa:

*Sem dúvida alguma, são as lideranças civis gaúchas a vanguarda regional da frente armada que assume a iniciativa e a responsabilidade de conduzir a luta. Enquanto isso, Minas confirma a posição defensiva configurada desde o início da cisão oligárquica e ainda agravada pela divisão interna e pelas dificuldades impostas pelo governo federal: corte na bancada oficial e controle militar do estado.*²⁸⁵

A passividade de Minas Gerais, diante de uma realidade conhecidamente desagradável, foi criticada pelo jornal “O Nacional”. Os artigos do jornal culpavam o governador Antônio Carlos por essa situação de inércia. Faziam crer, inclusive, que ele

²⁸³ “O Nacional”. 29/05/1930. Passo Fundo.

²⁸⁴ “O Nacional”. 19/06/1930. Passo Fundo.

²⁸⁵ CAMARGO, Aspásia. *A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política*. IN: *A Revolução de 30 – Seminário Internacional*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983. v. 54 p. 11-46

seria o grande responsável pela paralisação do movimento revolucionário que se esboçara, logo após a vitória de Júlio Prestes, no Rio Grande do Sul.

A agência de notícias do Rio de Janeiro oficializou essa versão. Em um de seus enfoques frisou que “a história da revolução que deveria irromper no Rio Grande fracassou devido ao Sr. Antônio Carlos”.²⁸⁶

A inércia de Antônio Carlos foi objeto de ironia num enfoque do historiador Joseph Love:

*Nem o assassinato de Pessoa fortaleceu a resolução de Antônio Carlos que, segundo uma anedota famosa, disse: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”. Essas palavras corajosas sugerem que o Governador de Minas Gerais havia percebido onde residiam os grandes interesses da elite política – mas suas ações não seguiam suas supostas palavras.*²⁸⁷

João Pessoa, governador da Paraíba, vivenciou rebeliões no interior. Essas rebeliões teriam sido, segundo chefes da Aliança Liberal, encorajadas pelo governo federal, que as usaria como desculpa para interferir no estado.²⁸⁸

3.2 – O assassinato de João Pessoa: as repercussões regionais e nacionais

Para agravar a situação de turbulência, João Pessoa, presidente da Paraíba, foi assassinado por um suposto adversário. Era só isso que faltava para se acentuarem as articulações em torno da revolução armada.

No jornal “O Nacional” pode ser vista a seguinte nota elaborada com base em telegrama partido de Porto Alegre:

O povo, reunido em frente aos jornais, recebia indignado às notícias do infausto acontecimento. A massa popular resolveu espontaneamente fazer um comício em frente ao Clube do Comércio, reclamando a palavra de João Neves, Osvaldo

²⁸⁶ “O Nacional”. 18/07/1930. Passo Fundo.

²⁸⁷ LOVE, Joseph L: 1975, op. cit. p. 257

²⁸⁸ Idem: p. 256

Aranha e Flores da Cunha.

Estes falaram muito emocionados, verberando o atentado ao presidente paraibano.

*Ontem à noite, o povo fez comício, em frente ao edifício do ‘Diário de Notícias’, falando diversos oradores.*²⁸⁹

Na região norte do Rio Grande do Sul, a morte de João Pessoa causou profunda agitação.

O clima de animosidade verificado, à época na região, mereceu este enfoque:

*Promovido por elementos liberais, realizar-se-á esta noite, na praça Marechal Floriano um comício popular de protesto contra o atentado sofrido pelo Sr. João Pessoa.(...) Os organizadores pedem, por nosso intermédio o comparecimento da população, como uma homenagem ao grande morto e para que Passo Fundo levante bem alto seu protesto pelo brutal atentado.*²⁹⁰

O assassinato de João Pessoa mereceu de Sandra Jatahy Pesavento o seguinte registro:

*Ante a vitória de Júlio Prestes, a conspiração tramou-se com o objetivo de derrubar o governo pelas urnas. O incidente que, contudo, serviu como elemento catalisador da revolta foi o assassinato do político paraibano João Pessoa.*²⁹¹

Borges de Medeiros foi alvo de intensa especulação, no Rio Grande do Sul, depois do assassinato de João Pessoa. A imprensa sul-rio-grandense dedicava largos espaços a essa realidade. A edição de 2 de agosto de 1930, do jornal “O Nacional”, divulgou, com base em material remetido pela agência de notícias de Porto Alegre, que Borges de Medeiros se mostrava contrário a soluções violentas no país.²⁹² Entretanto, doze dias depois, o jornal publicou um telegrama dando conta que Borges de Medeiros seria favorável, como último recurso, aos movimentos armados.

Parte desse telegrama pode ser vista a seguir:

²⁸⁹ “O Nacional”. 28/07/1930. Passo Fundo.

²⁹⁰ “O Nacional”. 28/07/1930. Passo Fundo.

²⁹¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy: 2002, op. cit. p. 104

²⁹² “O Nacional”. 02/08/1930. Passo Fundo.

Se [todas as tentativas apaziguadoras] forem em vão, e desencadear-se afinal a tempestade, parece-me que só nos restará então guardar a única atitude que as nossas tradições e princípios poderão justificar: não apoiar e não defender o governo federal que, por seus desmandos e brutalidades, será o principal responsável pela insurreição.
293

Um dos enfoques do jornal “O Nacional”, sobre o movimento revolucionário, pode ser visto a seguir:

*Nestes últimos tempos fervilham pela cidade, boatos de toda a espécie, dando a revolução como um fato inevitável e próximo. Citavam-se nomes, narravam-se fatos, com tais vistos de verdade que se gerou no espírito público a certeza de que, de um momento para o outro, estalaria o movimento, tendente a restabelecer a ordem constitucional no Brasil.*²⁹⁴

Em Porto Alegre o tema revolução também tomou conta das rodas de conversa, mesmo sem a existência de fatos concretos.²⁹⁵

Oswaldo Aranha pronunciou-se, no dia 6 de setembro, em relação ao movimento revolucionário:

Se me bati sempre pela legalidade, se derramei o meu sangue na defesa dos princípios republicanos, não me posso conformar com um governo ilegal.

*Não há traidores no meu partido. Os que agem mal já são nossos adversários. Vivemos em plena harmonia idealística, todo o Rio Grande em frente única, para reagir, a altura de nossas tradições, como bem exprimiu o próprio Dr. Borges de Medeiros.*²⁹⁶

O presidente Washington Luís tentou, por intermédio de telegrama a Borges de Medeiros, evitar a revolução armada no Rio Grande do Sul. Borges de Medeiros respondeu que decisão quanto ao que lhe era pedido não estava ao seu alcance já que o

²⁹³ “O Nacional”. 14/08/1930. Passo Fundo.

²⁹⁴ “O Nacional”. 22/08/1930. Passo Fundo.

²⁹⁵ “O Nacional”. 04/09/1930. Passo Fundo.

²⁹⁶ “O Nacional”. 06/09/1930. Passo Fundo.

presidente do estado era Getúlio Vargas, a quem Washington Luis deveria recorrer.²⁹⁷

Em outubro, a revolução armada era iminente. Os deputados estaduais pregavam a união dos sul-rio-grandenses em prol do movimento armado. Propalavam, como forma de argumentação, que os brasileiros confiavam e apoiavam esta forma de luta.²⁹⁸

A revolução vinha sendo programada desde antes da morte de João Pessoa. A ala mais radical da Aliança Liberal contava com o apoio de tenentes do exército. Houve, inclusive, a combinação de que, caso Júlio Prestes fosse vitorioso na eleição para presidente do Brasil, um movimento armado eclodiria em âmbito nacional.

Sobre esses contatos, anteriores às eleições de 1º de março, Boris Fausto fala no seguinte texto:

*A aproximação entre os políticos mais jovens e os militares rebeldes tinha agora condições de realizar-se. Mesmo no curso da disputa eleitoral, alguns contatos haviam sido feitos nesse sentido.*²⁹⁹

Ainda sobre a participação dos tenentes:

*Para dirigir as operações propriamente militares os gaúchos preferiram um oficial de comando aos tenentes de influência incerta no exército regular. O Tenente-Coronel Pedro Góes Monteiro, (...) assumiu o encargo. (...) Era, porém, mais próximo de Aranha; ambos tinham-se tornado bons amigos na região Oeste do Estado. Góes e Aranha marcaram uma data em junho para a revolução, quando o apoio de Vargas e Borges ainda era duvidoso.*³⁰⁰

No Rio Grande do Sul, como em Minas Gerais, o levante armado teve início no dia 3 de outubro.

O clima do momento pode ser sentido através da narrativa a seguir:

Às 5 horas do dia 3 de outubro iniciou-se a revolta, no instante em que Flores e

²⁹⁷ “O Nacional”. 11/09/1930. Passo Fundo.

²⁹⁸ “O Nacional”. 03/10/1930. Passo Fundo.

²⁹⁹ FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*: III. O Brasil republicano: Sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1985 3ª ed. p. 419-421

³⁰⁰ LOVE, Joseph L: 1975, op. cit. p. 255

*Aranha comandaram um ataque aos quartéis-generais do Comando Regional (...).*³⁰¹

Ainda sobre o início do levante no Rio Grande do Sul:

Quatro e meia. Aproxima-se a hora. Examino-me com o espírito tranqüilo de quem joga um lance decisivo porque não encontrou outra saída digna para seu estado. A minha sorte não me interessa e sim a responsabilidade de um ato que decide do destino da coletividade. (...)

*Começou o movimento. Um fogo vivo de fuzilaria e metralhadoras, uns vinte minutos de luta, e foi tomado o quartel-general, presos o comandante da Região e seu estado-maior.*³⁰²

Na manhã do dia 5 de outubro os revolucionários já haviam conseguido a rendição de quase todas as guarnições do Rio Grande do Sul. A exceção era a de São Borja que acabou se rendendo à tarde.³⁰³

Com o propósito de derrubar o governo federal, que ainda permanecia sob a liderança de Washington Luís, tropas revolucionárias partiram dos três estados que compunham a Aliança Liberal: Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba.

Este momento recebeu, de Sandra Jatahy Pesavento, a seguinte narrativa:

*Dos três estados aliancistas partiram grupos armados em direção ao Rio de Janeiro, onde um grupo de generais, chefiados pelo chefe do Estado Maior do exército, Gen. Tasso Fragoso, depôs Washington Luis.*³⁰⁴

Em 12 de outubro, graças ao trabalho da agência de notícias de Porto Alegre, o jornal “O Nacional” pôde estampar em suas páginas o pedido de renúncia de Getúlio Vargas do cargo de presidente do estado. A alegação era de que precisava se dedicar aos movimentos revolucionários da Aliança Liberal.³⁰⁵

A região norte do Rio Grande do Sul assistiu à passagem de tropas revolucionárias em 13 de outubro de 1930. Eram quatro mil homens dispostos a lutar,

³⁰¹ LOVE, Joseph L: 1975, op. cit. p. 259

³⁰² VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. v.1 p. 5

³⁰³ Idem: p. 7

³⁰⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy: 2002, op. cit. p. 104

³⁰⁵ “O Nacional”. 12/10/1930. Passo Fundo.

pela conquista do comando da nação, já que a vitória de Júlio Prestes era considerada injusta. Em Carazinho este gigantesco contingente, acompanhado de Getúlio Vargas, recebeu uma grande bandeira vermelha que continha frase retirada do manifesto “Rio Grande, de pé, pelo Brasil”.³⁰⁶

Com a vitória da revolução e a conseqüente deposição do presidente Washington Luís, em 24 de outubro, uma Junta Provisória foi encarregada de assumir o governo. Pressões, partidas do Rio Grande do Sul, foram responsáveis por uma passagem efêmera dessa junta pelo governo federal. Para ocupar o cargo de presidente da República foi, então, aclamado Getúlio Vargas, por populares e revolucionários do sul do Brasil.³⁰⁷

O jornal “O Nacional” assumiu posição de apoio a Getúlio Vargas:

*Com a vitória de nossos ideais, calcados na liberdade e na renúncia, o Dr. Getúlio Vargas reclama os direitos que inegavelmente lhe assistem, neste momento histórico do País, de assumir o governo provisório da República. A ninguém mais assiste esse direito.*³⁰⁸

A Revolução de 1930 foi, portanto, responsável pelo final da chamada República Velha. Pode-se dizer que o movimento armado foi produto da “falência do modelo agroexportador” e uma “reação das oligarquias periféricas, associadas à insatisfação das camadas médias urbanas e ao exército”.³⁰⁹

É de elevado valor histórico a afirmação de Boris Fausto:

A Revolução de 1930 põe fim à hegemonia da burguesia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil, no sistema capitalista internacional. Sem ser um produto mecânico da dependência externa, o episódio revolucionário expressa a necessidade de reajustar a estrutura do país, cujo funcionamento, voltado

³⁰⁶ VARGAS, Getúlio: op. cit. p. 9/10

³⁰⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930*. IN: FERREIRA, Jorge. DELGADO; Lucília de Almeida Neves. (org) *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excluyente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³⁰⁸ “O Nacional”. 25/10/1930. Passo Fundo.

³⁰⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy: 2002, op. cit. p. 102

essencialmente para um único gênero de exportação, se torna cada vez mais precário.

310

Getúlio Vargas não obteve votação suficiente para galgar o cargo de presidente da República. Coloca-se aqui de lado qualquer referência a pressões e fraudes que possam ter levado a esse fracasso eleitoral. Não deixou, Getúlio Vargas, contudo, de inspirar os correligionários à busca do comando da nação por vias não-eleitorais. Não que sua vocação fosse para a revolução armada e, sim, porque os seus dois anos de governo no Rio Grande do Sul sustentavam a convicção, inclusive para si, de que tinha potencial para dar ao Brasil um impulso de desenvolvimentos em todos os aspectos. Surgido no findar do sonho de Borges de Medeiros de se perpetuar no governo do Rio Grande do Sul acabou conseguindo cativar brasileiros de todas as partes e, em conseqüência, ascendendo ao cargo maior da política nacional.

O jornal “O Nacional” assumiu conduta favorável à caminhada de Getúlio Vargas rumo à presidência da República. Apoiou, inclusive, o movimento revolucionário que garantiu a esse político sul-rio-grandense, mesmo derrotado nas urnas, tomar posse no cargo maior da nação. Criticou, contundentemente, todos os que faziam restrições à forma obstinada como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba agiram, na chamada Revolução de 30, para instalar Getúlio Vargas na presidência do Brasil.

³¹⁰ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987 11ª ed. p. 112

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antonio Augusto Borges de Medeiros tornou-se uma das figuras mais polêmicas da história política do Rio Grande do Sul. Filho de desembargador e com graduação em Direito investiu e ousou no cenário político. Já aos 22 anos de idade, quando recebeu o diploma da faculdade de Direito, mostrava desenvoltura no cenário das lideranças.

Em São Paulo, nos tempos de estudante, inteirou-se das idéias republicanas e teve contato com as correntes positivistas. Sustentou-se, como membro do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), por vinte e cinco anos à frente do governo estadual.

As vitórias eleitorais de Borges de Medeiros, ao longo de duas décadas e meia, foram bastante contestadas pelos adversários. Ele era acusado de ordenar fraudes e prática de violências.

Na região norte do Rio Grande do Sul, como se prova através do precioso acervo histórico do jornal “O Nacional”, Borges de Medeiros tinha a maior concentração de simpatizantes. Também eram desta parte do estado alguns dos seus correligionários mais fiéis. A estes correligionários Borges de Medeiros dava opiniões sempre que solicitado.

Muito se fala sobre Borges de Medeiros ainda nos dias de hoje. Porém, o volume de informações relativas a sua vida política, ao alcance do grande público, é sobremaneira limitado. Neste estudo procurou-se estruturar um nova e consistente fonte de pesquisa sobre esse personagem que marcou, de forma particular, a história sul-rio-grandense.

Mesmo na Revolução de 1923, fruto do descontentamento gerado por fraudes e prática de violência ao longo do processo eleitoral de 1922, Borges de Medeiros teve habilidade para se sustentar no poder. Conseguiu, juntamente com correligionários de grande influência, um pacto que lhe assegurou mais cinco anos à frente do governo estadual. O chamado “Pacto de Pedras Altas” determinou o fim do movimento armado. Deixou, porém, Borges de Medeiros sem chance de uma nova candidatura para o cargo

que exercia.

Na região norte do Rio Grande do Sul, mesmo fora do poder oficial, Borges de Medeiros manteve por tempo considerável a credibilidade que desfrutava perante os correligionários. Esta influência, no entanto, foi inevitavelmente se deteriorando. Tanto que, em determinado momento, Borges de Medeiros foi alvo de forte hostilidade por causa de um suposto posicionamento contrário ao movimento armado de 1930. Inclusive a imprensa, que defendia sistematicamente suas medidas nos tempos de governo, esbanjou crítica e o obrigou a uma aparentemente espontânea retratação.

Os embates políticos de Borges de Medeiros foram acompanhados com especial atenção em todos os segmentos da sociedade sul-rio-grandense. O persistente republicano teve na região norte do Rio Grande do Sul respaldo praticamente incondicional de alguns órgãos de comunicação. No jornal “O Nacional” se localizam poucas críticas, em relação a ele, enquanto se sustentou no poder. Pelo contrário. O jornal sempre assegurou generosos espaços para a defesa, espontânea, de idéias e medidas anunciadas por Borges de Medeiros.

Políticos radicados na região norte do estado, face às simpatias emanadas por Borges de Medeiros, também tiveram tratamento especial de parte da imprensa. Nicolau Vergueiro, Victor Dumoncel e Firmino de Paula Filho são alguns dos nomes que foram, invariavelmente, privilegiados pela defesa de pontos de vista no jornal “O Nacional”. A rigor, quem criticava Borges de Medeiros – ou alguns dos seus correligionários – era defenestrado pelo jornal.

Getúlio Vargas tinha características bem mais diplomáticas do que seu antecessor. Para ascender ao governo do Rio Grande do Sul, na condição de sucessor de Borges de Medeiros, conseguiu reunir apoio de todas as facções políticas. Isto é: republicanos e combatentes do borgismo uniram-se para garantir a chegada do político de São Borja à chefia do governo estadual.

Getúlio Vargas empreendeu uma gradativa aproximação com a oposição no período em que esteve à frente do governo estadual. Esta aproximação foi responsável pelo apoio de quase a totalidade das facções políticas sul-rio-grandenses em sua posterior candidatura à presidência da República. Nessa oportunidade formou-se a Frente Única Gaúcha (FUG) que unia republicanos e antigos opositores.

O apoio que a imprensa da região norte garantiu a Borges de Medeiros foi legado a seu sucessor e posterior presidente da República Getúlio Vargas. O jornal “O Nacional” mostrou simpatias até ao movimento armado de 1930 que conduziu Getúlio

Vargas à presidência do Brasil. Quando este movimento revolucionário concretizou os seus propósitos o jornal deixou transparecer sentimento de euforia.

O jornal “O Nacional”, mesmo com sede em Passo Fundo, cidade interiorana do Rio Grande do Sul, teve competência para acompanhar, a partir de 1925, as movimentações políticas da chamada “Era Borges”. Deu enfoque aos acontecimentos de nível regional e, também, àqueles que se verificavam em âmbito estadual.

Essa forma eficiente de atuação do jornal “O Nacional” também se verificou ao longo do processo que conduziu Getúlio Vargas ao governo estadual e, posteriormente, à presidência da República. Como fontes de coleta de subsídios para o seu conteúdo político o jornal utilizava agências de notícia, correspondências e manifestos publicados na imprensa de algumas capitais. Dá para se concluir que o PRR encontrou solo fértil na região norte do estado e, para isso, usufruiu de notório respaldo de determinados órgãos de comunicação.

Os estados de Minas Gerais e Paraíba, integrantes da Aliança Liberal, juntamente com o Rio Grande do Sul, igualmente foram privilegiados por abordagens altamente positivas do jornal “O Nacional”. Por ocasião da derrota de Getúlio Vargas nas urnas o jornal colocou em suspeita o processo eleitoral. Igualmente tornaram-se alvos de abordagens hostis lideranças que ofereciam resistência à Aliança Liberal.

Considera-se de elevada credibilidade o material histórico aqui reunido. Isto porque, apesar das suas demonstrações de bairrismo, o jornal “O Nacional”, fonte principal da pesquisa, parece ter primado pelo respeito aos seus leitores desde os primeiros números. As muitas vezes que se deixou levar pela emoção precisam ser relevadas porque era um veículo de comunicação de pontos de vista bem definidos.

Vale destacar a esperança de, através deste trabalho, poder colaborar para que futuros pesquisadores tenham um ponto de apoio no que concerne a informações relativas às mobilizações políticas do norte do Rio Grande do Sul no período 1923/1930. Esse é o propósito desta pesquisa.

O jornal “O Nacional” se dizia “independente”, mas no decorrer deste estudo, verificou-se que, a partir de 1925, deu apoio sistemático aos republicanos.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de. *Acontecimentos e Mídia*. IN: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das e MOREL, Marco. (org.) *História e Imprensa: Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos/ Anais do colóquio (17 e 18 de junho de 1997)*. Rio de Janeiro: UERJ/ IFCH, 1998.

ABREU, Luciano Aronne. *Getúlio Vargas: A construção de um mito (1928-30)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

ALEGRE, Aquiles Porto. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS, s/d.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ARDENGUI, Lourdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2003.

AXT, Gunter. *Coronelismo Indomável: Especificidades do Sistema Coronelista no Rio Grande do Sul (1890 – 1930)*. IN: MALATIAS, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (org.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca: UNEPS - Olho d'água, 2003.

BALBINOT, Jonas. *Relações de poder: Getúlio Vargas e Borges de Medeiros*. Passo Fundo: UPF, 2008. Dissertação de Mestrado.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. IN: BONENO, Michelangelo (org.). Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 4ª ed.

BOUGNOUX, Daniel. *Introdução às ciências da comunicação*. Bauru: EDUSC, 1990.

BRANDT, Aline. *A Revolução de 1923 e a transição do governo de Borges de Medeiros para Getúlio Vargas na Região de Passo Fundo*. IN: BATISTELLA, Alessandro (org.). *Passo Fundo, sua história: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia impressa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v.1.

CAGGIANI, Ivo. *João Francisco: a Hiena do Cati*. Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor, 1988.

CAGGIANI, Ivo. *Flores da Cunha* (biografia). Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor, 1996.

CAMARGO, Aspásia. *A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política*. IN: *A Revolução de 30 – Seminário Internacional*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983. v. 54.

CAMARGO, Aspásia. “*Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo*”. IN: D’ARAUJO, Maria Celina. *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CARBONI, Florence. MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003.

CARNEIRO, Glauco. *Lusardo: O Último Caudilho*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. v.1. 2ª ed.

COLUSSI, Eliane Lúcia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius. (org.) *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius. (org.) *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius. (org.) *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. 3ª ed.

FAUSTO: Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano, sociedade e instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1977.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 9ª ed.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 11ª ed.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1996. 2ª ed.

FÉLIX, Loiva Otero. *Historiografia política: impasses e rumos nas décadas de 1970-90*. Canoas: Logos, 1999. v. 11, nº 1.

FÉLIX, Loiva Otero. *Política, poder e justiça: violência e criminalidade sob os coronéis e no “caso Crespo”*. IN: BATISTELLA, Alessandro (org.). *Passo Fundo, sua história:*

indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia impressa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade. Passo Fundo: Méritos, 2007. v.1

FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930*. IN: FERREIRA, Jorge. DELGADO; Lucilia de Almeida Neves. (org) *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FILHO, Arthur Ferreira. *Revoluções e Caudilhos*. Porto Alegre: Martins Livreiro – Editos, s/d. 3ª ed.

FILHO, Arthur Ferreira. *Memórias*. Porto Alegre: Edições EST, 1999.

FONTOURA, João Neves da. *Borges de Medeiros e seu Tempo*. Porto Alegre: Editora Globo. [data?]. Memórias v. I

FONTOURA, João Neves da. *A Aliança Liberal e a Revolução de 1930*. Porto Alegre: Editora Globo, 1963. Memórias v. II

FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS: Economia & Conflitos Políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

FONSECA, Pedro C. Dutra. *Vargas: O Capitalismo em Construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FRANCO, Sérgio da Costa. *A pacificação de 1923 - As negociações de Bagé*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1996. 4ª ed.

FREITAS, Décio. *O homem que inventou a ditadura no Brasil*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1999. 3ª ed.

JACOMELLI, Jussara. *Frederico Westphalen: na lógica do Estado positivista – castilhistas – borgistas*. Passo Fundo: UPF, 2002. 2ª ed.

JACOMELLI, Jussara. *Comissão de Terras: relações de poder em Palmeira*. Passo Fundo: UPF, 2004.

JUNGBECK, Benhur. *Perigo Iminente: A Segunda Guerra Mundial na Leitura da Imprensa Passo-fundense*. Passo Fundo: UPF, 2005. Dissertação de Mestrado.

KIELING, José Fernando. *Política Opositorista no Rio Grande do Sul (1924-1930)*. São Paulo: USP, 1984. Dissertação de Mestrado.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. *Oswaldo Aranha: O Rio Grande e a Revolução de 1930 – Um Político Gaúcho na República Velha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime Representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa – Ômega, 1978.

LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LOVE, Joseph. *A Revolução de 30 e o regionalismo gaúcho*. IN: Simpósio sobre a Revolução de 30, Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre: ERUS, 1983.

MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: República Velha*. Passo Fundo: UPF, 2001.

MAESTRI, Mário. *A escravidão e a gênese do Estado nacional brasileiro*. IN: ANDRADE, Manuel Correia de. *Além do apenas moderno: Brasil séculos XIX e XX*. Brasília: CNPq. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangano, 2001.

MENDES, Nicolau. *O pé no chão*. Porto Alegre: PUCRS – BCE, 1958.

MOTTA, José do Patrocínio. *República Fatricida: Revoluções Rio-Grandenses 1835-1932*. Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor, 1989.

NETTO, José Antônio (General Zeca Netto). *Memórias*. Apresentação e notas: Sérgio da Costa Franco. Nota Biográfica: Ruy Castro Netto. Martins Livreiro Editor: Porto Alegre, 2003.

NOLL, Maria Izabel. *A Revolução de 1930 e a construção da Nova ordem*. IN: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; Félix, Loiva Otero (org). *RS: 200 anos – definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002.

“O Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense de 12 de outubro de 1923” s/e.

OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos Políticos no Rio Grande do Sul: Período Republicano*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha Gaúcha: Estado Autoritário e Economia*. In: DACANAL, José Hildebrando. GONZAGA, Sergius. (org) *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha: charqueadas – frigoríficos – criadores*. Porto Alegre: Movimento – IEL, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Historiografia e Ideologia*. IN: DACANAL, José Hildebrando. GONZAGA, Sergius. (org.) *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. 9ª ed.

PINTO, Celi Regina J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

RECZIEGEL, Ana Luiza Setti. *História Regional: dimensões teórico-conceituais*. IN: *História: debates e tendências*. Passo Fundo: Ediupf, v.1, n.1, 1999.

REVERBEL, Carlos. *Maragatos e Pica-paus: Guerra civil e degola no Rio Grande*. Porto Alegre: LP&M, 1985. 2ª ed.

RÉMOND, René. *Por que a História Política?* Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1994. v.7, n°. 13.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: Uma filosofia da República*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes e Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.

RÜCKERT, Aldomar A. *A Trajetória da Terra: Ocupação e colonização do Centro-Norte do Rio Grande do Sul – 1827/1931*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. São Paulo: Paz e Terra Editora, 1985. 8ª ed.

SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira*. [?]: BELS, 1974.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2004. 6ª ed.

TRINDADE, Hélió. *Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-Grandense (1882-1937): Da confrontação autoritário-liberal à imposição da aliança político-revolucionária de 30*. IN: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius. (org.) *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

TRINDADE, Hélió. *Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul 1891-1937*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1980.

VARGAS, Getúlio. *Diário 1930-1936*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. v. 1.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *História, região e poder: a busca de interfaces metodológica*. Lócus: revista de história. Juiz de Fora. v. 3 n.1.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.